



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ANTONIA GABRIELA DE ARAÚJO ALVES

**NARRATIVAS DA PRISÃO: TRAVESTILIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA EM
UMA PRISÃO LGBT**

FORTALEZA/REDEÇÃO

2019

ANTONIA GABRIELA DE ARAÚJO ALVES

NARRATIVAS DA PRISÃO: TRAVESTILIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA EM UMA
PRISÃO LGBT

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas e Sociais

Orientadora: Violeta Maria de Siqueira Holanda

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A477n Alves, Antonia Gabriela de Araújo.
Narrativas da prisão: travestilidade e trajetória de vida em uma prisão LGBT / Antonia Gabriela de Araújo Alves. – 2019.
124 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Violeta Maria de Siqueira Holanda.
1. Prisão. 2. Travesti. 3. Antropologia. 4. LGBT+. 5. Narrativa. I. Título.

CDD 301

ANTONIA GABRIELA DE ARAÚJO ALVES

NARRATIVAS DA PRISÃO: TRAVESTILIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA EM UMA
PRISÃO LGBT+

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas e Sociais

Orientadora: Violeta Maria de Siqueira Holanda

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (Orientadora)
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Aos meus pais.

Ao meu filho Augusto César e aos meus avós
João e Raimunda.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos de pós-graduação em Antropologia da UFC/UNILAB: Peti Mama, Bruna Araújo, Flávia Oliveira, Rafael Mesquita, Franderlan Pereira, George Carvalho, Jean dos Anjos e Regilene Alves. Agradeço o companheirismo, as conversas e os afetos.

À professora Violeta Holanda pela orientação e inspiração para enfrentar adversidades.

Aos professores Kleyton Rattes e Martinho Tota pela dedicação e entusiasmo nas aulas de teoria antropológica.

Aos professores participantes da banca Examinadora: professor George Paulino e professora Jaqueline de Jesus, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

À Lucia Maria Bertini e ao professor Hélio Leitão pela valiosa colaboração para a pesquisa, por acreditarem na mudança e humanização do sistema prisional.

Aos técnicos da Secretaria de Administração Prisional do Estado do Ceará pelo tempo concedido nas entrevistas.

Agradeço às internas no Presídio Irmã Imelda Lima Pontes, por aceitarem participar da pesquisa e por narrarem suas trajetórias de vida, amores, dificuldades e sonhos.

Ao meu companheiro e amigo de vida Xico Aragão pela paciência e delicadeza.

“O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme: Recordar é preciso.”
(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008, p.13).

RESUMO

As narrativas de travestis e transexuais em contexto prisional são alvo de investigação ao longo dessa pesquisa que apresenta como problemática principal a seguinte indagação: “Como são percebidas as vivências de travestis e transexuais em uma unidade prisional LGBT+?” O contexto da pesquisa é um “presídio LGBT”, categoria elaborada pelas internas, que se localiza na cidade de Itaitinga no estado do Ceará. A pesquisa localiza-se no campo da Antropologia, o encontro etnográfico é representado desde os aspectos sensoriais até a repercussão, em forma de afetação e escrita da pesquisadora. Narra-se o encontro, mas também o estranhamento, o estrangeirismo de uma pesquisadora na prisão. O adensamento descritivo dessa relação com o espaço e as interlocutoras constroem sentidos novos para o trabalho antropológico. Uma narrativa é um processo de fabulação e a memória em ação, ou seja, sendo falada tem a função de criar sentidos. Desse modo, percebe-se que as trajetórias de vida emulam experiências de enfretamento e resistência à violência do estado, na figura da prisão, assim como a violência social. As histórias das prisões modernas, é preciso ressaltar sua pluralidade, são marcadas por questões de gênero, sexualidade, raça e classe sendo essas categorias úteis para a análise da estruturação da prisão como mecanismo de controle. O nascimento de uma “prisão LGBT” cria novas rotinas e necessidades, desponta como um marco histórico altera e repercute na trajetória de movimentos sociais e de respeito aos Direitos Humanos. No entanto é preciso ressaltar que a existência desse espaço não garante o pleno respeito e o acesso à dignidade de travestis e transexuais. Essas problematizações são trazidas pelas trajetórias de vida de travestis presas, o ativismo concebido por uma travesti encarcerada, a interseccionalidade das experiências na prisão, o enredo sobre “liberdades indizíveis”, a produção de narrativas sob a superfície de fanzines e existências que representam resistência.

Palavras-chave: Antropologia. Prisão LGBT. Trajetória de vida. Narrativa. Travestis e transexuais.

ABSTRACT

The narratives of transvestites and transsexuals in prison context are the subject of investigation throughout this research that presents as main problem the following question: “How are the experiences of transvestites and transsexuals perceived in a LGBT + prison unit?” The research context is a “ LGBT prison ”, a category prepared by inmates, located in the city of Itaitinga in the state of Ceará. The research is located in the field of anthropology, the ethnographic encounter is represented from the sensory aspects to the repercussion, in the form of affectation and writing of the researcher. The meeting is narrated, but also the strangeness, the foreignness of a researcher in prison. The descriptive densification of this relationship with space and the interlocutors build new meanings for anthropological work. A narrative is a process of fabulation and memory in action, that is, being spoken has the function of creating meanings. Thus, it is clear that life trajectories emulate experiences of confrontation and resistance to state violence in the prison, as well as social violence. The stories of modern prisons, their plurality must be emphasized, are marked by issues of gender, sexuality, race and class, and these categories are useful for the analysis of prison structure as a control mechanism. The birth of a “LGBT prison” creates new routines and needs, emerges as a milestone that alters and reverberates in the trajectory of social movements and respect for human rights. However, it should be noted that the existence of this space does not guarantee full respect and access to the dignity of transvestites and transsexuals. These problematizations are brought about by the life trajectories of trapped transvestites, the activism conceived by an imprisoned transvestite, the intersectionality of prison experiences, the plot of “unspeakable freedoms”, the production of narratives under the surface of fanzines and existences that represent resistance.

Keywords: Anthropology. LGBT prison. Life's trajectory. Ethnography. Transsexuals and transsexuals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPIS	Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CPPL	Centro de Detenção Provisória de Liberdade
CV	Comando Vermelho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de jovens e Adultos
FDN	Família do Norte
GDE	Guardiões do Estado
IPPO II	Instituto Penal Professor Olavo de Oliveira II
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KM	Quilômetro
LEP	Lei de Execução Penal
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PM	Polícia Militar
SAP	Secretaria de Administração Prisional
SISPEN CE	Sistema de Informações Penitenciárias do
SEJUS/CE	Secretaria da Justiça e Cidadania do estado do Ceará

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
<u>1.1 Traçando caminhos: a pesquisa e a pesquisadora.....</u>	<u>11</u>
<u>1.2 Prisão, gênero e sexualidade: “Imelda um presídio LGBT”.....</u>	<u>12</u>
<u>1.3 Trajetória social e aquisição de direitos.....</u>	<u>21</u>
<u>1.4 Objetivo e problemas de pesquisa.....</u>	<u>23</u>
<u>2 METODOLOGIA.....</u>	<u>24</u>
<u>2.1 Trajeto teórico: discussões sobre etnografia.....</u>	<u>24</u>
<u>2.2 Proposições de pesquisa.....</u>	<u>31</u>
<u>2.3 O caminho até o “Imelda”.....</u>	<u>33</u>
<u>2.4 Uma estrangeira na prisão: presença e repercussão no campo.....</u>	<u>36</u>
<u>3 CAPÍTULO 01 - TRAJETÓRIAS: DO NASCIMENTO DA PRISÃO MODERNA A UMA “PRISÃO LGBT”.....</u>	<u>38</u>
<u>3.1 História e historicização: “como” e de “onde” se olha.....</u>	<u>38</u>
<u>3.2 A primeira prisão do Ceará: entre “bárbaros” e “civilizados”.....</u>	<u>41</u>
<u>3.3 As prisões modernas no contexto das “ex-colônias”.....</u>	<u>47</u>
<u>3.4 Escravidão, aprisionamento e encarceramento em massa.....</u>	<u>49</u>
<u>3.5 A punição e as “artimanhas” de controle no cárcere.....</u>	<u>51</u>
<u>3.6 Contexto recente do afloramento da temática LGBT.....</u>	<u>54</u>
<u>3.7 Movimentos recentes sobre aspectos da prisão e criminalidade no Ceará.....</u>	<u>58</u>
<u>3.8 Uma “prisão LGBT” como um evento histórico.....</u>	<u>63</u>
<u>4 TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E A DISCUSSÃO “TRANSFEMINISTA”.....</u>	<u>69</u>
<u>4.1 Trajetórias de luta e aquisição de direitos.....</u>	<u>69</u>
<u>4.2 Experiências “trans” e trajetórias no cárcere.....</u>	<u>73</u>
<u>4.3 “Minha vida foi voltada mesmo pra luta”: a história de Camila.....</u>	<u>80</u>
<u>4.4 “Só babado”: fanzines como superfície narrativa.....</u>	<u>89</u>
<u>5 CAPÍTULO 02 - INTERSECCIONALIDADE E NARRATIVAS.....</u>	<u>96</u>
<u>5.1 Discussões teóricas sobre interseccionalidade.....</u>	<u>96</u>
<u>5.2 Historicizar experiências: interseccionalidade e narrativa.....</u>	<u>102</u>

<u>5.3 Encontro com Amanda: o que uma sala pode dizer.....</u>	<u>104</u>
<u>5.4 A liberdade indizível de Amanda.....</u>	<u>107</u>
<u>4.4 A trajetória de Bianca: qual nome eu assino aqui?.....</u>	<u>111</u>
<u>CONCLUSÃO.....</u>	<u>124</u>

1 INTRODUÇÃO

1.1 Traçando caminhos: a pesquisa e a pesquisadora

A construção de uma pesquisa, assim como seus primeiros objetivos e contextos, em alguma medida, parte da localização intersubjetiva do pesquisador em relação à temática escolhida. Peirano (2008, p. 3-4) nos fala que “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados.” Minha aproximação com a temática da pesquisa se inicia ainda na graduação em Psicologia. Foi por meio da minha participação no laboratório “Multiversos”, onde eram trabalhadas questões relativas a corpo, gênero e sexualidade, que me aproximo dos estudos de gênero.

Nesse período, produzi meu primeiro trabalho de campo que, ironicamente, era uma pesquisa com metodologia de “inspiração etnográfica”, em uma escola de balé. “Balé para meninas (os)?: análise social em uma escola de balé”, aprendi com aquela experiência a importância do diário de campo. Naquela oportunidade discuti sobre estereótipos de gênero, os corpos “possíveis” para o balé. Esse primeiro contato com a pesquisa faria toda diferença ao longo da minha formação, durante esse período me mantive vinculada ao campo socioeducativo.

Aproximavam-se os estágios finais da graduação em Psicologia e passei a estagiar na Central de Alternativas Penais (CAP) vinculada à, na época, Secretaria da Justiça do Estado do Ceará (SEJUS-CE). Estive no começo de um projeto ambicioso de humanização do sistema carcerário e redução de prisões provisórias indevidas. Eu acompanhava mensalmente beneficiários de medidas cautelares¹, individualmente e por meio de grupos reflexivos. A aproximação e contato com as histórias de vida de sujeitos atravessados pelo contexto prisional emulava uma certa “inquietação” relativa às reflexões sobre as trajetórias de vida desses sujeitos e a relação com o contexto de Justiça. Havia recentemente me formado quando tomei conhecimento na inauguração de uma nova unidade prisional. Em julho de 2016

¹ A Lei Nº 12.403, de 4 de maio de 2011, conhecida como Nova Lei de execuções penais trata em seu título IX da prisão, das medidas cautelares e de liberdade provisória. Passa a ser considerado para a aplicação da medida cautelar e prisão: I- necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; e, II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.html. Acesso em: 19 out. 2019). Na prática, as prisões preventivas que hoje são banalizadas, deveriam levar em consideração que tipo de crime foi cometido e antecedentes criminais, além de resguardar o direito de aguardar julgamento em liberdade. Tipificações criminais que não têm potencial ofensivo contra a vida ou que não se utilizaram de violência enquadram-se como beneficiários de medidas cautelares. As medidas são determinadas pelo juiz, e em sua maioria correspondiam ao acompanhamento mensal com relatório psicossocial e restrições de horários para transitar na rua (recolhimento noturno e aos fins de semana), alguns tinham essas restrições demarcadas pelo uso da tornozeleira eletrônica. O que ocorria cotidianamente é que a legislação não era cumprida pelos juízes, existe um perfil para uma pessoa cumprir medida cautelar e muitas vezes essa normatização não era respeitada, tanto para manter preso como para conceder medida cautelar.

iniciam-se as atividades na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, localizada na BR 116, KM 27, no Município de Aquiraz-CE, a primeira unidade prisional destinada a atender o público GBT² no Brasil. A unidade tem por objetivo o respeito à diversidade dentro do sistema prisional e, mais que isso, a garantia da integridade física de grupos tidos como “vulneráveis”. Esse contexto coadunava temáticas que despertaram interesses de pesquisa e que foram construídos ao longo do tempo por meio de experiências profissionais e acadêmicas.

1.2 Prisão, gênero e sexualidade: “Imelda um presídio LGBT”

As prisões brasileiras são redutos de desrespeito aos Direitos Humanos, asseveram processos de marginalização e mantêm, sem perspectiva próxima de mudança, o *status* de grandes “prisões da miséria” (WACQUANT, 2001). A intersecção de “marcadores da diferença social” (BRAH, 2006) desvela um campo de estudo onde esses sujeitos estariam na “clandestinidade da clandestinidade” de uma existência permitida/prescrita. Quando falo dessa “intensificação do clandestino” me refiro à intersecção de processos de estigmatização concernente ao crime e às relações com questões de sexualidade, gênero, raça e classe.

A ideia de “massa carcerária” construída e adotada comumente no meio jurídico remete a uma uniformização daqueles que estão encarcerados, para refletir sobre perfis essa ideia é útil. Pois deve-se reconhecer que a “massa” é negra, pobre, jovem e de baixa escolaridade³. No entanto, a “massa”, que se torna “números”, não complexifica trajetórias que intercedem aquele sujeito à criminalidade, nem tão pouco abrange grupos minoritários como LGBT+⁴, idosos, deficientes físicos, indígenas, estrangeiros etc. A política de uniformização da prisão silencia e normaliza questões relativas a gênero, “o padrão heterossexual dominante nos sistemas punitivos” é questionado dentro das produções das ciências sociais, por Lago e Zamboni (2016, p. 5) que observam:

2 A legenda GBT compreende o público de gays, bissexuais, travestis e mulheres transexuais e é utilizada por representantes da instituição. Existe ainda a alternância com a sigla “LGBT”, internas utilizam com mais frequência essa denominação para referir-se ao grupo “GBT”. Importante salientar que mulheres lésbicas não fazem parte do presídio Irmã Imelda, elas permanecem no Instituto Prisional Feminino. Adoto a sigla GBT+ para referir-me ao público da prisão Irmã Imelda, sendo que discuto mais adiante sobre a sigla oficial “LGBT”. É sob o Decreto oficial Nº 31.986, de 12 de julho de 2016 que a Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, no entanto nesse texto refere-se ao público de “presos idosos, com doenças crônicas graves e aos condenados pela Lei Maria da Penha, deixando de citar Gays, mulheres transexuais, travestis e bissexuais. Um ano depois em 28 de julho de 2017 o decreto Nº 31.296 incorpora a população de mulheres travestis e mulheres transexuais, homens gays e bissexuais.

3 Dados do INFOPEN indicam que 8 em cada 10 pessoas presas estudaram até no máximo o ensino fundamental, duas em cada três pessoas presas são negras e 56% da população carcerária são jovens.

4 Apenas 9% das unidades dispõem de celas específicas para estrangeiros e para indígenas, e por volta de 15% dos estabelecimentos têm celas específicas para idosos e para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT. A preocupação em disponibilizar espaços específicos para estes públicos, que se alinha com uma prática adequada de triagem e classificação dos custodiados, registrou-se em algumas unidades nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Fonte: *Levantamento nacional de informações penitenciárias*: INFOPEN Atualização - junho de 2016 / organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa... [et al.]. - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Pouco se pensa sobre a associação entre masculinidade e crime, ou sobre o fato de que as prisões são fundamentalmente lugares “para homens heterossexuais”. Em comparação com as questões de raça e classe, os problemas de gênero e sexualidade são relativamente menos visíveis, mais naturalizados e menos politizados.

O crime em suas moralidades é território de homens. Ao entrevistar dois gestores de segurança pública ambos me afirmam que as facções criminosas não admitem “viados”, assim como não admitem aqueles que cometem crimes sexuais. A sexualidade está presente como instrumento de “verificação” das moralidades constituídas por facções criminosas que agem dentro e fora das prisões. A pesquisa sobre gênero e prisão hoje tem uma vasta produção, as discussões de gênero alcançam as prisões e a denúncia da violência contra LGBT+’s⁵, criam novos espaços institucionais para acolher essa população. Passos (2014), ao pesquisar sobre pedagogias institucionais de sobrevivência em uma ala para travestis, gays e seus maridos, utiliza-se do termo “pedagogia da sobrevivência”. Por meio deste, o autor propõe-se a analisar o intrincado modo de regulação do espaço no contexto da prisão e as estratégias de sobrevivência para travestis, transexuais e homossexuais.

A ocupação do espaço dentro da prisão revela a positividade⁶ do poder, a instituição “obriga-se” a produzir um espaço distinto para abrigar aqueles que duplamente fogem à norma, tanto pelo crime quanto pelo gênero e sexualidade. Ao passo que existe a elaboração de um mecanismo de “proteção” dentro do mecanismo punitivo da prisão as relações se reconfiguram. Em entrevista com a então diretora da unidade prisional pesquisada é mencionado que a interpretação que o grupo GBT tem é que o presídio pertence a elas e a eles, isso também é mencionado por uma das interlocutoras “a maioria dos privilégios aqui é nosso⁷.” Um presídio de “*viado e travesti*” cria não só um território, mas campo semântico que aglomera novos discursos sobre a ocupação do espaço e a aquisição de direitos.

Importante salientar que no sistema prisional cearense existem travestis, transexuais e gays que estão em prisões masculinas, a ida para o presídio Irmã Imelda é espontânea, após isso existe uma triagem de quem pode ir para a unidade prisional Irmã Imelda, levando em consideração que é uma prisão de baixo nível de segurança⁸. Apesar de existir essa triagem que seleciona o perfil para estar no presídio – um mecanismo de controle – a diretora à época, afirma que não deixaria de receber um detento ou detenta por mais que estivesse fora da caracterização do perfil desejado. A regulação institucional assegura a ordem e assim como a ida é espontânea o retorno para o presídio masculino também é. Tomei

⁵ Utilizo o (+) para representar performances de gênero e sexualidades que não estão/sentem-se contempladas pela sigla “LGBT”.

⁶ No sentido “foucaultiano”, a “positividade” refere-se à criação/produção de elementos discursivos, estratégias de poder, territórios etc.

⁷ As falas de interlocutores de pesquisa, sejam do grupo GBT+ ou representantes institucionais são transcritas em itálico.

⁸ A ida para o Imelda é mediada pelo Centro de Triagem e Observação Criminológica (CTOC) por meio de uma “avaliação de periculosidade”. O grau de “periculosidade” não está necessariamente ligado a tipificação do crime pela qual cumpre pena, mas ao histórico criminal como um todo.

conhecimento de um interno que voltou para a CPPL4⁹ e de internas que algumas vezes por não terem suas demandas atendidas pelo presídio Irmã Imelda “ameaçaram” voltar para a unidade masculina. Ora, se o presídio é de “*viado e travesti*” sem elas e eles aquele presídio, que é um projeto de humanização e proteção, perde parte significativa de sua representatividade. Esse “trânsito”, saída do presídio Irmã Imelda para o presídio masculino, é algo que se tenta evitar. Essa situação poderia ser vista como uma “ruptura” no ideal do projeto, um furo na narrativa de um espaço prisional que é tido como um “modelo”.

Internos e internas do grupo GBT+ compreendem que a sua permanência na “prisão LGBT” é de grande interesse da instituição. As artimanhas de negociação passam pelo “valor” que entendem ter para a existência daquele presídio. As concepções sobre o presídio são variadas e as “pedagogias da sobrevivência” ou, ainda, as estratégias de negociação e autopreservação transpassam a convivência com os demais internos. A convivência conflituosa relatada por Amanda, que alega “os idosos reclamam de tudo”, reclamam porque “*somos alegres*”, é visto de outra forma por Bianca. Esta entende que “Os idosos gostam de mim pelo meu respeito e educação, não vou mentir pra você, eles têm preconceito, mas tem “*os homossexuais*” que eles não gostam, porque faltam com respeito...”

O fato de Bianca ser mais discreta, menos expansiva e ter todo um cuidado para não ofender os idosos com suas atitudes, gestos ou falas, faz com que ela seja bem-aceita pelo outro grupo. Essa relação de proximidade fez com que um dos idosos se sensibilizasse com a ausência de visitas à Bianca e passou a doar, por meio de sua família, insumos complementares para a hormonização de Bianca. “*Eu recebo doações, recebo de um senhor, que ele sabe que eu não tenho visita. Então ele perguntou pra mim, ‘Bianca você aceitaria uma doação?’ , daí eu falei ‘aceito’, então toda semana de 15 em 15 dias ele manda trazer dois, três pra mim.*”

A tenuidade das relações que se estabelecem na prisão obedece a uma rede de trocas simbólicas e significações que são interpretadas na própria ação. Os ajustes e novos arranjos que são elaborados pelas estratégias dizem respeito a processos de aprendizagem e interação circunscritos pela cena social que se desenha. As narrativas “figuram” as nuances que a relação no espaço da prisão suscita, a linguagem e a comunicação estão presentes para além da fala, o que adensa a trama da relação entre sujeitos no cárcere.

É possível traçar a relação estabelecida com o presídio como “polimorfa”, ou seja, engendra uma variedade de signos e, por vezes, (suposta como) contraditória dentro da lógica

9 CPPL 4 – Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva. Unidade voltada para preso provisório. Inaugurada no dia 20 de agosto de 2012, pela secretária da Justiça e Cidadania, Mariana Lobo. Possui capacidade para 936 detentos. Endereço: BR 116, Km 27 – Itaitinga. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/coesp/unidades-prisionais/> Acesso: 19 out. 2019.

prisional. Essa “contradição” só existe em oposição ao entendimento da instituição, se olharmos de dentro das narrativas essa contradição se dissolve. A economia do poder¹⁰ relaciona-se aos anseios e problemas enfrentados por interlocutora, nesse sentido a proximidade do olhar enfoca aspectos que são opacos quando olhados de longe¹¹. A criação de territórios e estratégias de proteção contra a violência são exemplos desse fenômeno. As “contradições” a que me refiro dizem respeito, por exemplo, à permanência de travestis fora da instituição de proteção que o presídio Irmã Imelda oferece, olhando de perto, é possível compreender os elementos que as “prendem” em outros locais. Em entrevista com uma de minhas interlocutoras, ela afirma que a sua vinda para o Imelda se deveu ao fato de estar com tuberculose:

(...) eu tava direto na droga e tava me acabando, começou aquelas febre e eu ficando feia e cada dia pior; eu pensei se eu não sair eu vou morrer aqui e não consigo ir no médico. Eu decidi que ia para o Imelda se não eu ia me acabar lá mesmo. (AMANDA, 2018)

É notório que Amanda reconhece no presídio em questão um lugar de proteção e cuidado à sua vida, a ameaça à sua saúde, ao atingir seu corpo faz com que reconheça a necessidade de sair do presídio masculino. A violência e o preconceito rotineiramente atingiam Amanda, no entanto a dependência química era o principal elemento que, segundo ela, a fazia permanecer naquele lugar. A violência da prisão está em diversas dimensões, inclusive naquilo que ela proporciona pelo poder paralelo que admite em sua estrutura. “*Não faltava droga*”, como narra Amanda.

Das várias violências que a prisão promove, o marcador de “gênero e sexualidade, ser “GBT+” torna a opressão e tirania mais severas. O fenômeno da violência contra a população LGBT+ é algo estarrecedor, dentro e fora das prisões¹², corpos tidos como abjetos representam uma ameaça estruturada em carne, pele e performance, sexo-corpo-sexualidade devem ser regulados pela prisão e por mecanismos de regulação extramuros. Sobre a regulação, Butler (2015, p. 154) nos diz que “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para construir a materialidade dos corpos (...)”. Os que fogem à regra dessa materialização passam a ser compreendidos como aqueles que burlaram a lei e têm seus corpos considerados ininteligíveis. A exclusão se torna literal por meio da violência,

¹⁰ A “economia do poder” é uma referência às discussões de Foucault sobre a “Microfísica do poder” em que o autor afirma: “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (FOUCAULT, 1979, p. 10)

¹¹ Um exemplo da necessidade de “olhar de perto” está na questão da dependência química, que se torna um dos fatores de permanência de pessoas do grupo GBT+ no presídio masculino. Não me detenho a essa discussão porque não a tenho como foco, já que me delimito a internas do Imelda, mas essa observação esteve presente na entrevista da então diretora da Unidade prisional.

¹² Algo importante a ser dito é que o fato de estar sob a tutela do governo, que literalmente detém a vida desses sujeitos, deveria garantir condições mínimas para o cumprimento da pena, coisa que não acontece. Conceber que o Estado “entra em cena” quando essa travesti já vem de sucessivas “negações de estado”, pois lhe negaram o direito a escola, a saúde, a vida sem preconceito, é visualizar que o estado se presentifica para punir sujeitos pela sua própria ineficiência.

segundo levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2017 no Brasil, 445 pessoas morreram vítimas de LGBTfobia, um aumento de 30% em relação a 2016. Não existe uma estatística oficial sobre os dados da violência contra essa população no Brasil, a invisibilidade recobre os discursos de denúncia, “*deixar morrer*” torna-se um “projeto”. O agravamento disso pode ser observado na prisão que, como “depósito” de “menos humanos”, negligencia ainda mais as vidas que estão sendo tuteladas pelo Estado.

As prisões como instituições disciplinadoras fazem parte desse “projeto”, Foucault (2018, p. 223) localiza no século XVIII e início do XIX o início da prisão como “peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um movimento importante na história da justiça penal: seu acesso à ‘humanidade’.”. Do suplício à disciplina, o poder passa a constituir um mecanismo mais sofisticado e ao mesmo tempo que encarcera os delinquentes também os produz, gerando um ciclo de literal aprisionamento. Atos regulatórios e normativos mantêm proporção com o “perigo” que representam sujeitos que se esvaem da incisão do poder. A pretensa respeitabilidade à condição de “humano” se configura nas prisões brasileiras e no imaginário popular pela inversão da própria ideia de humanidade: “Bandido bom é bandido morto”. A concepção de Direitos Humanos ganha “gradações”, existem os “mais” e os “menos” humanos, minorias sociais, como minhas interlocutoras, constituem-se como “vidas que valem menos”.

As artimanhas de controle devem ser consideradas para além da materialidade da prisão, os discursos que disciplinam corpos e atravessam subjetividades estão implícitos na composição da instituição prisional e das narrativas sociais. No contexto da presente pesquisa, importantes discussões serão traçadas a partir dos discursos que são suscitados mediante a existência de um “presídio LGBT”. A história de constituição desse território e as “disputas narrativas” sobre o domínio do espaço são elementos essenciais para compreender a “microfísica do poder” que se articula nesse contexto.

A conjuntura traz consigo vários fatores que fazem com que o presídio Irmã Imelda se torne um “presídio modelo”¹³, pequeno porte, não há superlotação, acolhe presos que – segundo a direção – não apresentam perigo de fuga, não há atuação de facções criminosas nem circulação de celulares e drogas. Esses elementos ganham notoriedade na mídia, produzem repercussões tanto para as internas que identificam essa “diferenciação” de outras prisões, como para a gestão estadual sobre os presídios. “O artefato pedagógico da

13 Desde sua inauguração a U.P não registrou nenhuma apreensão de drogas e apreendeu somente dois celulares, segundo informações da então SEJUS. Antecedendo uma de minhas idas a campo, no dia 10 de setembro de 2018, uma detenta chamada Giselle fugiu, conseguiu escapar passando por debaixo da cerca de proteção. Esse episódio associado à chegada de um preso, reconhecido por minhas interlocutoras como “diferenciado”, alguém de grande poder aquisitivo no Estado, colocou algumas dificuldades para realização das entrevistas.

mídia" (PASSOS, 2014) constrói o desenho do criminoso e no contexto da presente pesquisa acentua a representação de vulnerabilidade da população LGBT+. No entanto, é necessário lembrar que no mesmo instante em que é noticiado o "Presídio LGBT" negligencia-se a dispersão de GBT+'s na prisão masculina e casos de violência física e sexual que ocorrem no interior das prisões. Apesar de haver a caracterização diante da imprensa como um "presídio LGBT", a unidade prisional acolhe aqueles que, são descritos pelo ex-secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, Hélio Leitão, idealizador e executor do projeto, como “os mais vulneráveis entre os vulneráveis”. Segundo o ex-secretário da SEJUS-CE, a existência ancora-se em um direito constitucional, pela lei de execuções penais que se pauta no princípio humanitário que veda que sejam adotadas e aplicadas prisões e penas degradantes e cruéis. O presídio não foi construído para esse fim, esse era o antigo presídio militar que estava sendo subutilizado, foi resgatado pela então SEJUS-CE e passou por algumas reformas de acessibilidade para acolher o público de deficientes físicos, idosos e portadores de doenças crônicas graves.

A estrutura da unidade prisional Irmã Imelda é composta por três vivências (A, B, C), duas salas de aula, pátio, refeitório, jardim e horta, salão de beleza, sala de atividades com projetor, sala da educação física, sala da equipe de saúde, espaço de oficina de produção de calçados e mais alguns espaços que são ocupados mediante a necessidade da equipe para realizar atividades. Em dois de agosto de 2018 contabilizava trinta GBT's, nove cadeirantes, cinquenta e cinco idosos, cinquenta e quatro apenados pela lei Maria da Penha e um estrangeiro de origem espanhola. Essa estatística é atualizada diariamente em um quadro branco, a maior frequência de entradas e saídas é de homens apenados pela lei Maria da Penha.

“*Os Maria da Penha*”, caracterização êmica nos discursos do sistema prisional, formam um grupo distinto de presos. Em sua maioria, homens que destoam no perfil criminal comum, possuem um ofício e não respondem por outros crimes. No discurso institucional a justificativa para no mesmo espaço estarem GBT+'s e homens agressores é que homens autuados pela Lei Maria da Penha e que são réus primários são considerados “*vulneráveis*”¹⁴ dentro da prisão. De maneira tímida, o discurso da direção revela que por serem réus primários, na maioria das vezes, não oferecerem risco de fuga, e pelo fato de terem passagens “*rápidas*” pela prisão compreende-se que ali seria o lugar mais adequado para abrigá-lo. Com esse público se realizam atividades com a psicóloga e a assistente social que trabalham

¹⁴ A ideia construída sobre “vulneráveis” é bem diferente da realidade de “vulnerabilidade” que se constrói sobre o grupo LGBT+. Esses homens que, em geral, não tem associação com grupos criminosos ou atividades ilícitas não representam o “criminoso costumaz”, sendo réu primário e tendo cometido crime que o fará permanecer pouco tempo da prisão, alguns meses, ele é mais como um “elemento estranho”. Na entrevista com Lúcia Bertini, assessora na Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, ela complexifica essa ideia de “vulnerável” e reconhece a incongruência de “presídio LGBT” que acolhe homens agressores e que esses, muitas vezes, mantêm um relacionamento com travestis e transexuais durante o período que estão presos.

questões relativas à violência de gênero. Tomei conhecimento que entre os casais existe um em que o "marido" agride a companheira que é travesti. A reprodução da violência contra a figura da mulher continua a se reproduzir no cumprimento da pena. Duas de minhas interlocutoras têm namorados e esses se caracterizam por serem "Maria da Penha", mesmo quando passam a viver maritalmente permanecem sendo reconhecidos pelo artigo que infringiram, são "os bofes"¹⁵ por não comporem performances "afeminadas". O fluxo de namoros ocorre predominantemente entre as travestis/transexuais e os "Maria da Penha".

Uma suposta “hipermasculinidade” que homens agressores ostentam entra em contraste com o grupo dos idosos e cadeirantes, que em oposição representariam uma vida sexual “rebaixada”. A reconfiguração das vivências, que originalmente se organizavam pela caracterização do grupo, fez com que as paqueras e namoros ocorrem de forma desterritorializada. Bianca relata que vive em sua “comarca”, termo que designa a cela, com seu companheiro.

São 6 comarcas, cada comarca tem uma pessoa. Somos 6 pessoas, como eu e ele somos casados, a gente mora na mesma comarca, na mesma pedra. Então conta como se fosse um casal, um só, duas pessoas em um só. A gente puxa o empanado, o empanado é como se fosse uma cortina, ali só em cima da nossa comarca. (BIANCA, 2018)

A composição do público da unidade prisional em questão configura-se mediante os marcadores sociais da diferença – como gênero, sexualidade, faixa etária, condição, doença ou deficiência física etc – que são reconhecidos institucionalmente como asseverações de vulnerabilidades. São destacadas tanto questões relativas ao corpo e a fragilidade como as regulações morais implicadas por códigos internos dos demais presos. Isso fica claro por meio dos discursos institucionais a que tive acesso, tanto na fala do ex-secretário Hélio Leitão de “uma prisão que acolhe vulneráveis”, como na fala direção prisional. O início da formação da equipe de agentes penitenciários ocorreu por meio de critérios mais ou menos estabelecidos que buscavam pessoas que se adequassem ao perfil do Imelda, que estivessem dispostos a respeitar: nome social, sexualidade, gênero.

É preciso salientar que ao longo da pesquisa houve mudanças na gestão prisional com a criação da Secretaria de Administração. Rotinas de disciplina, visita e restiva na entrada e saída da cela foram mudadas; as especificações sobre quantidades e descrições sobre alimentos e materiais de higiene que são levados por familiares para os internos também mudaram. Essas modificações foram implantadas em todas as unidades prisionais, a quantidade de visitas foi reduzida e no contexto do Presídio Irmã Imelda internas passaram a

¹⁵ Os “bofes” são homens heterossexuais ou homossexuais que desempenham papel “ativo” na relação sexual.

reclamar de alguns agentes por não respeitarem a utilização do nome social. Na seção sobre transfeminismo essas questões são colocadas por Camila.

“*O Imelda*”, como é chamado comumente, tem esse nome como homenagem à Irmã Maria Imelda Lima Pontes. Esta, que era freira e realizava trabalhos sociais dentro da prisão feminina, também foi advogada criminalista e fundou uma instituição filantrópica que prestava ajuda jurídica e social a pessoas pobres. Toda a construção discursiva em torno do “Imelda” se formar tendo por base os Direitos Humanos. A imagem vai sendo contornada com ajuda da mídia e com isso reforça a descrição que atrai mais atenções, “Uma prisão GBT+¹⁶”; por ser a primeira no país existe um grande esforço por parte de agentes institucionais de torná-la um modelo. Em 2017, o projeto *Meninas que encantam*, que é anterior a unidade prisional, ganhou o prêmio de destaque no Prêmio *Innovare*, que reconhece práticas inovadoras no poder judiciário. O projeto *Meninas que encantam*, nasceu dentro da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III), a partir de um abaixo assinada de internos GBT’s que sofriam diversas violências exigindo atenção e cuidado especial diante de suas vulnerabilidades. Com isso são iniciadas atividades como rodas de conversa e a produção de fanzines com a equipe psicossocial. Algumas interlocutoras que vieram transferidas e estão na unidade prisional desde o começo mostram-se muito gratas a assistente social que organizava a oficina de fanzines. Este passou a ser um veículo de comunicação com a direção e de materialização das reivindicações e denúncias de desrespeito dentro da prisão.

As oficinas continuam acontecendo e observa-se que o teor das produções, o conteúdo dos fanzines modificou-se. Narrativas sobre amor, beleza, poesia ganham espaço no contexto da produção que ocorre mensalmente, realizei entrevista com a psicóloga sobre as oficinas de fanzine e analiso essas mudanças dentro do item “Só babado: superfície narrativa”. Essa espécie de “rebelião pela palavra” figurada por meio dos fanzines constitui um evento importante dentro da dinâmica da prisão e o respeito a identidade de gênero¹⁷.

¹⁶ “Desde a inauguração, o presídio Irmã Imelda já recebeu espetáculos teatrais, debates e ações específicas desenvolvidas em parceria com a Coordenadoria Especial de diversidade Sexual. Atualmente a unidade conta com 154 internos, dos quais 21 são GBT.”. Notícia de 05 de dezembro de 2017 que fala sobre um prêmio recebido pelo presídio. Embora existam outros públicos, explicitamente há uma tendência a utilizar-se da categorização “GBT”. Isso é replicado nos discursos institucionais e no grupo GBT, quando afirmam que essa foi uma “conquista LGBT”. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/justica-cearense-e-destaque-no-premio-innovare-2017-1.1860770> Acesso: 19 out. 2019.

¹⁷ A resolução conjunta Nº1, de 15 de abril de 2014, traz disposições sobre direitos da população LGBT+ encarcerada, chama a atenção ao artigo 3º e o artigo 5º que dispõem sobre o tratamento destinado à travestis e transsexuais: “Art. 3º - Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos e Art. 5º - À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.” PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (2014).

Partindo disso, houve mudanças no respeito à identidade de gênero por meio da permissão do uso de roupas femininas, nome social e manutenção do cabelo grande. Essas informações sobre novas disposições as questões de gênero são informações contidas na descrição do projeto *Inovare*, uma narrativa institucional. No entanto, militantes e internas do sistema prisional apontam outras realidades, não pude me deter a esse outro contexto pois teria que estender meu campo de pesquisa para outras unidades prisionais. Não obstante, esses eventos têm repercussão no sistema prisional cearense e na organização de travestis presas e suas demandas por segurança e respeito.

Nesse ponto identifico que começa a ser formado um núcleo de afirmação e reivindicação, que trato mais adiante quando falo sobre o “nascimento de uma prisão LGBT”. Após a crise do sistema penitenciário cearense em maio de 2016, GBT's foram transferidos para a Unidade prisional Irmã Imelda, que já vinha sendo pensada para acolhimento de grupos vulneráveis na prisão. A organização de GBT's e o reconhecimento do Estado, mediante a Lei de Execuções Penais e as demandas das internas, possibilitam a criação de um território novo.

1.3 Trajetória social e aquisição de direitos

A descrição etnográfica dos processos históricos e eventos que antecederam a criação do presídio Irmã Imelda Lima Pontes, nesse contexto de pesquisa, torna-se imprescindível. A importância da história e de como ela altera as estruturas discursivas em diversos âmbitos, ampara a compreensão analítica sobre as narrativas de minhas interlocutoras. O conhecimento aprimorado do contexto investigativo ajuda a forjar as estratégias metodológicas que, nesse caso, levam em consideração a dificuldade e necessidade de estabelecer uma relação firme de proximidade.

A sensibilidade para não “exotizar” vivências de travestis e transexuais presas requer cuidado ao estabelecer vínculo. A ideia da construção de pesquisa ética apresentada por Amina Mama (2010), em “Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade”, aponta a necessidade de aprofundar as questões éticas, coloca algumas questões que suscitam reflexão teórico-prática: “Quem eu sou?”, “O trabalho que realizo serve a quem?”. Faz-se necessário atentar que a identidade do pesquisador, assim como sua realidade e origem sócio-histórica influencia tanto aquilo é pesquisado como de que forma é pesquisado. Dessa maneira, a ética não pode ser compreendida como algo suspenso ou delimitado a um ambiente particular, as questões éticas estão presentes em todas as fases da pesquisa e acompanham o pesquisador.

As relações espaciais e intersubjetivas com as interlocutoras ocorrem em um período de intensificação de processos de mudança, tanto no campo teórico como na trajetória dos movimentos sociais que vinha conquistando representatividade e direitos ao longo dos últimos anos. A nova política nacional altera a trajetória de movimentos sociais que defendem minorias e direitos são colocados sob risco, assim como a continuidade de projetos como o “*Imelda*”. Uma das interlocutoras de pesquisa Lúcia Bertini, que é pesquisadora e gestora de políticas públicas para minorias, identifica que, mesmo a prisão estando sob a gestão do Estado a política federal, pode repercutir no contexto regional.

Os discursos ultrapassam delimitações espaciais de gestão, da mesma forma a mudança que houve na separação da Secretária de Administração Penitenciária da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, moldam novas práticas e novos modelos de gestão. A crise de violência no Ceará que houve em janeiro de 2019 “exigiu” do governo estadual mais investimentos em políticas de combate à violência, essas medidas ocorrem pela intensificação de um estado policial. O evento da crise se configura como a soma de outras crises que o Estado já vivenciava e da organização de facções criminosas.

Os eventos localizados e as transformações a nível nacional repercutem em todos os setores, a complexidade das metamorfoses históricas estende-se por toda sociedade, no entanto minorias sociais têm sua vulnerabilidade exposta pela incerteza. O risco está tanto na estagnação de aquisição de direitos como no retrocesso político, violência e desrespeito. Lançado em 09 de julho de 2019, o edital N° 29/2019 da UNILAB, que se destinava ao público intersexual, pessoa não-binária, travestis e transexuais é 07 dias depois suspenso. O presidente Jair Bolsonaro anuncia por seu Twitter que o Ministério da Educação interviria para suspender e em seguida cancelar o edital.

Enquanto isso, no campo teórico, avançamos o debate, a política nacional promove desmonte e ataque as universidades e pautas vinculadas ao direito de minorias sociais. Questões de gênero e sexualidade, que sempre estiveram no campo das disputas discursivas, passam a sofrer ataques diretos e sucessivos investimentos de deslegitimação e silenciamento. As estruturas dominantes de poder identificam o sexo como o lugar do “perigo”, lugar de produção de narrativas e poder adverso ao interesse político dominante. Além disso, angariar “adeptos” pelo ataque ao sexo compõe uma estratégia antiga de dominação. Desde o silenciamento no período vitoriano que Foucault nos descreve até o encobrimento pela “natureza” em oposição à cultura.

Sobre a “naturalização” do sexo, pensando nas discussões teóricas, feministas vêm tencionando asserções sobre a construção do sexo, além da construção do gênero, como era pensado a princípio nas discussões acadêmicas sobre sexo, gênero e sexualidade.

Estaríamos saindo do que Butler (2015) nomeia como “as ruínas circulares do debate contemporâneo”? A impermeabilidade do “sexo” é orquestrada pela maquinaria do poder, em exercício contínuo para encobrir interstícios discursivos. Foucault (2013) nos fala sobre a “polícia do sexo e a regulação dos discursos úteis”, havendo então como é descrito na *História da Sexualidade (I)* um aparelhamento dos saberes para legitimar o que se fala sobre o sexo.

As trajetórias discursivas têm localização política. Assim como a passagem do sexo único à construção de dois sexos (LAQUEUR, 2001, p. 31): “não foi consequência de uma mudança científica mas de uma revolução epistemológica e sociopolítica”, o conceito de gênero como categoria analítica da mesma forma “emergiu num momento de grande efervescência epistemológica (...)”, como afirma Scott (1995, p. 85). As mesmas epistemologias que foram se movendo e se articulando para haver a possibilidade de se pensar sobre gênero, como o percebemos e analisamos hoje, continuam a produzir deslocamentos conceituais e epistêmicos.

A respeito do contexto em que se deu a possibilidade da inscrição na linguagem, da homossexualidade, Weeks (2010) aponta que foi fruto de uma necessidade de classificar a partir da diferença o que seria o normal – a heterossexualidade – e aquilo que representaria o “outro” diferente e anormal. O corpo relegado à clandestinidade opera como lugar de resistência e enfrentamento, a materialidade é produzida pela positividade do poder. Essa materialidade está na presença de travestis na universidade, por exemplo, como no impedimento do edital de ingresso relatado acima. Luma Andrade, travesti e professora-adjunta da UNILAB, relata em sua tese “Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa” (2013) os dispositivos que excluem travestis do ambiente escolar.

Cada contexto elencará suas principais estratégias de assujeitamento dentro da dinâmica que é imposta de modo flagrante ou encoberto. No contexto da prisão, a presença de travestis e transexuais “desorganiza”, “desafia” a estrutura institucional que por essência é feita para “o” crime, e o crime é território de “homens”. Desse modo, o advento de uma prisão “LGBT” acompanha o reconhecimento, por parte do Estado, da existência desses sujeitos e de sua vulnerabilidade diante dessa estrutura. As experiências suscitadas a partir disso aglomeram narrativas sobre percepções sutis de performance de gênero no cárcere e a política dos corpos que ali transitam.

1.4 Objetivo e problemas de pesquisa

Por meio do campo e seus sons, cheiros, sabores, espasmos de tempo, escuridão, banhos de luz, a textura da pele, o desenho dos corpos, tudo que emerge da observação minuciosa irão compor um caleidoscópio de sentidos, vividos e falados. As múltiplas formas de narrar as experiências sobre o vivido e o sofrido na sexualidade geram efeitos de discurso que se manifestam nas narrativas da prisão e se enunciam nas entrelinhas do que é verbalizado, dito, afirmado, que muitas vezes divergem do discurso oficioso.

Narrar o que passa diante dos olhos, com algum nível de detalhamento torna-se desejável e almejado neste empreendimento. Dessa forma, por meio da escuta dos inúmeros agentes do cárcere, buscarei observar a linguagem banal que expressa o cotidiano na comunicação diária, que expõe propósitos e representações que divergem da forma única de se pensar o mundo fora da prisão, no que toca ao trinômio sexo-gênero-sexualidade. Essa linguagem que reflete mundos divergentes propõe diferentes funções para as palavras, vocábulos e sentenças, a respeito do vivido, por lembranças, sensações e desejos – retesados, contidos e inflados na prisão.

Pretendo ouvir no cotidiano sensorializado às avessas daquilo o que nos é dado normativamente, recortes de grupos sociais que se encontram numa intrincada estrutura relacional entre indivíduos retidos pela sociedade, pelo Estado e pela justiça. Minha pesquisa propõe-se, com isso, compreender através das narrativas de travestis e transexuais na referida unidade, a partir do horizonte intramuros, a tensão produzida entre os discursos individuais contidos nas trajetórias de vida e o discurso sobre a prisão. A historicidade de uma problemática e trajetória das prisões trazem visibilidade para questões que foram encobertas ao longo do tempo.

A problemática “Como são percebidas as vivências de travestis e transexuais em uma unidade prisional LGBT+?” irá nortear os caminhos metodológicos e teóricos ao longo da pesquisa, pois, ao ouvir seus discursos se tem condições de, através das interpretações, compreender como se dão os processos as trajetórias individuais de grupos minoritários que tem seu sexo, gênero e sexualidade, contestados continuamente. Em busca de ressignificar suas palavras, a narratividade surgida em torno dessas questões no interior desta unidade – tendo em vista ser a pioneira – pode ser tomada como constitutiva das primeiras experiências, do vivido e do sentido ali.

2 METODOLOGIA

2.1 Trajeto teórico: discussões sobre etnografia

Construir o seu “plano” e escolher suas “ferramentas teóricas” para traçar o percurso metodológico é tarefa primordial para o trabalho antropológico, teoria e campo estão imbricados, o que necessita permanente atenção ao “que” e “como” está sendo produzida sua etnografia. As transformações nas posturas metodológicas ao longo da segunda metade do século XX¹⁸ e início do século XXI abrem possibilidades, ao mesmo tempo duras contestações para pesquisas em sociedades contemporâneas e de proximidade do pesquisador. Os ideais metodológicos de distanciamento espacial e mesmo o distanciamento do tempo¹⁹ na construção do outro já não satisfazem etnografias.

Um movimento importante de diferenciação metodológica apresenta-se por meio da “teoria da ação” e a “análise das representações”. Feldman-Bianco (2011, p. 25) nos fala que: “Ao evitar o estudo da ‘mente’ e das representações de forma estática e com base tão somente em questionamentos formulados a informantes sobre temas abrangentes, essa perspectiva abre possibilidades para a análise da cultura como processo.”

Acompanho a perspectiva da autora, tentando fazer a junção do campo biográfico por meio das narrativas, história social e categorias êmicas e éticas. Identifico a potência do “detalhe” das narrativas para análise da vida social de minorias, as contradições, particularidades e similitudes compõem a dinamicidade da cultura. A análise de “processos” admite que supostas irregularidades nos discursos sociais fazem parte do processo dialético e de mudanças.

Minha preocupação direciona-se ao que Nadel (2011) chama de “espaços intersticiais”, que são as relações, intercâmbios, comunicação, por meio das quais discursos e instituições se apresentam. Esses espaços hora “micro”, hora “globais” caracterizam o trabalho do antropólogo, diferentes “lentes” são usadas no processo de observação e escrita. Toda essa dinâmica ampara-se no caráter processual da abordagem proposta. Superamos análises estáticas e somente sincrônicas, os “interstícios sociais” são cada vez mais permeados pela pesquisa antropológica das sociedades contemporâneas. A construção metodológica para adentrar esses novos espaços deve manter-se alinhada com um entrelaçamento contínuo entre

18 As várias abordagens teóricas e seus caminhos são descritos e discutidos por Ortner (2011) que adota a “praxis” ou “ação” como “símbolo-chave” de investigação. A autora aponta uma ressalva crítica em que observa a ironia contida no fato de que “a mudança é em grande medida um subproduto, uma consequência não intencional da ação, por mais racional que a ação tenha sido.” (ORTNER, 2011, p. 455). A autora admite que, como em toda teoria existem certas lacunas a serem discutidas. Ainda sobre as “crises na construção do outro”, Ortner (2011) escreve, assim como Peirano (1997), em meio ao “processo liminar” que a Antropologia viveu entre os anos 80 e início dos anos 90. A discussão de Ortner sobre a articulação entre estrutura e processo social, por meio do que ela denomina “símbolo-chave” da “praxis”, tornou-se um marco de discussão sobre o período de crise que a Antropologia viveu. No ensaio da autora, após passar por várias correntes teóricas ao longo de décadas, ficamos nos perguntando: como estamos hoje? Em entrevista em 2006, ao ser perguntada sobre o processo que estamos vivenciando nos anos 2000, Ortner vê, 25 anos depois, um momento semelhante.

19 Ver: FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

campo e teoria, esse posicionamento nos encaminha para a pertinente discussão sobre a (im) possibilidade da etnografia ser um método.

A “teoria vivida” é a perspectiva teórico-metodológica adotada por Peirano (2008), que nos fala “É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da disciplina – a “eterna juventude” de que falou Weber.” Ao tomar como cerne da questão a teoria engendrada com a prática, devemos assumir o compromisso formativo, é necessário revisitar clássicos (criticamente), permanecer afinado com o aparato teórico discursivo e estar em campo produzindo “estranhamentos²⁰”. Nesse aspecto, aproximo o contexto prisional de um estranhamento estratégico, observar transpondo as representações do imaginário social, mas também destituindo a representação da prisão com conteúdo de saber unitário-acadêmico. Aspectos como a disciplina e controle se repetem se olharmos para a prisão (unitária) como instituição, agora o problema criado a partir disso em uma prisão GBT+ pluraliza o conteúdo analítico por meio dos saberes êmicos éticos.

É justamente essa “desnaturalização” das “normalidades” que faz o olhar do etnógrafo. Magnani (2009) apresenta a experiência etnográfica em dois tempos: “primeira impressão” e a “experiência reveladora”, esse último termo tomado de empréstimo de Peirano (1995). O autor considera ainda a noção de totalidade, em que admite diferentes planos e escalas²¹. Refletir sobre as implicações da etnografia nos afirma sobre a consistência teórica necessária para sua edificação ao longo de todo seu processo, esse diálogo entre teoria e campo traz novas questões e novas proposições teóricas. Na presente pesquisa o uso de “escalas” envolve um delicado trabalho, considerando que mesmo a fala das travestis e transexuais sendo o cerne da discussão, a problematização com relação a ordem institucional se mantêm. São idas e voltas em planos que se entrelaçam.

Retomando mais objetivamente ao questionamento sobre a (im) possibilidade da etnografia como método, acompanho a perspectiva acima traçada e a proposição de Peirano (2014), etnografia não é método, pois “a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual.” Essa artesanaria do pensamento teórico se figura superposto às experiências na prisão, assim como a feição da escrita etnográfica. A crítica pós-moderna esteve atenta tanto às problematizações sobre a etnografia, como ao processo de “textualização”, valorosa discussão no campo antropológico. O material construído no campo,

²⁰ Gilberto Velho discute “o desafio da proximidade” a partir de sua dissertação que se tornou o livro “A utopia urbana”, o autor indica a necessidade de “estranhar o familiar”.

²¹ Ver: MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Aqui o autor trabalha de maneira mais detalhada e objetiva a noção de “totalidade” na qual menciona como uma das considerações sobre o trabalho etnográfico.

sua forma bruta, é tecido junto aos elementos teóricos que ajudam a pensar determinada peça, seja do discurso narrativo do interlocutor, seja da narrativa que se elabora pelo contato do pesquisador com o campo. Descrições, falas, comparações se tornam superfícies de análise do pesquisador, compreendo a textualização como processo de escrita que começa a se desenhar antes mesmo de chegar ao papel. Textualizamos continuamente por meio das interações sociais, a linguagem é textualização, pensando em uma perspectiva ampliada de texto, “a cultura como texto” (GEERTZ, 1978). Esse me parece ser um aspecto constituinte da escrita etnográfica, mas que a antecede.

James Clifford, crítico literário, identifica a autoridade etnográfica sendo construída por meio do processo de escrita e da representação da alteridade. O autor toma então, como afirma Rabinow (1999, p. 81), “como nativos e informantes aqueles antropólogos do passado e do presente cujo trabalho, conscientemente ou não, tem sido a produção de textos, a escrita de etnografias.” No entanto, a força do movimento pós-moderno se localiza muito mais na crítica e na proposição de maior reflexividade, do que propriamente na construção de um novo paradigma para a disciplina. A pluralidade no processo de textualização pode ser vista como possibilidade, em vez de elemento de dispersão, pensar sobre como “representar” é articular a reflexividade da subjetividade.

A localização de quem ou o quê o antropólogo deseja representar, da mesma forma torna-se um problema, não como algo a ser solucionado, mas como uma raiz compreensiva sobre a presença, alteridade e representação. A questão fundamental é como representar o outro que agora está “tão próximo”? Strathern (2014, p.157) ao problematizar “os limites da autoetnografia” diz que é necessário saber onde fica a “casa” e a afirmação de que antropólogos estão trabalhando em casa, deve ser dada mediante a relação estabelecida entre suas técnicas e organização do conhecimento.

Minha proposição é uma tentativa de propor um “diálogo” entre aspectos teóricos e históricos e minhas interpretações etnográficas. A forma como represento minhas interlocutoras é uma tentativa de proporcionar um lugar discursivo, ao mesmo tempo em que observo as amarrações feitas com a proposta da etnografia. Privilegiar a fala do outro não significa somente deixá-lo falar ou transcrever integralmente, mas também levar a fundo suas interpretações. Não se trata de “validações”, argumento que minhas interlocutoras também produzem “teorias”, fundamentos quando produzem suas percepções e as transportam para suas narrativas.

Aqui notadamente nos remetemos as questões epistemológicas quanto a representação do outro, que são apresentadas por Rabinaw (1999), o autor dialoga a

proposição de Foucault sobre “os regimes de verdade e falsidade”²², para o primeiro autor seria necessário questionar instituições, campos epistemológicos e de poder. Questionar a configuração do poder, em sua positividade e negatividade, torna-se possível por meio da observação do detalhe em contexto. A vivência de travestis e transexuais em uma prisão LGBT+ produz formatos de negociação muito específicos, por exemplo. A instituição oscila entre seu papel normatizador e a flexibilização de determinados aspectos para manter sua proposta de “diversidade”, a própria ocupação do espaço negociado é argumentativa. Identifico no presente contexto histórico e por meio da U.P Irmã Imelda um processo de deslocamento mais intenso, se visto dentro da História das prisões, no que diz respeito ao poder disciplinar nas prisões.

Retomando a discussão epistemológica, apesar das questões pertinentes referentes a epistemologia e poder, Caldeira (1988, p. 144) nos alerta que “a crítica antropológica não se limita a uma apreciação das condições de produção do conhecimento”. Ao final de suas considerações a autora supracitada relaciona o “estilo” com a adaptação ao objeto, assim como a necessidade de assumir a definição crítica e a responsabilidade da escolha²³.

Relevante apontar que uma das viradas ontológicas na antropologia pode ser vista por meio da problematização proposta por Viveiros de Castro (2002), que analisa as “regras do jogo” e logo no princípio observa algo no mínimo estranho, a saber, ao mesmo tempo em que a relação que estabelece a condição de igualdade entre antropólogo e nativo é um instrumento primordial, o modo de tecer o discurso sobre a cultura é concebido de forma diferente²⁴. Para o autor, a relação social seria por excelência a forma de construção do conhecimento antropológico, essa proposição leva à consequência de um “nativo relativo”. A reflexão dialoga com a discussão sobre a “autoetnografia” de Strathern (2014)²⁵, devemos pensar sobre “as regras do jogo” a construção da alteridade e da autoridade etnográfica, partindo de um movimento que avalia como podemos conhecer o outro. Como posso “conhecer” e “representar” – pela escrita etnográfica – travestis e transexuais?

22 Na sessão sobre “representação e sociedade”, que dá sequência a “verdade versus verdade e falsidade”, Rabinaw (1999, p.79) afirma que “o projeto de Foucault não era decidir sobre a verdade ou falsidade de reivindicação na história”, “mas ver historicamente como efeitos de verdade são produzidos dentro de discursos que, em si mesmos, não são nem verdadeiros nem falsos”. A epistemologia “como forma de conhecer” é um conhecimento localizado e historicamente produzida.

23 Uma visão bastante otimista sobre a “crise” na Antropologia e a representação é apresentada por Roberto Cardoso de Oliveira (1993), sua discussão leva em consideração a perspectiva interpretativista, e fala a partir de George Stocking Jr, de um “equilíbrio poli-paradigmático”. Dessa forma, não haveria realmente uma crise instalada, nem mesmo uma crise epistemológica, já que os diversos paradigmas continuam a ser utilizados, acompanho o pensamento de Cardoso de Oliveira (1993) e compreendo que a diversidade dos campos empíricos da Antropologia fazem com que múltiplos paradigmas perdurem em existência.

24 O conhecimento por parte do sujeito exige o desconhecimento por parte do objeto. Viveiros de Castro (2002, 116) O objetivo da discussão do “nativo relativo” é recusar essa ideia. A ideia do artigo acompanha a proposição de Wagner (1981, p. 35) de que estudamos a cultura por meio da cultura.

25 Por vezes é enganoso levar muito adiante a premissa metodológica de que todas as sociedades “têm” cultura. As técnicas de conhecimento que todos os povos têm sobre si mesmos não contemplam uma noção “cultura” tampouco o conceito de “sociedade”. (STRATHERN, 2014, p.156)

Esse movimento de reflexividade em Antropologia deve proporcionar o estabelecimento de outros modos de construção da relação de alteridade. Levar as últimas consequências a noção de que a cultura é viva é também admitir que existem diferentes contextos e processos de resistência detentores de autonomia. É justamente reconhecer essa autonomia que reafirma a alteridade, em vez de minimizar a capacidade de invenção da cultura²⁶.

Partindo disso, é possível verificar que as discussões pós-modernas possibilitaram o alargamento de campos teórico-metodológicos, ao passo que questionamentos foram postos ao fazer antropológico. A possibilidade de construir novos campos, assim como a maior reflexividade na abordagem da alteridade, as discussões epistemológicas que também são importantes para reavaliar como temos construído “o outro” e nossas posições diante de nossos interlocutores.

A “posicionalidade” é discutida por Lila Abu-Lughot (1991), partindo da construção do “outro” ou a “outrização”, seja para a Antropologia, seja para o Feminismo. Como esse outro vem sendo construído após as várias críticas pós-modernas? E arriscaria mais, o que vem após “o pessimismo sentimental” – como diria Sallins? Lila Abu-Lughot nos fala, a partir das “verdades parciais” de James Clifford, sobre “verdades posicionadas” essa concepção nos leva a refletir sobre a produção que se localiza mediante o “eu-antropólogo” e a elaboração da própria noção do que seria o “outro”.

A autora mostra que algo que a teoria feminista pode ensinar à antropologia é que o outro é sempre construção e o tempo todo corremos o risco de, ao criar oposições, gerar assimetrias e violência. A reflexão sobre posicionalidade tornar-se ao longo de minha pesquisa um instrumento que integra o percurso etnográfico, tento em vista que a diferença existe na medida em que entramos em contato com o “outro”. Minha localização como mulher, branca e de classe média que está a realizar uma pesquisa em uma prisão faz emergir questionamentos sobre a construção do campo e o diálogo com as interlocutoras.

As particularidades do campo não devem remeter, diretamente ou como uma relação de causa-efeito, ao “excêntrico”. O particular nada mais é que a diferença, negar a “outrização” não é negar a diferença, mas compreender de que modo essa diferença pode ser concebida, aqui adentramos o campo da crítica aos “essencialismos”. À medida que vou traçando o pensamento estrutural da etnografia empreendida, inevitavelmente falo do trabalho metodológico-teórico implicado nas escolhas locais da pesquisa. A corrente se estende ao pensamento crítico sobre as modalidades de conhecimento e ao constante processo de reflexividade.

²⁶ O problema é que, ao negar qualquer autonomia cultural ou intencionalidade histórica à alteridade indígena, as antropologias do sistema mundial se tornaram muito semelhantes ao colonialismo que elas, justificadamente, condenavam. (SAHLINS, 1997, p. 52)

Donna Haraway (1995, p. 9) alerta, partindo da crítica à aplicação do método científico, sobre a “objetividade científica descorporificada”, estreito essa assertiva com a relação de “posicionalidade” apontada por Lila Abu-Lughoh. As relações estabelecidas com a construção metodológica das teorias feministas e a antropologia devem transpor aquilo que tanto criticam, ao passo que a proposição de lugares de conhecimento deve ser elaborada em profundidade²⁷. Pensar sobre objetividade torna-se uma reflexão opaca se, não levarmos em consideração o modo como a própria concepção de “objetividade” é construída e seus pressupostos enraizados na ciência.

Essas reflexões teóricas me levam a proposição de narrativas não como meros objetos de análise, mas como formas epistemológicas em si, que dramatizam significados e situam sujeitos. O papel da narrativa e do ato de narrar na constituição da vida social e na construção da experiência e subjetividade, questionam aspectos interseccionais de gênero, sexualidade, classe e raça. As narrativas apontam os limites, ambiguidades e “parcialidades” da compreensão. A escrita etnográfica pode ser considerada uma prática discursiva, onde a própria forma narrativa delimita os modos de ler, refletir e agir sobre discursos, códigos, forças e afetos, que compõem o “objeto” específico e o contexto mais amplo da presente reflexão teórica.

Todas essas questões teóricas, como já mencionado, não são elaboradas distantes do campo e o antropólogo como aquele que “escreve textos” também presentifica-se no campo e no texto. Após a publicação do diário de campo de Malinowski, abandona-se a inocente perspectiva do pesquisador neutro, que seria quase como um instrumento perceptivo estéril e objetivo. O trabalho de Fravet-Saada sobre a feitiçaria no Bocage leva a discussão sobre a presença do pesquisador em campo a outros lugares discursivos. Superamos o ideal do “distanciamento” já há algum tempo; o que se coloca agora em termos de Fravet-Saada é o pesquisador “afetado”. Acredito que nossa afetação não necessariamente deva ser radicalmente concebida, no entanto esse movimento subjetivo já começa a ser dado na escolha dos nossos objetivos e campo de pesquisa.

A subjetividade do pesquisador pode ser compreendida em vários aspectos. Grossi (1992) aponta que na “viagem antropológica” a experiência tem repercussão diversa, porém alguns aspectos têm traços mais recorrentes, são eles:

(...) a angústia decorrente do contato com o “outro”, a problemática da “sedução” mútua do trabalho de campo, a preocupação com o “mito do antropólogo assexuado” que parece mais presente no relato das antropólogas, as complexas relações de poder que se estabelecem entre “nativos” e pesquisador, a dimensão

²⁷ Lila Abu-Lughot (1991, p.15-16) afirma que: as feministas têm insistir numa explicação melhor do mundo; não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo. E continua argumentando “As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado.” A autora argumenta sobre ciência por meio da oposição de construtivismo radical e empiricismo crítico feminista.

política do trabalho do antropólogo em contato com grupos “marginalizados” e, as ambiguidades dilacerantes com quais os pesquisadores se defrontam no momento de “escrever sobre os outros”. (GROSSI, 1992, p. 14-15)

É necessário atentar que ao longo da pesquisa esses elementos podem mostrar-se de forma simultânea e o manejo da relação intersubjetiva deve ser objeto de observação da pesquisadora. A postura requer um olhar que parte de si e um outro olhar que olha para a relação que se estabelece. No contexto da prisão, o contexto político da relação passa a ser alvo de reflexão, levando em consideração que a assimetria não se desfaz, se dissipa, mas continua sendo presença esfumada.

2.2 Proposições de pesquisa

Minha pesquisa no âmbito prisional com discussões relativas a gênero vem de experiências outras, que de algum modo mobilizaram “afetos” e tocam meus interesses de pesquisa. Interpreto a necessidade de ser afetado como a possibilidade de tornar o campo um lugar que suscite constante interesse, tento em vista que aquele será seu espaço de investigação. As relações que são estabelecidas a partir dessa afetação devem proporcionar um exercício de reflexão, “afastar-se, aproximar-se”; ser afetado pelo campo não pode significar transformar-se em um outro. No campo, e mesmo no processo de escrita, a postura do pesquisador não pode se perder, levando em consideração a discussão acima traçada, que concebe a etnografia que se constrói com teoria e campo.

A construção da pesquisa é um processo contínuo, encontramos na subjetividade do pesquisador uma válvula por onde a investigação torna a aproximação entre estes entes possível. Estamos falando assim daquilo o que Geertz (2013, p. 61) identifica como “experiência próxima”, segundo ele “descrições que são vistas “de dentro” *versus* as que são vistas “de fora”, ou descrições “na primeira pessoa” *versus* aquelas “na terceira pessoa”, constituem distinções notáveis na antropologia para a observação do campo pesquisado. Através da construção da etnografia é possível alcançar os efeitos de discurso nas narrativas dos sujeitos, é possível compreender as ambivalências e ambiguidades no encontro com a alteridade, com o outro.

A pesquisa etnográfica constantemente está envolvida em um “jogo²⁸”. A ideia de movimento constante adere ao processo de reflexão e constitui um de meus compromissos de pesquisa. Constantemente, deve-se olhar para que tipo de “participação” está sendo

²⁸ Sobre a construção do campo como um jogo Rodrigues (1997, p. 38) afirma que: tanto a proposta temática quanto o recorte empírico articulam um jogo envolvendo a proximidade e a distância, a objetividade e a subjetividade, subvertendo a relação sujeito/objeto e ao mesmo tempo explorando a noção de reflexividade.

empreendida em campo, assim como as nuances que chegam à escrita. A metodologia aqui pensada deseja alcançar para além das narrativas de travestis, a sensibilidade de poder “olhar de dentro”, entender através de deambulações o que é proibido ou permitido, as conexões, as falhas, os lapsos, os cheiros, os ruídos, contidos e enunciados, em minha participação no contexto de pesquisa.

Estar atenta a todos esses “olhares” acompanha meu objetivo de trabalhar com narrativas de travestis e transexuais. Situar as narrativas dentro de processos sociais e culturais por meio das experiências individuais, assim como refletir sobre a memória contida nos valores locais, constrói conhecimento antropológico por meio da tessitura das narrativas. Esse é um processo delicado que envolve não apenas ouvir (correndo o risco de apenas descrever), mas também uma série de processos como apresenta Kofes (1994, p. 119):

1ª) na situação de entrevista; 2ª) como narrativas (sobre o que fala o sujeito entrevistado e como constrói sua narrativa); 3ª) as possibilidades analíticas, para o pesquisador. Alguns pressupostos norteiam minha análise. O primeiro é que a estória de vida adquire maior relevância quando se considera as três dimensões a que me referi, sem que se privilegie uma ou outra. O segundo, e como decorrência é que, situados nestas três dimensões os relatos de histórias de vida não seriam vistos como desconexos e incoerentes e, portanto, fadados a só adquirirem sentido quando reordenados pelo pesquisador.

“Ouvir”, assim como “olhar”, requer o exercício de “domesticação”, expressão de Cardoso de Oliveira, as percepções e sinestesia no campo não podem nem ser avassaladoras demais (sem refino), nem impermeáveis. Acredito que muito dessas habilidades estão implicadas tanto na construção metodológica como na formação do antropólogo; a presença do pesquisador em campo como catalisador de tantos elementos que se interconectam também deve ser alvo do já mencionado processo de reflexividade.

Os caminhos metodológicos e formativos vão sendo traçados, entre tropeços e passos firmes, a primeira abertura do campo, para mim, mostrou como toda as discussões teóricas ajudam a firmar o empreendimento etnográfico. Considero a delimitação do objeto e a problemática elementos basilares para o estabelecimento de um bom caminho metodológico, “as afetações” sem perder de vista a realidade do campo e a possibilidade de tempo disponível. Esses são fatores que, o tempo todo, a pesquisadora deve (re)visitar e da mesma forma se compreender dentro da dinâmica da pesquisa, que rumos metodológicos têm escolhido traçar.

2.3 O caminho até o “Imelda”

Cada campo a ser pesquisado e etnografia a ser tecida têm suas particularidades e dificuldades, sendo que meus primeiros passos em direção ao campo tiveram que ser feitos a partir da lógica da instituição que a princípio intermediaria, primeiro a possibilidade da pesquisa e depois a forma como meu acesso se daria. Para realização de qualquer pesquisa com sujeitos ou organização gerenciadas na época pela então Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, seria necessário um protocolo onde apresento meu projeto de pesquisa, assim como me comprometo a apresentar meus resultados e encaminhar minha dissertação para compor um banco de pesquisas realizadas no âmbito dos equipamentos e serviços da SEJUS-CE²⁹. Atualmente, quem responde a essa demanda é a Secretaria de Administração Penitenciária.

Sendo uma pesquisa no âmbito prisional, meu projeto foi avaliado pela Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR)³⁰, após a aprovação eu estava apta para dialogar com a direção da Unidade Prisional e verificar a possibilidade da realização da pesquisa e sob quais condições isso seria possível. A regulação dos discursos que podem ser produzidos dentro daquele espaço nos fala da normatização dos “regimes de verdade”, o próprio fato de ser um trabalho que trata de “histórias de vida” amortece minha recepção no presídio.

Retomando o caminho percorrido após a aceitação da realização da pesquisa pela EGPR, ocorre o contato telefônico com a U.P que foi possível de forma mais ágil por meio de contatos pessoais com antigos colegas da Central de Alternativas Penais (CAP). Ainda por mensagem de texto fui solicitada a apresentar o termo de aceitação da EGPR, logo em seguida já marquei minha primeira visita ao campo propriamente, antes disso havia realizado entrevista com o secretário da SEJUS-CE que esteve à frente da implantação da U.P Irmã Imelda, além de estar atenta às notícias publicadas sobre os projetos desenvolvidos naquele espaço.

Após esse primeiro estabelecimento de contato sobre meu contexto de pesquisa, consigo o contato da diretora da U.P, que logo marca um dia para minha primeira visita. Fui então em uma quarta-feira que sucedeu uma semana de ataques armados a prédios públicos e a Secretaria de justiça do Estado do Ceará, além de ameaças ao então governador Camilo Santana, ao Senador Eunício de Oliveira e à Assembleia Legislativa. As ameaças e os ataques

²⁹ No início dos itinerários de pesquisa e procedimentos protocolares a instância que respondia pela gestão penitenciária era a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Em dezembro de 2018 houve uma mudança, nasce a Secretária de Administração Penitenciária e a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos, na prática ocorre uma separação de setores que antes eram ligados a SEJUS.

³⁰ O objetivo da EGPR é a formação de profissionais para a atuação no sistema prisional, estando de acordo a Lei de execuções Penais A EGPR foi criada pela Lei nº 14.040, de 27/12/2007, organizada pelo Decreto nº 29.202, de 29/02/2008 e inaugurada em 22 de maio de 2009. É uma Coordenadoria que integra a estrutura organizacional da Secretaria da Justiça e Cidadania, como unidade de execução programática. Hoje esse órgão vincula-se a Secretaria de Administração Penitenciária. Disponível em: <http://www.sejus.ce.gov.br/projeto/egpr/>. Acesso em 19 out. 2019. O documento que é expedido para liberação da pesquisa foi elaborado e assinado pela Coordenadoria Especial do Sistema Prisional (COESP) que dialoga com a EGPR com relação aos procedimentos burocráticos de pesquisa dentro do sistema prisional.

seriam motivados por conta do projeto de implantação de bloqueadores de celular em presídios. Num dia em que a tensão ainda ressoava a trinta e um quilômetros de Fortaleza chego ao campo.

Esse percurso acontece em paridade com minha formação em sala de aula, o que foi muito satisfatório para construção teórico-metodológica da pesquisa; meus primeiros passos acontecem no entrelaçamento da abertura do campo e da formação para “o fazer etnográfico”. Desde o início de nossa formação como Antropólogos ouvimos e lemos que o campo, por excelência, é um espaço generoso em conteúdo, o campo tem vida.

As teorias e etnografias que vamos lendo vão tecendo em nós novos olhares, percepções e constroem a possibilidade de estarmos em campo, e diante de nossos interlocutores frente ao caleidoscópio de leituras possíveis. Uma pequena inclinação na visão, a mudança das horas, uma pergunta diferente, a descoberta das omissões, esses e tantos outros intercursos que acontecem nos conduzem, tanto a outros contextos que estão imbricados ao nosso campo, como para possibilidades diversas de pesquisa.

A multiplicidade de cenas e a profundidade que cada uma guarda é uma preciosidade para uma pesquisadora recém-chegada ao campo, no entanto, ao passo que se abrem muitos caminhos, o etnógrafo pode se perder em seus objetivos. Escutamos que as teorias ajudam a iluminar o campo, parece que fica tudo tão cheio de luz que queremos dar conta de tudo, olhos e ouvidos vão passeando pelo campo e por onde passam já querem saber mais. Feito uma criança ou um jovem filósofo, temos tantas perguntas para as primeiras respostas do campo, mas, diferente destes, nossas perguntas e olhos não são ingênuos. Para a antropóloga as perguntas têm história, lugares teóricos de observação e saberes que foram decantados até sua formulação.

Roberto Cardoso de Oliveira nos fala da “domesticação teórica do olhar talvez como primeira experiência do pesquisador no ou em campo”. A reflexão sobre como olhamos e o que olhamos, como conhecemos e o que nos propomos conhecer é anterior aos primeiros passos em campo. Nesse sentido a construção da presença em campo se remete a formação do etnógrafo e questões epistemológicas, esse “olhar domesticado” coopera para a edificação da consistência teórica a ser desenvolvida ao longo do trabalho antropológico. A sensação da artesanaria na escrita etnográfica é previamente mediada pela artesanaria do olhar e do ouvir, essas percepções para uma jovem antropóloga são elaboradas no primeiro contato com o campo.

Toda essa reflexão proporcionada pelas discussões e leituras tem por intuito formar um etnógrafo com considerável sensibilidade teórica e de campo, acontece que leitura e experiência, presença, são fenômenos que habitam esferas diferentes apesar de

embrincamentos das mais diversas ordens. É com o contato empírico que o antropólogo pode tecer suas considerações, surpreender-se, elaborar novas hipóteses, refletir se sua problemática é sólida o suficiente para dar conta de seu recorte investigativo etc. Esses são questionamentos que na primeira fase da pesquisa vêm de forma contundente, e é justamente nesse período que a formulação metodológica vai se sofisticando para que o encaminhamento da pesquisa seja satisfatório.

Outros movimentos vão ocorrendo e o que antes era um projeto vai ganhando forma. É necessário também o exercício de “ir deixando”, abrir mão daquilo que por mais interessante que seja está para além da problemática. Colocando dessa forma pode parecer que vamos nos fechando e abandonando o que não nos serve. O contrário disso, na verdade, é estar alinhado com a pesquisa e seus objetivos e, mesmo compreendendo que existem tantas paisagens dentro de uma mesma, conseguimos ir concatenando nosso campo e objetivos e as teorias. A lapidação do problema, assim como as conversas com o orientador e o reconhecimento do tempo disponível e das dificuldades do campo, mostra-se como processo de arremate para delimitação das esferas da pesquisa, da mesma forma que o refinamento da presença do pesquisador em campo.

A elaboração metodológica sofre cortes e mudanças estratégicas, o objetivo anterior de pesquisar sobre identidade e performance de gênero no cárcere é abandonado, assim como a intenção de abranger narrativas de outros grupos. Em seu lugar coloquei então a seguinte problemática: como são percebidas as vivências de travestis e transexuais em uma prisão GBT? E mais ainda: quais percursos históricos das prisões no Ceará até o nascimento de uma prisão LGBT? Partindo desses questionamentos logo de início a possibilidade de abranger o contato com travestis que estão em outras unidades prisionais é descartada. A problemática refere-se às trajetórias de vida de travestis e transexuais, mas circunscritas em uma prisão GBT+.

2.4 Uma estrangeira na prisão: presença e repercussão no campo

A guarita que espreita, regula e vigia a entrada e saída de veículos e pessoas no Complexo Penitenciário Feminino é sempre composta por dois guardas armados que ficam visíveis e mais um ou dois que não insisti em olhar. Aquela passagem pela guarita é um aceite ao cumprimento das regras, sejam elas explícitas ou não, e a tensão da passagem é sempre uma nova passagem, ao passo que não me localizo em nenhum dos grupos êmicos reconhecidos e institucionalmente amparados. Mesmo possuindo o termo de anuência da

Coordenadoria Especial do Sistema Prisional (COESP), cada passagem é um novo rito, seja porque a escala da guarita muda, seja porque minha entrada é mediada por sua aceitação que pode carregar argumentos de segurança³¹.

O “rito de passagem da soleira” ou “ritos de porta” são descritos por Arnold Van Gennep (2011, p. 37): “Os ritos da soleira não são, por conseguinte, ritos ‘de aliança’ propriamente ditos, mas ritos de preparação para a aliança, os quais são procedidos por ritos de preparação para a margem”. Meu rito da guarita certa vez foi interceptado: “Se vai ficar vindo aqui e não é funcionária, você precisa de um ofício pra passar por aqui”, falou-me o guarda após eu me apresentar como pesquisadora, desde então passei a me apresentar como psicóloga ou simplesmente “tenho uma entrevista agendada com a diretora do Imelda”. Ingenuidade não compreender logo a princípio que um “pesquisador” torna-se duplamente um estrangeiro, o caráter estranho de quem investiga e a presença de alguém que não cabe na ordenação da prisão.

O estranho não pode significar sozinho, existe estranho sempre em relação a algo ou alguém e eu era uma estranha em relação a todos. Estar “dentro ou fora” da prisão não é suficiente para narrar sobre a rede de significados que se forma com a chegada de uma estrangeira. Esse estado liminar me acompanha ao adentrar outras “soleiras” até o contato com minhas interlocutoras, a passagem pela guarita é a primeira em seguida vem a apresentação ao agente prisional que serve como porteiro e secretário além de manipular o detector de metais. É sempre o mesmo procedimento, apresento-me e peço para falar com a diretora, apesar de aceitar meu empreendimento, toda visita necessita de autorização para ir às alas.

O primeiro contato com a diretora me rendeu logo de início a apresentação de todas as instalações da prisão, logo na entrada me surpreendo com um pequeno aviário e uma grade que dá para o jardim que é cuidado pelos internos. Muitas rosas e alguns girassóis, “esse jardim é cuidado pelos nossos idosos”, menciona a diretora com orgulho. Passo por idosos que estão nas atividades da horta que fica ao lado do jardim, a diretoria menciona que essa atividade é destinada somente aos idosos, “aqui como você pode ver existe somente esse muro com pouca proteção, então aqui seria muito fácil alguém pular e já estaria do lado de fora, um garotão pula isso daqui fácil, por isso deixamos os idosos nessa atividade. Eles gostam também, vem para cá quem gosta de horta.”. A princípio pensar sobre “território”

³¹ Durante o primeiro semestre de 2019, muitas mudanças ocorreram “o formato de gestão” mudou com a modificação da SEJUS, que passou a ser CAP, e na prática afastou as pastas de Direitos Humanos e Cidadania e o ataques de facções criminosas. O país inteiro passou a acompanhar diariamente os vários ataques, incêndios a prédios públicos e ônibus, um imenso clima de terror, na seção “ 1.7 - Movimentos recentes sobre aspectos da prisão e criminalidade no Ceará” parte do capítulo 01 retrato um pouco desse contexto. Esse período me manteve afastada do campo, não me sentia segura para dar continuidade a pesquisa, assim como a gestão prisional não permitiria que eu corresse algum tipo de risco. Mesmo após a retomada do “controle” com a chegada da Força Nacional, durante um tempo ressoou essa tensão misturada com medo.

pareceu interessante, no entanto isso deve ser feito mediante o surgimento nas falas das interlocutoras, com o contato isso é colocado por meio da descrição da relação com os idosos e os “Maria da Penha”.

A presença estranha incide sobre internos e internas, mas talvez de forma ainda mais contundente sobre os funcionários, Goffman (1974, p. 70) alerta que “esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente.”. Ao longo do percurso de pesquisa é necessário estar atento às implicações da repercussão que a unidade prisional Irmã Imelda tem diante da mídia³². A U.P Irmã Imelda já recebeu a equipe de reportagem da RedeTV que utilizou a chamada “Penitenciária modelo no Ceará não registra rebeliões, superlotação ou fugas”, ao longo de treze minutos e um fundo musical de suspense e comoção a U.P é apresentada quase como um “oásis” dentro do sistema prisional.

Em 2015, antes da inauguração da prisão, um enviado especial do “*Libération*”, jornal francês, escreveu sobre o projeto *Meninas que Encantam* que daria início ao fortalecimento da proteção de pessoas LGBT’s no sistema prisional cearense. Essa reportagem também é mencionada pela diretora em nosso primeiro encontro, vários veículos de comunicação nacionais e regionais realizaram reportagens desde a inauguração da prisão. O documentário “Close”, de Rosane Gurgel, conta a rotina de travestis e transexuais dentro da prisão de uma forma “diferente e alegre”, foi exibido em vários eventos sobre diversidade e Direitos Humanos.

Após o primeiro encontro, contactei novamente para uma nova visita, no entanto não obtive resposta. Após um tempo entro em contato novamente minhas visitas são retomadas, mas sempre com diálogos com profissionais é nesse período que tenho acesso aos “Só babado”, fanzines produzidos pelo público GBT antes e após a transferência para o Imelda.

Minha próxima visita é marcada para uma quarta-feira à tarde, justamente no horário da atividade de dança, em que grande parte do grupo GBT+ fica diante de um enorme projetor que exhibe danças de diversos ritmos coreografados. O caráter de estranhamento é demarcado quando sou solicitada a me apresentar “se apresenta e vê quem quer falar com você e anota o nome, porque na próxima faço só chamar a pessoa. Pessoal, quem quiser pode ir falar com ela quando estiver cansado de dançar.”, assim minha presença é inscrita pela instituição.

Uma enorme dificuldade no itinerário de pesquisa vem em grande parte pelo caráter normatizador da minha presença diante dos interlocutores. Torna-se exótico o

³² Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/penitenciaria-modelo-no-ceara-nao-registra-rebelioes-superlotacao-ou-fugas-04020C9C326CE0816326>. Acesso em: 10 out. 2019.

pesquisador como um “forasteiro” que quer conhecer os “diferentes” dentro do sistema prisional, que da “massa carcerária” são “estranhos, excêntricos”. Outra ideia sobre a da prisão, tida como um lugar com rotina claramente delimitadas não resistente quando levamos em consideração que existem várias atividades propostas e constantemente as atividades estão sujeitas à alteração. Os horários fixados de entrada nas celas, refeições e visitas são bem delimitados como em qualquer outra instituição total, entretanto a possibilidade de existirem vários projetos lá dentro vai alterando, em alguma medida, a rotina institucional.

Ser reconhecida como “estrangeira” faz brotar inúmeras narrativas, a especificidade do campo acentua a “estrangeiridade” que é mediada pela instituição. O estabelecimento da relação pesquisador-interlocutor é primordial para um bom trabalho, no entanto admito que, ao optar pelo trabalho com as narrativas, assumo a necessidade e as dificuldades em estreitar essa relação. A composição da fala desfragmenta e encadeia recordações de diversas afetações, esse processo é construído também por meio de reelaborações. A proximidade e o entendimento da abertura de um limbo intersubjetivo se tornar essencial para falar de experiências em profundidade.

3 CAPÍTULO 01 - TRAJETÓRIAS: DO NASCIMENTO DA PRISÃO MODERNA A UMA “PRISÃO LGBT”

3.1 História e historicização: “como” e de “onde” se olha

O trabalho antropológico como se apresenta hoje, levando em considerações distintas linhagens teóricas, carrega em si a condensação da história da Antropologia e incursões metodológicas e epistemológicas. Hoje, o necessário para o desenvolvimento da disciplina apura-se enquanto que o movimento de “revisitar” a história da antropologia nos faz questionar nossa ética e posição em campo. Sempre é tempo de nos voltarmos às nossas origens, desnudos de “pessimismo sentimental” (SAHLINS, 1997) e da ingenuidade de uma ciência neutra. Nosso olhar é feito pelo tempo “presente” ou como, segundo Foucault, por determinados “regimes de verdade e falsidade”.

Admitir que estamos inscritos e circunscritos pelo tempo que vivemos, é necessário para complexificar “o que se produz” e “como se produz”, desse modo, a contextualização e a historicização formam uma relação dialógica com a Antropologia. Viajar no tempo e observar o passado de perto não é possível, nossos olhos não nos permitem “ver como outrora”, sempre retornamos a algo novo porque nossos olhos são outros³³. Isso não

33 “Se o mundo é o sistema dos objetos conhecíveis, então o sujeito, que conhece esse objetos, não pode estar, ele mesmo, no mundo, tanto quanto (nota Wittgenstein em seus primeiros escritos) o olho não pode ser objeto de seu próprio campo visual.” EAGLETON, Terry. A ideologia da Estética. In: *O imaginário kantiano* 55-77. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1993. Considero essencial desconstruir a perspectiva que torna o passado e a história uma cena congelada

significa dizer que estamos impossibilitados de acessar esse conteúdo, com o argumento de que ao atingi-lo já o estaríamos “contaminando”. Esse imobilismo pode ser superado pela contextualização da “história que acessamos” e da localização histórica de nossos saberes.

O entremeio da relação entre antropologia, tempo e história toca pontos instrumentais elementares para prática do antropólogo e a escrita da cultura. A temporalidade, entendida como a passagem do tempo e a percepção do homem e sua organização social e cultural do tempo, serve como categoria analítica que adensa a interpretação da cultura. Desse modo, a relação com a alteridade traçada pela Antropologia não pode ser reduzida ao aspecto instrumental de demarcação de diferenças, pois o processo de transformação está atrelado à experiência³⁴ que deve ser historicizada.

Para aprofundar a análise das trajetórias de vida das interlocutoras de pesquisa, assim como seu contexto prisional específico, vejo como necessidade refletir sobre processos históricos e contextuais. Partindo da perspectiva da história como “processo”, pode-se dizer que fazemos história ao representarmos a passagem do tempo e este modelo está presente em toda forma de organização social. Para chegarmos a adoção desse entendimento passamos por intempéries na conceituação da história para a antropologia como é demonstrado por Schwarz (2005), que tenciona de que forma a antropologia configura seu plano teórico-metodológico em relação a história na tradução da cultura e nas tradições das escolas antropológicas.

A distinção entre história e tempo é essencial, ao passo que a “história” que nos reportamos de imediato é essencialmente uma criação ocidental, nossa representação sobre o tempo. A categoria “tempo” é um universal, não há como pensar cultura sem nos remetermos à “tempo e espaço”, diferente da categoria “história” que é localizada e valorizada culturalmente. A valorização de formas ocidentais de registrar o transcorrer do tempo diz de nossa organização social, como nos relacionamos com o tempo, quais os valores atrelados a essa relação etc.

Ao discutir o conceito de história para Lévi Strauss³⁵, Marcio Goldman observa a distinção traçada pelo autor: “história dos homens”, ou historicidade (aquela que eles fazem “sem saber”), a “história dos historiadores” e a “história dos filósofos”, ou filosofia da história (GOLDMAN apud LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 286). Necessária à antropologia é a

que alcançamos integralmente e que por si só nos fala. A imanência ocorre por meio do nosso olhar, que por sua vez vê determinamos aspectos por estar submerso em substância histórica distinta e que sofre mutação constante.

34 A perspectiva do termo “experiência” a que me ateno está alinhada à de Joan W. Scott (1999, p. 42) “Sujeitos são constituídos discursivamente. A experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinado a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado. A experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas.”. Nesse primeiro capítulo a ênfase em processos coletivos circunscreve fatores estruturais de experiências individuais que serão tratadas mais adiante. Essa estratégia objetiva apontar processos de construção e transformação de marcadores sociais da diferença ao longo da história das prisões.

35 Lévi-Strauss sofreu e sofre até hoje interpretações apressadas que apontam para uma suposta negligência da história em suas formulações teóricas, Márcio Goldman discute a categoria história dentro do pensamento Lévi-straussiano buscando desfazer mal-entendidos.

historicidade³⁶. Na presente pesquisa, a história que travestis e transexuais fazem “sem saber” aderem ao campo de significados sobre os que são “excluídos” da história geral e da história das prisões. Essa “exclusão” ou minimização desses grupos na “história oficial” nos narra nas entrelinhas quais experiências representam uma ameaça ao poder vigente.

É justamente pela historicidade, que independe da “história oficial” e de quem governa e organiza as histórias que importam, que o nível da experiência e das trajetórias individuais é valoroso. A conjuntura e os eventos que circundam essa experiência são identificados como essenciais para compreender as mudanças na estrutura ao longo do tempo e como a ação desses sujeitos está relacionada a essas transformações. O que me diz o homoerotismo de dois homens em uma prisão na primeira república e o que fala uma travesti em uma prisão LGBT em contexto cearense? O que esses dois sujeitos históricos podem narrar sobre os mecanismos de controle e a mudança da organização social na prisão?

Um aspecto comum a ambos é a subversão da ordem, seja pela sexualidade ou pelo gênero. Ambos evocam o olhar disciplinar e o adestramento de corpos e sexualidades. As experiências que destoam das prescrições do controle colocam em risco a estrutura de poder, mesmo sendo relegadas à clandestinidade têm seus efeitos gotejados na conformação de mudanças históricas e sociais. A incorporação das experiências individuais é o que garante à instituição “prisão” abrigar indivíduos e formar “massas carcerárias”, a homogeneização e a padronização facilita o controle hierárquico.

Desse modo, traçar de forma crítica a história do dispositivo “prisão” é historicizar processos atuais e eventos que geram reconfigurações e mudanças na estrutura social. Por essa ótica a experiência pode ser transformada em um lugar de produção de conhecimento aprofundado sobre a estrutura social e sua mudança. A releitura feita por vários campos semânticos vai destilando processos de transformação que têm na agência do sujeito o efeito de mutação. A relação entre estruturas maiores e o espaço discursivo do sujeito permite inverter direções e construir outras percepções. É dessa forma que observamos ao longo do tempo as mudanças que a prisão sofreu, seja para assegurar determinados preceitos fundamentais, seja para justapor-se à política e à ética solicitadas por normas sociais.

3.2 A primeira prisão do Ceará: entre “bárbaros” e “civilizados”

³⁶ Evans-Pritchard, em 1950, tenciona antropologia e história, incorporando a noção processual relativa ao aspecto temporal. Adotando essa concepção, é possível dizer que a ideia de sociedades sem história baseia-se tão somente, na visão restrita sobre a temporalidade. Portanto, não existe sociedade sem história. Com os Nuer, Evans-Pritchard, observa-se a maneira como o tempo é mensurado, o mecanismo cíclico e estrutural de contar a passagem do tempo demonstrava uma forma diversa de historicidade.

Na história das prisões no Ceará, a norma legalista da Constituição de 1824 institui os preceitos legais para o funcionamento dos estabelecimentos – Casas de Correção da província – mais adiante chamadas de cadeia pública (PIMENTEL FILHO *et al.*, 2017). A ideia de “correção” que prevalecia coadunava com a descrição daqueles que fogem aos moldes da “civilização”, com a concepção de que todo aquele que não “se civiliza” pela escola ou pela igreja cai na barbárie do crime. A almejada “civilização” da recente ex-colônia pautava-se nos moldes europeus de projeto político de nação, fazer uma boa cópia seria alcançar respeito e a destituição do estigma de colônia.

Diferente do enredo oficial, no âmbito prisional a intenção de “correção” era, e podemos dizer que continua a ser, infligir castigo ao outro “pouco civilizado” de outrora e o “marginal” na atualidade³⁷. A formação do “nós” como civilizados e os “outros” como bárbaros sustenta a discursividade do poder sobre aquele que não estaria no mesmo “nível” do dito processo civilizatório. Na contemporaneidade temos a passagem da ideia de “bárbaros *versus* civilizados”, para “bandidos *versus* trabalhadores” (PIMENTEL FILHO *et al.*, 2017). A utilidade desse discurso está em criar uma hostilidade que se autoafirma pela diferença. Essa pode ser notada como uma das estratégias discursivas para validar socialmente a ideia de “mais e menos humanos³⁸”. Voltando-se para o início da concepção de direitos universais do homem, temos seu “nascimento” no contexto da Revolução Francesa. Ocorre que há um imbróglio entre a noção de indivíduo e individualidade, este último sendo reconhecido como o que diferencia indivíduos e o primeiro como uma categoria abstrata e única que baseia a inscrição semântica do “humano”. Fonseca e Cardarello (1999 *apud* SCOTT, 1998, p. 23) afirmam que “a tentativa de juntar o “indivíduo” à “individualidade” resultou num “indivíduo abstrato definido por um certo conjunto de traços de tendências psicológicas invariantes”. Esse indivíduo passa a ser reconhecido dentro da lógica de poder predominante, homens brancos são o universal do “ser humano” e com isso categorizam hierarquias dentro do discurso de direitos universais do homem³⁹.

A repercussão dos ideais da revolução alcança os dias atuais, dois deles, “liberdade” e “igualdade” são dentro da lógica da punição moderna, tomados e capitalizados à favor do enredo da “culpabilização do indivíduo”. O outro é “supostamente” igual – possuindo os mesmos direitos e deveres – e livre para escolher “ser bandido” ou não, e

³⁷ Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas”. (FOUCAULT, 2014, p. 223-224)

³⁸ Fonseca e Cardarello (1999) desenvolvem a noção de “mais e menos humanos”, atendo-se a abstração estrutural do “ser humano” relatado na Declaração dos Direitos Humanos. A universalização desse indivíduo é corporificada pelo contexto histórico e o campo de significados que essa universalização remete, revelando assimetrias que se sustentam pelas categorias semânticas abstratas.

³⁹ A respeito da questão criminal e a influência do Iluminismo com a determinação do “homem universal” vemos a aplicação desses “parâmetros comparativos” na articulação do combate ao crime. “A elite imperial empreendia sua leitura ideológica da questão criminal a partir do nível moral-religioso da população, tal como se fazia na Europa desde as luzes.” (PIMENTEL FILHO *et al.*, 2017, p. 156).

responder as consequências de seus atos. A “escolha” por ser bandido automaticamente faz cessar a igualdade de direitos e hierarquiza concepções de “humanidade”. A ofensiva contra os direitos humanos encontra na figura do “bandido” a metáfora ideal para atacar aqueles que defendem a legalidade, a democracia e o direito à cidadania para todos.

Toda iniciativa que se toma no âmbito do respeito ao direito do preso, hoje, isso sempre foi assim, mas hoje mais do que antes, me parece, ela é sempre mal compreendida pela sociedade. Passa a ideia de leniência de pusilanimidade, passa a ideia, aquela coisa de que direitos humanos é o direito dos bandidos, isso é uma tolice. O estado tem uma obrigação legal e ética de dispensar um tratamento a todas as pessoas e aos presos, inclusive as pessoas privadas de liberdade, que respeite a dignidade. (HÉLIO LEITÃO, 2018)

Ser um “cidadão de bem” eleva automaticamente o “patamar de direitos”, um sujeito que se encontra preso tem sua capacidade simbólica e literal de reivindicação reduzida. A justificativa baseia-se na falácia de uma diferença entre “humanos”, diversidade e diferenciação são colocadas como sinônimo. A alteridade é subvertida para servir ao discurso excludente que o suposto “universal humano” de “homens do bem” unifica. Nesse circuito justificam-se injustiças sociais e preconceitos de diversas ordens, a “igualdade” só é acionada quando conveniente pelos discursos opressores.

A obviedade aparente da condição humana que todos carregam desde o nascimento é ofuscada por gradações especulativas sobre mais e menos direitos. Aliás, é preciso pensar sobre que tipo de direito é destinado a cada estrato da sociedade, enquanto o direito penal chega impetuoso para sujeitos considerados “desviantes”, quase não consegue alcançar lugares superiores na pirâmide social. A suposição de igualdade diante das instituições é a face encapuzada do discurso penal das sociedades modernas, as falhas no sistema representam o planejamento da gerência de vidas concebidas como menos valorosas. Isso significa dizer que a prisão cumpre o papel que a lógica do “deixar morrer” pressupõe dissimulando as disposições sobre o direito à vida e o direito à dignidade.

Nesse contexto, menosprezar as contingências sociais e culturais que levam à criminalidade é extremamente útil para gerir desigualdades, ao passo que acentuar o “desvio” como uma característica/defeito do sujeito desresponsabiliza o estado e a sociedade. A retórica da “culpabilização do sujeito” articula a efetiva incidência do estado, para aqueles com a cidadania e dignidade em flagelo, a partir da justiça penal em detrimento de uma justiça anterior, a justiça social. Julgar e punir mobiliza sociedade e estado em prol do banimento de sujeitos que passam a representar a “personificação do mal”.

Como uma catarse sádica punir o “bandidismo” de pobres e negros me diferencia radicalmente desse “outro” e reafirma o discurso da suposta justiça “igualitária”. A equivalência entre “ser civilizado” e “ser mais humano” conserva-se por meio de uma política

que se retroalimenta e atualiza estruturas de poder. É possível observar isso, tanto na história das prisões no estado do Ceará, na essência do nascimento das prisões modernas como na contemporaneidade com a privatização das prisões nos Estados Unidos e a progressão dos números da população prisional⁴⁰. A administração da pobreza interpela o margeamento social dos “bandidos” em oposição aos “trabalhadores”, não é por acaso que a dualidade se dá pela ideia do “trabalho”. A centralidade dessa categoria em sociedades capitalistas ratifica a oposição entre bons/produtivos/trabalhadores e maus/improdutivos/vadios. A individualidade constrói dois eixos discursivos, de um lado a afirmação e celebração da diferença, do outro o ataque ao que se mostra distante do ideal de “indivíduo”. Existe a determinação da extensão de quem “é diferente, mas nem tanto” e que por isso tem sua alteridade permitida. As “diferenças permitidas” relacionam-se por meio de marcadores sociais como classe e gênero.

Ocorre que as diferenças essencializadas semantizam, atravessando períodos históricos distintos, a barreira determinante de valoração de precedência humana. Em ambientação nordestina, pensando o nascimento da prisão moderna, o cearense, a figura do sertanejo, homem “xucro” que trata com animais e conhece de perto a natureza, trama os signos que compõem os “eleitos” para serem os “bárbaros”. O exercício de “ir” e “voltar” na elaboração da figura do “inimigo” e por isso também alvo de penalizações auxilia na identificação dos mecanismos que atravessam o tempo no constante nascimento da prisão. Sua vitalidade é mantida pela incorporação e adequação de campos de significação à sua lógica e domínio.

Importante salientar que descrever o “constante nascimento da prisão” é falar das atualizações e mudanças que a estrutura institucional sofre ao longo do tempo. A reprodução da prisão é dada pela transformação da própria cultura, a descrição da prisão clássica assemelha-se estruturalmente ao cenário atual. No entanto, a relação que se estabeleceu entre diferentes categorias como: estado, mídia, organizações criminosas, justiça e legislação altera a montagem da estrutura discursiva. A mídia, por exemplo, tem potencializado seu caráter formativo, esse poder repercute na incitação de discursos de ódio e estereótipos.

Traçando um rápido paralelo de mudanças na história das prisões, começamos pela privação de liberdade que continua, assim como no nascimento da prisão, central em sua prática. No entanto, temos outras configurações sobre essa penalidade, como a “progressão de regime” em que é possível passar do regime fechado ao regime semiaberto, que consiste em trabalhar durante o dia e retornar à noite. Refiro-me à legislação brasileira, a qual a determinação do código penal prevê a pena de reclusão por meio do regime fechado,

40 O relatório “GLOBAL PRISON TRENDS” de 2018, elaborado pela Comissão das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal em parceria com o “Thailand Institute of Justice”, demonstra que, apesar da diminuição da criminalidade o encarceramento em massa aumentou no mundo.

semiaberto e aberto⁴¹. A tecnologia, por exemplo, é incorporada à lógica das penalizações com a utilização de monitoramento eletrônico pelo condenado quando for determinado pelo juiz, seguindo especificações da Lei de Execuções Penais⁴². O Ceará possui uma central de monitoramento eletrônico e, hoje, 1 em cada 10 presos utiliza tornozeleira eletrônica⁴³. Observa-se que mesmo existindo uma lógica que busque obedecer às estruturas rígidas da prisão, seguindo a mesma lógica de valores e sistemas, eventos significativos alteram a estrutura dada pela história. Os dispositivos disciplinares ganham novos delineamentos com as mudanças estruturais proporcionadas por eventos sócio-históricos.

Entre os dispositivos disciplinares punitivos, temos a arquitetura que, como demonstra Foucault (2017), diagrama a vigilância que se forma pelo olhar disciplinar. Hoje, os muros, as grades e a arquitetura da prisão permanecem, mas acontecimentos tecnológicos vão sendo incorporados a novas estratégias de vigilância. Observo que incrementar ferramentas específicas para fins de controle acompanha as histórias das prisões. No século XIX – período de nascimento da prisão no contexto cearense – a necessidade de espaços adequados é colocada como essencial. Esse evento se apresenta, tanto como um “empreendimento civilizatório”, como uma marca histórica da construção de uma instituição baseada em modelos estrangeiros. Desse modo Pimentel Filho *et al.* (2017, p. 155-156) afirma que:

A administração da Justiça pelo executivo imperial foi um meio de ocidentalização, logo uma forma de imputação valorativa, num suposto parâmetro moral existente nas nações da Europa – sobretudo Inglaterra e França – e nos Estados Unidos. (...) O Ceará parece empenhado na operação de controle e repressão aos comportamentos soltos dos brancos pobres, dos mestiços e dos indígenas.

A organização desse primeiro momento da formação das prisões cearenses ocorre logo após a Proclamação da República, a Constituição de 1824 tem o objetivo de regulamentar e organizar a república nascente e com ela a primeira prisão oficial. Nesse mesmo período é observado que o confinamento de homens no espaço das prisões logo levaria ao risco das sexualidades “desviantes” com a “sodomia” e casamentos de pessoas do mesmo sexo. Já em 1797 é narrada em carta do clérigo Bernardo Luis Ferreira Portugal a situação da ilha de Fernando de Noronha, onde a falta de mulheres levaria presos a praticarem atos sexuais com pessoas do mesmo sexo e até mesmo realizarem casamentos com pompa e

⁴¹ Código Penal Brasileiro – Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940

⁴² Lei 12258/10 | Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010.

⁴³ “O número de presos com tornozeleira eletrônica vem aumentando no Ceará. Em um ano, de acordo com estatísticas da Secretaria da Administração Penitenciária do Ceará (SAP-CE), o índice quase triplicou. Das 29.142 pessoas que compõem a população carcerária no estado, 3.762 estão tomzoveladas. Em março do ano passado [2018], eram 1.149 tornozeleiras ativas.” Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/03/um-a-cada-10-presos-no-ceara-utiliza-tornozeleira-eletronica.ghtml> Acesso em: 10 out. 2019

notoriedade⁴⁴. A necessidade das visitas adquire um duplo significado, de um lado a necessidade de coibir práticas homossexuais e, do outro, a regulação das visitas íntimas como método disciplinar de benefício ou castigo. A sexualidade desde o nascimento da prisão mostra-se como uma estrutura que produz campos de poder, interdição e disputa, sua potencialidade é vista pela equipe dirigente como um risco a ordem e por isso mesmo deve ser regulada. As sexualidades retesadas no convívio social ou relegadas à surdina são entendidas no contexto prisional como resultado da solidão e distanciamento da esposa ou amante. Uma ideia ingênua que parte do pressuposto de que a sexualidade é rígida e a prisão é o lugar que por si só promove “desvios” colocando em risco a conduta sexual socialmente aceita.

Lemos Brito, importante penalista do início do século XX, e que se ateu a diversos trabalhos sobre as visitas conjugais a presos tem seus trabalhos analisados por Beattie (2017). Esse observa que, nesses estudos, havia uma tentativa de atrelar o sexo entre homens presos ao confinamento da prisão. O caminho apresentado pelo penalista Lemos Brito seria a erradicação do erotismo homossexual e da masturbação evitando e corrigindo desvios. A solução proposta estava na arquitetura das prisões – com celas individuais – e na vigilância e punição de práticas masturbatórias.

A reabilitação penal deveria infiltrar-se na intimidade e na sexualidade dos detentos, onde os processos de educação e uma espécie de “reabilitação comportamental” alinhavam-se com o pensamento penal da Primeira República, ideais esses que perduram até 1930. O intelectualismo penal de Lemos Brito idealizava a reforma moral de indivíduos que passariam por uma mudança ontológica. A perseguição a sexualidade seria um dos modos de garantir controle sobre o processo da suposta mudança proposta pela prisão. A concretude da realidade revelava um outro caminho trilhado pela equipe dirigente, como afirma Beattie (2017, p. 227):

O fenômeno do “casamento” entre os condenados foi observado por um longo período no Brasil. É comum se associarem as uniões homossexuais com desordens psicológicas, infrações disciplinares e crimes a que elas deram origem. Essa associação provavelmente resultou do fato de os administradores só estarem atentos ou mais preocupados com estas práticas quando elas levam a distúrbios, fora isso tendendo a ignorá-las.

Retornando ao contexto cearense, da primeira prisão moderna, temos a província – composta por 13 comarcas na primeira metade do século XIX – que começava a ser atingida pelas estatísticas do crime. Logo isso passa a preocupar as autoridades, pois embotaria a pretensa imagem de progresso vislumbrado⁴⁵. A arquitetura da primeira cadeia pública de Fortaleza – o início da construção data de 1851 e a conclusão 1866 –, inspirada no modelo americano, priorizava o isolamento. Pimentel Filho *et al.*

⁴⁴ Beattie traz na epígrafe de seu texto “Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: visitas conjugais, gênero e a questão sexual nas prisões (1934), de Lemos Brito”, o texto da carta do clérigo Bernardo Portugal.

⁴⁵ César (2013 p. 36) “O efeito penitenciário não respondia à, nem contribuía ao imaginário político democrático como na Europa e na América do Norte.” A operacionalização da prisão no contexto da América Latina não respondia às demandas sociais, operava muito mais como observatório e nicho para o estudo de penalista e reformadores.

(2017, p. 176) nos fala que: a existência de todo esse maquinário de “recuperação” do preso significa não apenas a vontade política de tornar Fortaleza uma cidade realmente civilizada, tanto quanto Paris ou cidades dos Estados Unidos. Significa a força de credibilidade concedida aos preceitos de reintegração social dos presos: estes voltariam à sociedade para comporem a força produtiva da cidade. Os juristas possuíam uma visão paternalista, em que se procurava por todos os meios transformar e moldar os marginalizados à sociedade do trabalho.

Ocorre que nesse período crescia o número de presos, seja aquele vindo do interior ou de outras províncias, tornava-se cada vez mais difícil administrar o espaço que contava com 250 vagas. As “Casas de Correção”, que antecederam a Cadeia Pública da capital do Ceará, eram casas improvisadas adquiridas pelo poder público para abrigar presos, no interior do estado essa modalidade se estendeu por mais tempo que na capital. Ainda em 1859, seguindo a Constituição de 1824⁴⁶, a separação de presos pela tipificação do crime começa a ser questionada, assim como a permanência de mulheres nesse mesmo espaço e a dificuldade de separar os internos pelo crime cometido, isso por conta do crescente no número de presos.

A Constituição de 1824 abolia “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis”, no entanto, a realidade escravocrata do Brasil permanecia com a prática de castigos físicos às pessoas escravizadas. A representação sobre pessoas negras escravizadas, à época, era composta por ideais de distinção entre as raças. O negro em contraste com o sertanejo pobre, era reconhecido como “inumano”, tido como “mercadoria”, aproximava-se da natureza dos animais. Era absurda a ideia de cidadania ou direitos para negros, desse modo não estariam submetidos às normas de controle da legislação, mas sim ao domínio de seus senhores.

Pimentel Filho *et al.* (2017) observa que a elaboração do perfil violento do homem nordestino do interior, que costumava andar com uma faca, forma a imagem, partindo dos costumes das classes pobres, do “outro” que não recebeu educação, não se civilizou. Esse parâmetro nos fala da necessidade de diferenciação e hierarquização das classes letradas e de posses, das demais camadas sociais. O aspecto urbano, considerado mais civilizado, subordinava a população rural (compostas por brancos pobres e mestiços).

3.3 As prisões modernas no contexto das “ex-colônias”

⁴⁶ Inciso XXI da constituição de 1824 - As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes.

César (2013), reconstruindo a nascimento da prisão na América Latina, nos fala sobre o enraizamento da criminalização de determinados grupos e práticas e o mecanismo de “observação” de questões sociais.

Visto que a prisão carcerário está intrinsecamente ligada a um longo processo de criminalização e segregação de determinados coletivos e de suas práticas, adiantando-se muitas vezes aos próprios ordenamentos legais, não é de se estranhar que a penitenciária tenha sido utilizada na América Latina como um autêntico observatório, desde onde se buscou encontrar respostas aos problemas sociais acarretados com a rápida inserção dos países da região na economia de exportação. (CÉSAR, 2013, p. 37)

É preciso demarcar que o contexto da reforma prisional na América Latina é peculiar, pois o cenário das “ex-colônias” e os processos de independência e consolidação dos estados, atrasam os primeiros registros da modernização das prisões. O aspecto econômico, da mesma forma, acentua que a história das prisões no cenário da América Latina tem traços marcantes de diferenciação do contexto europeu e norte-americano, sendo esse último o modelo de inspiração para a construção das prisões no Brasil.

Importante ressaltar que, se nos Estados Unidos as prisões surgem com a necessidade de produzir disciplina frente ao trabalho, em escala industrial, na América Latina (...) “não há tampouco como associar o aparecimento das penitenciárias com o processo de industrialização, quando sequer se evidenciam grandes complexos fabris precedendo à construção desses espaços prisionais-modelo.” (CÉSAR, 2013, p.34)

Deve-se considerar que, apesar de reconhecermos a implantação da prisão moderna e sua centralidade como dispositivo punitivo, as práticas anteriores que representavam castigos e privação de liberdade no aguardo da sentença não foram interrompidas. O evento da prisão moderna é mais evidente pela formalização da legislação do que pelas mudanças de práticas que haviam no passado. Os suplícios haviam sido banidos, no entanto, os castigos físicos que não estavam previstos na letra da lei mostram-se nas práticas penais. A ruptura com as características do antigo regime não ocorre de forma brusca e ainda hoje guarda “versões atualizadas” de formas de tortura e violência. A história do nascimento da prisão não é única, existem “histórias” e o contexto da América Latina expõe as vicissitudes do nascimento das prisões modernas nas ex-colônias.

César (2013, p. 43) comenta, partindo da pesquisa do também historiador Carlos Aguirre, que “não podia haver um terreno abonado para o desenvolvimento da reforma penitenciária na América Latina, quando os ‘potenciais beneficiários’ eram os primeiros a serem vistos e tratados como seres inferiores, bárbaros e irrecuperáveis”. Por mais que institucionalmente o discurso da “recuperação” tenha sido importado, contextualmente ele estava fadado ao fracasso. Existe ainda, dentro da perspectiva da construção das prisões-

modelo no país, a detecção, por parte das classes dominantes da diminuição da reserva de mão de obra, assim como o rebaixamento de seu poder punitivo. Como afirma César (2013, p. 40): “(...) ademais de preservar prerrogativas antigas (e por isso costumeiras) em relação ao poder de vigiar e punir as classes subalternas, tanto dentro quanto fora dos limites da propriedade privada (incluindo os negros escravos no caso do Brasil).”

3.4 Escravidão, aprisionamento e encarceramento em massa

A aplicação de penas às pessoas escravizadas ocorria no âmbito privado, em que senhores de escravos determinavam o castigo que deveria ser imposto. Com o surgimento das prisões modernas, quando apreendido, o sujeito escravizado poderia ser levado pelo seu “dono” ou sofria a penalização que fosse indicada por este, no cenário da prisão. Como apresenta Porfírio de Lima Filho⁴⁷ (2012, p. 28) a respeito do contexto cearense:

E a justiça, e a Lei não os poderiam amparar, uma vez que os legisladores de então, quase sempre os próprios *senhores de escravos*, não deixavam margem a que defendessem. Havia como uma aliança entre eles. Os escravos não tinham direito a nada. Se sofriam excessivos castigos físicos e protestavam, eram, pelos *senhores*, entregues às autoridades policiais, e estas a pedidos dos *donos*, infligiam-lhe novos castigos.

A distinção das penas para pessoas negras, sendo mais severas e violentas, constitui desde o período da escravidão um campo semântico que normaliza e racionaliza a opressão contra negros. A questão da raça delinea processos de exclusão social e histórica do povo negro, se no nascimento da prisão no Brasil ainda viviam os horrores da escravidão, na sua suposta libertação não deixaram de ser alvo do controle e da punição.

A observação que se apresenta é a de que, com o fim da escravização, a população negra teve negada sua possibilidade de ascender-se como classe trabalhadora pelo impulsionamento da imigração e transição de mão de obra. Com isso, mulheres negras acabaram como lavadeiras, quituteiras e empregadas domésticas ainda sob contexto de superexploração. Aos homens negros sobrava, portanto, o enquadramento nestas leis criminalizadoras. Ou seja, não se tratava de uma preocupação com algum crime. Mas aqui entra a articulação entre um sistema de justiça criminal que passa a pretensão de previsibilidade somado à ideologia racista de um país como o Brasil. (BORGES, 2018, p. 79)

O encarceramento em massa da população negra é uma realidade que carrega o contexto escravocrata enraizado no bojo da suposta “democracia racial”. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de 2016, expõem que 64% da população prisional é composta por pessoas negras e que “na população brasileira acima de 18 anos, em

⁴⁷ Porfírio Lima Filho foi diretor da Cadeia Pública de Fortaleza, jornalista e responsável por construir a memória das prisões no Ceará. Seu livro “No tempo dos látegos e dos grillhões: memória sobre a Cadeia Pública de Fortaleza (1931 – 1941)” foi recuperado e reimpresso pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará em 2012 e encontrar-se no arquivo público do estado. Durante o período que Lima Filho esteve à frente da cadeia pública não houve mudanças significativas e alguns de seus relatos, que eram crônicas para jomais como “O povo” reforçava estereótipos ao traçar perfis criminosos. No entanto, sua contribuição para a memória das prisões no estado, assim como as denúncias de maus-tratos que desmantelam os discursos da ciência criminal da época.

2015, a parcela negra representa 53%, indicando a sub-representação deste grupo populacional no sistema prisional”. Dados mais recentes, de 06 de agosto de 2018, apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam que 30,5% da população carcerária tem entre 18 e 24 anos, 23,4% tem entre 25 e 29 anos. O encarceramento em massa pune jovens, em sua maioria negros, pobres e de baixa escolaridade.

A problemática que envolve o encarceramento em massa tanto remete aos contextos sócio-históricos como às atuais políticas penais, que têm na estratégia de “guerra contra as drogas” o pilar de seu exercício. A desproporcionalidade entre o crime e a punição infla o número de presos, sem combater grandes redes de tráfico de drogas. Hoje, 24% da massa carcerária responde pelo crime de tráfico de drogas (CNJ, 2018), entre as mulheres dados do INFOPEN informam que 62% estão presas por tráfico de drogas e essa é uma tendência dos últimos dois anos como afirma o relatório *Global Prison Trends* de 2018. A intersecção de marcadores sociais como raça, classe e gênero ressaltam as características do encarceramento em massa e das políticas penais vigentes.

A Constituição Cidadã de 1988 e todo processo de redemocratização do país, após viver pesados anos de Ditadura Militar, trouxe no cerne da proposta “cidadã” a possibilidade de repensar por meio da legislação, novos rumos para as políticas públicas. Ocorre que, em duas décadas de Estado autoritário, práticas antidemocráticas institucionalizaram-se, do mesmo modo é preciso enfatizar o passado escravocrata que reiteradamente é negado ao passar por mecanismos de eufemização. A manipulação da memória e a insistência no “esquecimento” acompanham o Brasil ao longo de sua história. Não deixar esquecer é manter a lembrança dolorosa de 4 milhões de africanos que chegaram ao Brasil para se tornarem escravos, mais de 3 séculos de violência contra o povo africano escravizado.

Cabe indagar-se sobre o contexto anterior à Constituição de 1988, o que ainda ressoa do período da Ditadura Militar nas práticas e alinhamentos de políticas públicas de segurança? Se nossa Constituição nasce como “cidadã”, qual direção uma política de segurança que propõe um arranjo pautado na cidadania pode assumir? A reverberação de traços repressivos não é superada facilmente, principalmente porque a realidade de 21 anos de Ditadura Militar infiltra-se no imaginário das esferas populares e governamentais. A prisão do mesmo modo sofre esses infiltramentos, que mantêm relação estrutural com o racismo.

É também com a Constituição de 1988 que temos o estabelecimento da segurança pública como dever do Estado. Citar mas ser inespecífico deixa brechas para o afrouxamento das responsabilidades que deveriam ser compartilhadas. O término da Ditadura Militar não significa uma ultrapassagem das práticas repressivas e a segurança de uma democracia sólida.

Assim como a violência contra o povo negro não foi aplacada pelo fim da escravidão, a atual democracia não se desvencilhou da lógica e da prática do regime autoritário.

A mesma memória que falha na lembrança do regime escravocrata falha com relação ao período autoritário e ditatorial que iniciou em 1964 após um golpe de Estado. A intenção de remeter-se brevemente a ambos os eventos históricos mencionados está vinculada à proposta de discutir o contexto recente das políticas públicas de segurança, assim como o cenário prisional cearense. Como já mencionado, minha intenção de pesquisa mantém o foco na Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, porém a conjectura que torna possível a existência dessa instituição é identificada como essencial para pensar as trajetórias de vida das internas. A proposta analítica por meio do conhecimento do contexto histórico compreender os embricamentos das narrativas individuais conjecturadas a processos socioculturais amplos.

3.5 A punição e as “artimanhas” de controle no cárcere

A centralidade da punição, na figura da prisão, é uma imagem arraigada social e culturalmente, facilmente o imaginário social a coloca como imanente do processo de organização da sociedade. Nessa perspectiva, a lógica da convivência entre membros de uma mesma comunidade passa, necessariamente, pela regulação da legislação dos estados-nações, que se acredita ser igualitária. Ao cometer um crime, um sujeito fere a lógica de convivência pacífica, fere a liberdade do outro, um crime contra a propriedade ou contra um semelhante. A prisão é tida como intrínseca ao cumprimento da justiça, encarcerar, reter a liberdade de um indivíduo é a forma mais “eficaz” de punir sem violar princípios humanistas.

A “obviedade” da prisão como mecanismo punitivo tem sua pragmática pautada na valoração da liberdade como sentimento universal e imanente a condição humana. A criação de um mecanismo que pune por meio da supressão de uma grandeza que nos faz iguais baseia a retórica do nascimento da prisão. “A prisão é “natural” como é “natural” na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas.” (FOUCAULT, 2017, p. 225). A tipificação do crime determinará o período de tempo, mínimo e máximo de permanência na prisão, ajusta-se o delito ao tempo que é compreendido como necessário para expiar o erro.

A percepção temporal no cárcere dimensiona o sentimento de “perda” de tempo por não desfrutar da liberdade além dos muros da prisão. Quando a interna Amanda relata a sensação de “estar passando um tempo” se refere a uma suspensão do tempo real, aquele tempo com liberdade. Observo que a dialética das categorias “tempo” e “liberdade” é responsável por substancializar o poder do aparelho judiciário, que contabiliza o “tempo-

dívida” com a sociedade⁴⁸. O contexto de aprisionamento no Brasil reflete a segregação de classes e o “encarceramento da pobreza”, expressões como “ficar aqui e pagar o que devo” são recorrentes nas narrativas, a maioria, oriundas de camadas extremamente pobres “só possuem” a liberdade. Uma “liberdade rala” engendrada pela inacessibilidade à cidadania plena e pela intersecção de marcadores sociais.

A relação da privação de liberdade com o tempo articula-se com a lógica econômica e moral, “pagar sua dívida com a sociedade”; essa expressão informa que o crime cometido atingiu a todos e a forma como isso deve ser cobrado é mediante a justiça do tempo de “recuperação”. Nesse sentido, o enclausuramento constituía a forma elementar de reconstituir valores morais e religiosos, hoje essa medida é vista principalmente pelo aspecto da “justiça vingativa” em detrimento da justiça “restaurativa”⁴⁹. Nesse sentido, cada dia experienciado como “perdido” é reconhecido como um dia “pago”. A lógica da “dívida” e do “pagamento” nos faz reconhecer que o raciocínio da pena se ancora na mercantilização do tempo na sociedade ocidental capitalista. A percepção da nova relação que se estabelece com o tempo, a partir da prisão, aprofunda-se pela ritualização das atividades e daquilo que Goffman chama de “Controle das necessidades humanas”. A relação com o tempo é alterada na medida em que a autonomia diante das horas do dia e a ocupação dos espaços são determinadas pela instituição. A ocupação do espaço e do tempo é gerida e monitorada, o espaço da sela, que talvez seja o que há de mais “íntimo”, não pode ser utilizado no tempo desejado.

A respeito da ocupação do espaço, a dinâmica da prisão ganha problemáticas específicas por grupo social e sua relação com os demais. Os idosos, por exemplo, ao preferirem ficar em suas selas durante o período da manhã criam um problema para a gestão. A atividade do banho de sol é entendida como o momento de socialização e de transitar em meio a outros internos e internas, além de ser um momento ao “ar-livre”. Ocorre que ao preferir permanecer na sela o idoso alerta a instituição para um “mal-estar”.

48 Não creio que eles [os Nuer] jamais tenham a mesma sensação de lutar contra o tempo ou de terem de coordenar as atividades com uma passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são principalmente as próprias atividades, que, em geral, têm o caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos aos quais as atividades se conformam com precisão. Os Nuer têm sorte. Evans-Pritchard (2002, p. 116). A relação temporal que se estabelece tem repercussão na organização social do grupo, assim como nas percepções sobre a própria vivência. No caso do contexto prisional a discussão sobre o tempo e sua valoração, levando em consideração seu caráter liminar (TURNER, 1974) me parecem ser um caminho interessante para pensar sobre a reverberação do cárcere no sujeito. Aqui poderíamos dialogar com os processos de “mortificação do eu” que Goffman (1974) nos fala, mas também discutir sobre as estratégias de resistência. Mesmo não sendo esse meu objetivo menciono a possibilidade expressiva de novos percursos teóricos de pesquisa.

49 Justiça vingativa diz respeito à percepção de que a lei, na forma da prisão, deve funcionar como um castigo, promovendo uma suposta “vingança” por meio da pena. Em contrapartida, a justiça restaurativa observa a necessidade da tomada de consciência quanto ao crime cometido, responsabilizando o infrator e proporcionando princípios restaurativos de cidadania. Essa visão percebe o óbvio ignorado pela “justiça vingativa”, esses indivíduos retornam ao convívio social e o processo de ressocialização deve ser iniciado ainda dentro do sistema de justiça. Aqui coloca-se a questão relativa à reincidência e os mecanismos de prevenção da criminalidade.

Para forçá-los a participar desse momento foi preciso fechar as selas, visando a interação com outros internos e criando um ambiente “psicologicamente mais saudável”. Desse modo, o isolamento era entendido como motivo de preocupação, acionando o poder sobre o espaço e a utilização do tempo do interno.

Além do aspecto da privação de liberdade, mediante o tempo determinado judicialmente, a “recuperação” é colocada por Foucault (2017) como segundo elemento da função da prisão; a transformação de indivíduos aparece como argumento completar à necessidade do enclausuramento. A racionalidade moderna encontra na prisão a forma mais civilizada de punir, ao mesmo tempo em que deposita na docilização dos corpos a promessa da “mudança” do delinquente. Os reformadores do sistema punitivo buscavam uma “resposta padrão”, a mudança nas penas retira do corpo o flagelo óbvio do suplício para estratégias de poder disciplinar, como os sujeitos observados na cena relatada acima.

As punições sempre chegam ao corpo, a resposta padrão da prisão implica o corpo, embora de forma diferente das antigas penas de “suplício”. A materialidade do corpo não é perdida, ocorre que as tecnologias que atingem esse sujeito material modificam-se. A sofisticação dessa passagem, onde “deixa-se viver”, mas “faz-se morrer”, é novamente parte da racionalidade penal. Nesse sentido, o corpo é um aspecto duplamente visitado pela presente pesquisa, pois a materialidade do corpo de uma travesti/transsexual determina novos artifícios de controle disciplinar. Aqui o princípio antropocêntrico fundante da prisão depara-se com um “corpo estranho”, os signos performáticos e corporais ultrapassam a concepção binária do sexo. Uma nova tecnologia social e espacial vai surgindo junto a necessidade de adequar e estender as artimanhas de controle.

Para pensar sobre essas “artimanhas” podemos retomar a proposição de Goffman sobre o “controle das necessidades humanas”, a instituição passa a gerir a necessidade do interno, seja ela essencial à vida ou não. Se partirmos da ideia que um grupo determina a necessidade do outro, entramos em um conflito entre – o que se imagina ser o necessário – e aquilo que é – o real necessário para determinado grupo – Como pensar a respeito das demandas de mulheres e LGBT+’s?

Na unidade prisional etnografada, esse conflito se coloca por meio das reivindicações de travestis e transexuais e a valoração que esse grupo dá a artigos de maquiagem e vestuário, necessários para sua performance de gênero. A resposta da instituição a esse tipo de demanda recorre ao princípio da prisão como penalidade/castigo. Ou seja, as demandas devem ser “filtradas” para não atenderem reivindicações que sejam consideradas exageradas no contexto do cárcere. Nesse momento a estratégia é a comparação com o

presídio feminino, que, por sua vez, dispõe de menos recursos referentes a aparatos de cuidado com o corpo.

A referência feita aos artefatos de cuidado diz respeito a materiais de higiene pessoal e aos produtos estéticos que existem no salão de beleza presente na unidade prisional que abriga as travestis/transsexuais. O que foi relatado pela direção é que no presídio feminino não há um salão de beleza em atividade e as normas quanto ao uso do fardamento são mais rígidas. Pouco tempo antes de iniciarem-se as visitas a campo era possível usar as “roupas da liberdade” todos os dias da semana, agora isso só é permitido em dias de visita. No presídio feminino essa regra é rigorosamente exigida⁵⁰. Existe na instituição a conveniência de regular os discursos sobre as “necessidades” do corpo de uma prisioneira. Acerca da sexualidade e a incitação dos discursos⁵¹, ao contrário do que se pode imaginar, não existe o objetivo de construir um conhecimento do sujeito sobre si, mas uma verdade. Verdade essa que está refém de proibições e determinadas obrigações sobre o corpo e o uso de seus prazeres, são regimes de verdade infiltrados na produção dos corpos e das subjetividades. Na aula "Verdade e subjetividade", Foucault fala da necessidade moderna da confissão, seja o louco que admite "ser louco", seja o delinquente que assume seu "banditismo". “A verdade” parece ser parte da própria "expição" da mazela que aflige o sujeito, no entanto, não é o bastante. Reconheço que a liminaridade da prisão ressoa na exposição das fissuras que a moderna racionalidade do direito penal tenta encobrir. Assim como Victor Turner entre os “Ndembu” e o processo ritual⁵², a prisão LGBT, em seu início, tem a intenção de “readequar” seus rituais e procedimentos para enfrentar essa nova realidade.

3.6 Contexto recente do afloramento da temática LGBT

A emergência da temática LGBT articulada ao contexto prisional está estreitamente relacionada à visibilidade construída pelos movimentos sociais e a interligação com políticas públicas destinadas a grupos LGBT's. Zamboni (2016) elenca as seguintes contingências que auxiliaram na articulação de “Direitos Humanos” e “população LGBT” em contexto prisional: 1) o processo de redemocratização do país e a atenção aos “presos

⁵⁰ Os fatos narrados nesse trecho antecedem a acentuação da crise prisional e os ataques de janeiro de 2019, que repercutem na criação de portarias que restringem produtos de higiene e visitas.

⁵¹ (...) Trata-se, ao contrário, de um tema que faz parte da própria mecânica dessas incitações: maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferado do discurso sobre o sexo. Foucault (2013, p. 41-42) A valoração do sexo como um “segredo” ao mesmo tempo em que os discursos sobre ele são abundantes, o que tem aparência de paradoxo, mas é identificado como mecanismo da economia do poder.

⁵² A respeito dessa terminologia observo que é possível observar aspectos das estruturas institucionais, assim como do processo que essa mesma sustenta sob sujeitos encarcerados. Opto por dar ênfase aos processos individuais da liminaridade da prisão, no entanto não deixo de observar as “fissuras” e o rearranjo das tecnologias de punição. Mais adiante, ao tratar mais especificamente sobre o contexto do Instituto Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, reflito de forma mais apurada sobre essas questões.

comuns”, outrora havia a ênfase nos “presos políticos”, 2) A epidemia de HIV/AIDS e a vulnerabilidade a esses no contexto da prisão, 3) Estabelecimento e solidificação do movimento LGBT marcando diferenças sobre gênero e sexualidade, 4) O aumento absurdo nas taxas de encarceramento, 5) A consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa estabelecida em São Paulo, e suas moralidades e códigos de conduta no cárcere, 6) A nova expressão dos Direitos Humanos, a partir dos anos 2000 e a sensibilidade política às minorias sociais.

Alinhando-se com a ideia de mudança na perspectiva de Direitos Humanos no âmbito da população LGBT+, Pereira (2016, p. 122) afirma que:

Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT.

As mudanças anunciam a participação popular como estratégia de gestão de programas de governo e políticas públicas, no entanto, Brito e Maroja (2012) demonstram as dificuldades de uma implementação eficiente. As conquistas adquiridas, mesmo sendo numerosas, não são suficientes para uma mudança radical na estrutura, apesar de representarem um período de “prosperidade” para reivindicações de grupos LGBT’s. As contradições e tensões também são observadas por Pereira (2016) que, mesmo observando a distância entre o idealizado e a realidade, afirma o impacto social que a representatividade tem na cena social brasileira.

A estruturação e a organização de uma superfície discursiva são fundamentais para produzir narrativas contra-hegemônicas, o evento da epidemia de HIV/AIDS faz com que sujeitos que são interpelados pelas mesmas aflições e preconceitos, passem a se identificar e se organizar.

A história do movimento LGBT+ no Brasil está marcada por essa vicissitude, portanto, no contexto prisional não poderia ser diferente, sendo que atrelado ao preconceito, medo e precaridade temos a instituição “prisão” asseverando riscos e repressões. João Silvério Trevisan (2007) relata os anos de pânico que travestis e homossexuais vivenciaram com o alastramento da AIDS e observa esse evento como uma especificidade para novas representações sobre o “outro:

Ao contrário do que muita gente diz, a meu ver, o vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o *outro*, no sentido de um continente à parte, mas está próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e – isto é importante! -

dentro de cada um de nós, pelo menos enquanto virtualidade. (TREVISAN, 2007, p. 462)

Pereira (2016) aponta uma relação entre a epidemia de HIV/AIDS e as políticas de saúde concernentes a grupos marginalizados no sistema de saúde como espaço de possibilidades de novas políticas em Direitos Humanos.

Em virtude do contexto, a pauta de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/AIDS, que irá se transformar no Governo Lula em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas. É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. (PEREIRA, 2016, p. 122)

Políticas afirmativas e participativas têm a possibilidade de construir espaços discursivos que antes eram quase que “impermeáveis” a narrativas vindas do lugar da diversidade. A visibilidade e a participação abrem novos campos no âmbito simbólico, em que novos lugares de fala são constituídos e práticas anteriores são colocadas sob questionamento. O lugar da experiência começa a ser reconhecido como espaço de produção de conhecimento, da trajetória social que intersecciona diferentes marcadores é que podemos ampliar a compreensão da alteridade. Eventos como a criação e implementação de políticas públicas de cidadania reorganizam discussões de poder e alteram práticas.

Além da “semantização” de sujeitos com raras possibilidades de fala, é reconhecida a necessidade de proteção para assegurar o direito à cidadania. Esse é um percurso histórico que tem importância fundamental no asseguramento de direitos LGBT+’s, a luta por direitos que começa a ser travada, décadas antes, reverbera por meio de políticas de Direitos Humanos a partir do primeiro governo Lula. As mudanças ocorrem tanto por meio da representatividade, como pela ênfase em práticas que buscam assegurar condições de equidade, pensar politicamente a partir da necessidade de cada grupo é uma estratégia para reduzir desigualdades.

Outro fator que Zamboni (2016) aponta é a escalada de poder e organização que o Primeiro Comando da Capital (PCC) erigiu após o massacre do Carandiru, que ocorreu em outubro de 1992. Esse terrível evento suscita a necessidade dos presos se protegerem e arquitetarem uma forma de poder paralela ao estado. O cenário atual sobre grupos criminosos organizados possui uma vasta literatura, PCC (que inicia sua atuação em São Paulo) e Comando Vermelho (com atuação no Rio de Janeiro) enraizaram-se pelo país ao longo dos anos. Os códigos de conduta moral fazem-se lei dentro das prisões e a rivalidade entre facções criminosas já se apresentam como um problema de primeira ordem na segurança pública de vários estados.

Os eventos que são elencados por Zamboni (2016) têm sua realização repercutida na criação de grupos socialmente desfavorecidos. A representatividade cria uma extensão de significados que alteram estruturas e torna possível a atenção às demandas que antes eram totalmente negligenciadas. Aqui a “elevação” do caráter humano só é possível pela determinação de uma identidade abstrata. Ou seja, é necessária a formação de novos repertórios linguísticos e significativos para que determinados sujeitos possam ser reconhecidos e terem o direito e dignidade assegurados. As trajetórias sociais de minorias, mesmo sendo marginalizadas, têm a função de produzir efeitos sobre os discursos, na medida em que as estruturas se alteram, tanto pela ação individual (em gotas), como por eventos históricos que se agregam ao campo semântico do grupo.

Assim como Zamboni (2016), Bertini e Frota⁵³ (2018) apontam para a reabertura política como o espaço discursivo da defesa de presos comuns. Bertini (2018) aponta uma "virada" no processo de defesa dos Direitos Humanos de presos comuns, em 1980⁵⁴. Nesse mesmo contexto ocorre uma ampla divulgação de números crescentes da criminalidade em São Paulo, que eram associados ao processo democrático nascente. Essa negatização repercute no imaginário sobre defensores dos Direitos Humanos que atuam na causa prisional. Amplamente criticamos por defenderem "bandidos", um grupo social considerado "menos digno" de direitos e que por isso mesmo devem permanecer em condições degradantes.

Existe aqui um alinhamento de uma "pena moral" à uma tentativa de "justiçamento" por instituições oficiais. Ou seja, justificar opressões e violência dentro do sistema de segurança pública como forma de promover a "justiça" considerada adequada para pessoas que não merecem ter suas condições de cidadania e dignidade mantidas. O que é um direito passa a ser interpretado como privilégio.

Olhando da perspectiva institucional temos a história das prisões, sua funcionalidade, seus mecanismos penais, ferramentas de autorregulação, seus discursos – entendidos como conjunto de conhecimentos que produzem determinada verdade –, transações interinstitucionais, entre uma série de outras questões. Não obstante, essa estrutura

⁵³ Bertini (2018) analisa o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), em contexto nacional por meio de revisão de literatura e em contexto da execução municipal, em Fortaleza/CE. O fôlego do PRONASCI vai até 2011, um ano antes do que o previsto. No governo Dilma o enfraquecimento da política não resiste mais que 1 ano, considerando que seu primeiro governo ocorre de 2011-2014. A segurança pública, que hoje é de responsabilidade dos estados, vê-se fortalecida com o PRONASCI ao compartilhar responsabilidades com o governo federal. A complexidade da segurança pública no país, a violência crescente e a questão prisional requer a união de todas as esferas de governança. O que parece ser estratégico e vantajoso pode adquirir outro caráter, a falta de diálogo e organização da gestão política pode tornar-se um problema pela falta de controle e gestão pública. Essa é umas das dificuldades enfrentadas na implantação de um projeto de segurança pública que alinhe-se com a esquerda, a iniciativa do governo Lula, em 2007, com o PRONASCI afina-se com o ideal de cidadania proposto pela constituição.

⁵⁴ Ocorreu uma mudança conceitual nos direitos humanos no início dos anos 1980, quando a defesa dos presos comuns foi encampada pelos movimentos que protagonizavam até pouco antes a defesa dos presos e desaparecidos políticos. (BERTINI; FROTA, 2018, p. 72)

é possibilitada pela agência de indivíduos que fazem com que as artimanhas de dominação sejam constantemente elaboradas e, quando necessário, ressignificadas e adaptadas.

Pode-se falar, olhando com uma lente proximal, da equipe dirigente; aqueles que comandam a prisão e são responsáveis pela manutenção da suposta “ordem” dentro dela. O carcereiro seria o agente mais próximo da observação e regulação dos apenados, deliberando, dentro da microfísica do poder, sanções internas e normas implícitas ou abstraídas de códigos internos que não estão escritos, mas que têm pleno exercício. Esse personagem é óbvio dentro da dinâmica da prisão, mas instâncias legislativas e judiciárias – por meio de seus agentes – têm um exercício direto sobre a pena e o corpo dos condenados, no entanto utilizando-se de elementos mais abstratos como: a criação de leis, o julgamento, as políticas penais, a articulação com outros setores de regulação social etc.

3.7 Movimentos recentes sobre aspectos da prisão e criminalidade no Ceará

No período mais recente sobre a história das prisões no estado do Ceará, temos a “guerra das facções” como eixo central de discussão sobre questões prisionais e violência. O controle das facções criminosas dentro do sistema prisional brasileiro é reconhecido como formação de um poder paralelo. Aquino e Sá (2018) identificam em 2013, período que antecede grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações, Olimpíadas e a Copa do Mundo, o início da escalada de violência no estado e as sucessivas crises a partir daí. É também em 2013 que temos as “jornadas de junho”. O confronto com a polícia no período dos protestos de 2013, a participação dos “vetim⁵⁵” no confronto com a polícia que ocorreu no entorno do estádio Castelão.

Esses jovens, os “vetim”, que eram familiarizados com o labirinto da comunidade no entorno da Arena Castelão já vivenciavam um confronto de outra ordem com a polícia. A disputa por território com outras organizações vislumbrava os grandes eventos que aconteceriam e com isso a movimentação no mercado de drogas. Seria estratégico assegurar o controle, porque isso asseguraria o poder sobre o mercado consumidor. Em maio de 2016, após o início da greve dos agentes penitenciários, uma crise se instalou no sistema penitenciário do estado do Ceará. Durante esse período o governador Camilo Santana pede ajuda a “Força Nacional”.

Esse período ficou conhecido como “quebra-quebra” e a SEJUS confirma que, durante os confrontos, 14 presos foram mortos. A rebelião ocorreu simultaneamente em 8

55 “Vetim” representa o jovem da favela que pode ter envolvimento com facções criminosas ou não.

presídios cearenses e cerca de 50 detentos fugiram. As condições se precarizaram com a realocação de presos para outras unidades prisionais. A reportagem no “Tribuna do Ceará” conversou com presos que denunciaram a situação àquela época:

Tão humilhando nossas visitas. Vocês, da sociedade, são cidadão, vocês não entendem esse direito não. Nós que tamo aqui nesse cativeiro, a visita é prioridade, tem muito valor, mas pra sociedade não vale nada. Aí os cara humilha, fica reprimindo nós. No estado do Ceará, tá todo mundo reunido e tá pra ficar pior. Tem que chamar os responsáveis, a Defensoria Pública. Eles tão entrando é pra matar os presos, e a gente não tá fazendo nada”⁵⁶.

Aquino e Sá (2018) evidenciam que os acordos entre facções criminosas e a celebração a paz entre elas estendem-se até agosto de 2016 no Ceará. Na crise do “quebra-quebra” estava em jogo o conflito com a polícia e a greve dos agentes penitenciários, que resulta no impedimento das visitas e na debilidade de oferecer condições mínimas de dignidade. O Ceará tornou-se um ponto estratégico na distribuição de drogas para outros estados e regiões do país. A região Norte entra em cena, assim a Família do Norte (FDN) organiza-se como facção criminosa trilhando uma rota de tráfico de drogas que tem a Bolívia e a Colômbia como os principais fornecedores.

As novas rotas assim como a justaposição de interesses e desavenças forma no estado do Ceará alianças entre o PCC com os Guardiões do Estado (GDE), grupo formado por ex-membros de outras facções e jovens da favela, isso em oposição ao Comando Vermelho, que se juntou à Família do Norte. Essas relações de agregação são identificadas por Aquino e Sá (2018) são representativas para falar sobre o sistema prisional do estado, pois essas facções mantêm um poder paralelo e determina a ocupação dos espaços.

Desse modo, faz-se necessário pensar a respeito das políticas de segurança pública, pois essas têm considerável repercussão no sistema prisional. A segurança pública é ordenada pela articulação institucional e social, enquanto que a política de segurança pública é representada pelos mecanismos regulatórios de controle social que abrangem o enfrentamento da violência e da criminalidade e a racionalização das penas. Dessa forma discutir sobre políticas penais é adentrar o campo das políticas de segurança pública, sendo necessário reconhecer a categoria gênero como estruturante nas relações de poder e domínio.

O processo de redemocratização com a “Constituição Cidadã” prevê a segurança como um dever do Estado. No entanto, o avanço do neoliberalismo leva a uma redefinição do papel do Estado, em contexto crescente de minimização de sua presença na gestão pública. Esse processo nos leva ao “Estado de Controle”, ou seja, a passagem do estado social para o estado penal. Devemos nos perguntar “Estado Penal para quem?” A compreensão sobre o

⁵⁶ Disponível em: <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/estamos-dormindo-no-cimento-sem-comida-nem-agua-afirma-presos-em-ligacao-telefonica-para-familiar/> Acesso em: 10 out. 2019

encarceramento da pobreza nos leva a evidenciação de que temos mais "Estado Penal" para pobres/marginalizados, ou seja, mais estado para quem é já é socialmente desfavorecido. Enquanto uma pequena parcela de ricos pede a diminuição do estado no âmbito da economia exige mais controle social (Estado Penal) para sujeitos marginalizados.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma a igualdade e a individualidade repercute na elaboração de categorias de alteridade. Essa diversificação de “indivíduos” por suas caracterizações específicas passa a requerer legislações também específicas⁵⁷. É necessário reconhecer que é por meio das políticas públicas voltadas para as minorias sociais, como a população LGBT+, que é possível efetivar o acesso à cidadania e à dignidade. No contexto prisional não é diferente, principalmente porque esse é um espaço reconhecido pela violação de direitos, a necessidade de proteger dignidade e integridade física fazem-se pelas reivindicações dos movimentos social e pelas políticas públicas. Argumento vislumbrando a materialidade de sujeitos que hoje estão no cárcere e padecem com a ineficiência do sistema de justiça. O avanço do Estado Penal coaduna com a morte, como controle social, de populações de pobres e negros.

No Ceará, até dezembro de 2018, 176 mulheres obtiveram o direito à prisão domiciliar após concessão de *habeas corpus* coletivo pelo Superior Tribunal Federal (STF). Outras mães e gestantes ainda serão beneficiadas, mas por questões burocráticas ainda aguardam o benefício. Dados estatísticos da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará revelam que em janeiro de 2018 o IPF contava com 972 mulheres presas e um excedente de 160%. O crescente número de mulheres presas é um padrão observado em todo país, um território que antes era compreendido somente como de “homens”, começa a colocar outras questões que a instituição penal não dá conta.

A ausência de políticas públicas voltadas para a prisão, assim como a invisibilidade de mulher e LGBT's encarcerados coadunam em um crescente desrespeito à dignidade. Se pensarmos na escalada dos números de mulheres presas e a negligência no que diz respeito a esse público contextualmente, teremos uma escalada na precarização na assistência à mulher presa. Enquanto observa-se por meio de dados estatísticos a caracterização de mulheres presas e suas necessidades de saúde e saúde reprodutiva, temos ainda um grupo que mais invisibilizado ainda, são travestis, transexuais.

⁵⁷ Fonseca e Cardarello (1999) observam que determinadas categorias semânticas suscitam o “merecimento” de priorização em detrimento de outras, os sentidos atribuídos a essa distinção obedecem essencialismos e travam lutas no campo simbólico das representações. As autoras ressaltam ainda que a infância, por exemplo, é um lugar discursivo que suscita mobilização, mas com qual “infância” somos empáticos? Um adolescente infrator suscitaria a mesma empatia mobilização? Não quero com isso desvalorizar as políticas públicas direcionadas e as legislações específicas, quero evidenciar que os campos simbólicos que são evocados para contemplar diferentes categorias podem acentuar preconceitos em detrimento das diferenças.

O presídio Irmã Imelda é destinado ao acolhimento desse público, porém é preciso mencionar que existem travestis e transexuais que se encontram ainda dispersas pelo sistema prisional masculino. A fluidez da identidade de gênero e sexualidade são elementos que a prisão clássica, feita para acachapar o sujeito, não reconhece. Se mulheres têm demandas específicas quanto à saúde e maternidade, travestis e transexuais possuem, a partir de sua necessidade uma série de reivindicações relativas à sua integridade física, hormonização e signos relativos ao desempenho de sua performance de gênero.

A influência da gestão na elaboração e extensão de políticas, como a criação de uma prisão LGBT, altera tanto a estrutura e a estratégia quando possibilidade de implementação. Desse modo, apresenta-se a fragilidade que constitui o funcionamento do presídio Irmã Imelda, sendo uma característica da gestão e não uma obrigatoriedade institucionalizada. É possível verificar isso por meio da entrevista com o ex-secretário Hélio Leitão, que ao ser indagado quanto à relação das minorias sociais e a conquista de um presídio LGBT, ressalta que essa caracterização nasce por iniciativa da gestão:

Em alguns estados nem separados são, na maioria dos estados, em boa parte eles têm uma seção do presídio, outros nem isso, outros eles ficam em meio a massa carcerária. O certo é que quando a gente se ocupa de um segmento mais vulnerável, e esse também foi o meu propósito você sinaliza para toda sua gestão qual é a marca, quando você se ocupa do seguimento mais vulnerável dentre os vulneráveis, você sinaliza qual é a marca da sua gestão, você dá um norte para os seus colaboradores, aqueles que fazem sua gestão junto com você. Foi esse o propósito. (HÉLIO LEITÃO, 2018)

O advogado e militante da área criminal e de Direitos Humanos fala da “marca de gestão” como um embasamento ético e político a ser incorporado ao gerenciamento e planos da administração. A percepção pauta-se a partir de do direito à dignidade e a não-violência dentro do sistema penal, os “mais vulneráveis entre os vulneráveis”, como ele afirma, dizem respeito a um grupo social que intersecciona marcadores da diferença que evocam uma necessidade de proteção. Se fora do cárcere travestis e transexuais já sofrem hostilidade, dentro das prisões os marcadores de gênero e sexualidade asseveram o risco de violência. O território “prisão” é marcado pelo gênero, a lógica do “machão” exacerba a virilidade pela violência.

A visão do ex-secretário, que esteve à frente da SEJUS-CE durante os dois primeiros anos do primeiro governo de Camilo Santana (2015-2018), coaduna com os princípios de humanização no sistema prisional. Após sua saída quem assume é Socorro França, que foi Procuradora Geral da Justiça do Ceará, fundadora e presidente do Conselho de Direitos Humanos do Estado e teve atuação como presidente do Grupo Nacional dos Direitos Humanos (GNDH). Ela permanece com secretária de estado o final de 2018. A trajetória

profissional de Socorro França demonstra um perfil constituído pela luta em Direitos Humanos, seguindo com a “marca de gestão” pautada nos Direitos Humanos.

Em dezembro de 2018 a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) é criada, desmembrando-se da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (SEJUS), que passa a ser Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). Na prática, o que ocorre é a independência da administração prisional, que passa a tratar da execução de políticas de segurança e operações no sistema prisional. Nesse novo formato, de um lado promove a autonomia da Administração Penitenciária (SAP), por outro pode enfraquecer políticas de Direitos Humanos que compunham o arranjo anterior. Um sujeito da pesquisa, ligado à gestão observa que com isso existe “uma perda de inserção dentro do sistema prisional”.

É nesse contexto que ocorre a posse de Luís Mauro Albuquerque na Secretaria da Administração Penitenciária, recém-criada. Logo em sua posse, em janeiro de 2019, diz “não reconhecer facções criminosas⁵⁸” e afirma que extinguirá a separação de presos por facções nos presídios cearenses. As colocações do policial civil e especialista em segurança pública e gestão prisional agravaram a crise do sistema penitenciário cearense e desencadearam uma série de ataques a prédios públicos, comércios, ônibus em todo o estado. Presos foram transferidos, centenas de celulares foram apreendidos e dezenas de criminosos foram presos por terem relação com os ataques no estado. Esse cenário do início do ano impede minhas visitas à unidade prisional, o Ceará passou por momentos de terror e a nova gestão demonstra que sua “marca” é o embate direto com o crime. Com a nova “política”, diversos atos normativos foram deliberados, entre eles uma portaria que restringe gêneros alimentícios e materiais de higiene, além de mudanças nos protocolos de visita. Essas mudanças vêm sendo muito criticadas por presos e seus familiares, as restrições fazem parte das ações de controle e administração prisional da gestão da SAP e relacionam-se com a “administração das necessidades básicas” que Goffman apresenta como estratégia de controle. As visitas são ao longo da história das prisões a ferramenta de controle da população carcerária, o contato reduzido e restrito a familiares acentua a reclusão e constitui um modo de violência e desrespeito aos direitos do presidiário.

⁵⁸ “Quem manda é o Estado. Eu não reconheço facção, o Estado não deve reconhecer facção, a lei não reconhece facção, então nós vamos aplicar a lei”. Luís Mauro Albuquerque em entrevista à Tribuna do Ceará. <https://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/novo-secretario-promete-fim-da-divisao-de-presidios-por-faccoes-no-ceara/>. A organização do espaço na prisão respeita a rivalidade entre grupos criminosos, um preso de uma facção rival não pode ser agrupado com seus inimigos, pois o risco de morte é elevado. As afirmações do Secretário levaram o estado do Ceará a meses de terror, com repercussão nacional, a Força de Segurança Nacional foi novamente requisitada pelo governo do estado.

3.8 Uma “prisão LGBT” como um evento histórico

Em Ilhas de história, Sahlins (1990) por meio de caso havaiano, com a chegada do Capitão Cook (evento histórico), mostra que a cultura não é estática, se reproduz na ação concreta, pois os indivíduos têm agência. Cada cultura produz diferentes formas de concepção da história, é necessário pensar sobre a relação prática das categorias culturais em um contexto histórico específico e como se expressam na ação dos agentes históricos. Pensar percurso elaborativo dos estudos de gênero, por exemplo, refletir sobre a história social do movimento LGBT+, a partir da concepção de Sahlins (1990), é pensar na agência desses sujeitos tentando compreender uma série de elementos como o estigma, resistência, política etc.

Quando o Estado compreende a necessidade de um espaço que acolha a população LGBT+ e efetiva o direito básico à dignidade e integridade física, concebemos como um evento histórico. A mudança por meio desse evento altera, em certa medida, a cultura; estrutura e história nessa perspectiva não se opõem, sendo o evento um objeto histórico. Pensar sobre a repercussão desse “evento”, nos possibilita discutir as alterações e repercussões nas narrativas de internas, assim como discutir as mudanças históricas feminismo e transfeminismo.

Seguindo uma possível teoria da história de Sahlins, se a relação entre as categorias muda, a estrutura é transformada. A categoria “presos GBT+” e a categoria “sistema prisional cearense” têm sua relação alterada pela criação de uma unidade prisional diferenciada, a estrutura é transformada. Essa é uma proposição que parte de um recorte empírico e espacial localizado, no entanto, a forma como esse processo ocorre pode ser pensado em contextos maiores, como as mudanças tecnológicas estatais para acolher mulheres e população LGBT+, ao longo da história das prisões. A forma, como isso apresenta-se no meu campo, faz lançar um olhar tanto diacrônico como sincrônico, a compreensão das trajetórias de vida de travestis encarceradas não faria sentido se não pesássemos sobre estrutura e evento.

A emergência desse lugar “diferenciado” passa a traçar uma nova relação entre GBT+’s e instituição prisional. Nas narrativas a recorrência da “excentricidade” da prisão, pelo caráter de respeito ao nome social e performance de gênero, demonstra que o evento repercute intersubjetivamente entre história e narrativa individual. É necessário considerar ainda que a ação dita “institucional” só foi operacionalizada por conta da característica da “gestão”.

Ao longo da entrevista com Hélio Leitão, é notório que a vinculação do ex-secretário (SEJUS) na promoção e garantia dos Direitos Humanos, sua afirmação da militância e trabalho há quase 28 anos em Fortaleza na área criminal, fazem com que um projeto como a U.P Irmã Imelda seja possível. Ao longo de sua fala, reitera o respeito a legalidade e aos Direitos Humanos. Quando perguntado sobre os avanços e retrocessos nas políticas públicas ligadas aos direitos humanos e suas conquistas reafirma que quando sinaliza para o cuidado com “os mais vulneráveis” ele demonstra “uma marca de gestão”.

Toda iniciativa que se toma no âmbito do respeito ao direito do preso, hoje, isso sempre foi assim, mas hoje mais do que antes, me parece, ela é sempre mal compreendida pela sociedade. (...) O estado tem uma obrigação legal e ética de dispensar um tratamento a todas as pessoas e aos presos, inclusive as pessoas privadas de liberdade, que inclusive que respeite a dignidade. (HÉLIO LEITÃO, 2018)

A fala e a compreensão giram em torno da necessidade do respeito aos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, em alguma medida há o reconhecimento de que esse respeito acaba sendo localizado em uma gestão ou mesmo negligenciado pelo estado. A questão aqui não é problematizar se a iniciativa foi algo bom ou ruim e qual viés assume, mas refletir sobre a negligência que há no cuidado e respeito ao público LGBTQ+, pensando além de gestões. A preocupação de garantir direitos, deveria ser algo do âmbito das obrigações do estado na manutenção do direito à dignidade.

Os aspectos de ocupação da U.P também surgem de maneira mais clara que nas entrevistas veiculadas em jornais que tive acesso. A ideia que se constrói através das notícias é que a U.P Irmã Imelda acolhe o público LGBTQ, entretanto, pela própria possibilidade estrutural na U.P, que é de “baixíssima segurança”, existe uma seleção dentro do público LGBTQ+ para estar naquele espaço.

Portanto, o público que vai, que é acomodado, é alojado no Irmã Imelda, a gente destinou para o público LGBTQ, mas que também não representa risco de fuga, e não representa periculosidade, então não basta. Então se tem um público LGBTQ que não reúne perfil para estar no Imelda. (HÉLIO LEITÃO, 2018)

O ex-secretário atribui também essa condição à improvisação que foi feita no acolhimento aos internos, como já mencionado, a prisão anteriormente era um presídio militar e destinava-se a receber “prisões administrativas”.

O movimento de transformação por meio do evento será objetivo específico de reflexão para minha pesquisa, justamente por relacionar história e estrutura em minhas análises. A mudança permanente é admitida por meio do risco empírico de eventos; Schwarcz (2000, p. 128) afirma que, com Sahlins, temos a tentativa de dar “história à estrutura”, o que

implicou em uma reavaliação do tema do poder e na utilização do conceito de estrutura em domínios e análises que destacam não a permanência, mas antes a mudança.

Propor uma discussão sobre os processos de mudanças em espaços disciplinares como a prisão, sem perder de vista as trajetórias individuais, é a tentativa de tecer uma etnografia afinada com categorias êmicas e atenta à interseccionalidade de categorias discursivas no campo antropológico. O tema do poder, como citado, atravessa toda a discussão proposta sobre as prisões como meios disciplinares, discussões sobre corpo, resistência e agência.

“Observar de perto” está imbricada à compreensão semiológica, dessa maneira as vivências inscritas em histórias de vida têm suas significações traçadas a partir de aspectos compartilhados culturalmente. O tecer etnográfico ocorre por meio da inscrição, do que antes era perecível e tornou-se memorável, essa fixação retém aquilo que é “dito”⁵⁹, falado com alguém. A descrição densa aborda o conteúdo em detrimento do acontecimento descrito fenomenologicamente, pensada dessa maneira a pesquisa aborda universos de significados *in loco* por meio da conjuntura e da interpretação. O estudo do saber local de travestis acolhidas em uma prisão LGBTQ+ deve ser escrito compreendendo as idiossincrasias do espaço, contexto cearense e o detalhamento das relações que passam a ser estabelecidas com a criação desse espaço. O contexto das prisões no Brasil é facilmente construído na imaginação de todos nós, condições insalubres, superlotação, uso de drogas, violência, operação de facções criminosas etc. Todavia, essa visualização conjuntural maior, não me fala da condição de vida e produção simbólica nos interstícios do sistema prisional. Falar de uma ala LGBTQ+ em um presídio paulista seria o mesmo que em nosso contexto cearense? Certamente que não, apesar de existirem elementos que ambos os sistemas compartilham; afirmar uma produção localizada formada por mosaicos de significantes não quer dizer que esse seja um espaço suspenso de derivações comuns da cultura de outros espaços. O discurso que é produzido massifica, padroniza uma série de violências, mas estamos também atentos aos detalhes, ao que escapa, aos não-ditos.

A presença do pesquisador em campo, assim como sua autoridade sobre a escrita da cultura e os processos de textualização são questões teóricas e metodológicas, que são postas para reflexão. James Clifford (1998) nos fala de quatro estilos antropológicos (experiencial, interpretativo, dialógico e polifônico), os “nativos” do crítico literário passam a ser os antropólogos e seus textos. Paul Rabinaw (1999) apresenta crítica à “meta antropologia textualista” de Clifford⁶⁰, suas discussões sobre representações como fatos sociais tocam de

forma contundente, a partir de Rorty, a maneira como cunhamos a epistemologia sendo a
⁵⁹ Paul Ricoeur, de quem foi emprestado e um tanto distorcida toda a ideia da inscrição da ação, pergunta, “O que a escrita fixa?” Não o acontecimento de falar, mas o que foi “dito”, onde compreendemos, pelo que foi “dito” no falar (...). (GEERTZ, 1989, p. 14).

forma única de conhecer. A necessidade de tomar a epistemologia com valor apriorístico de construção de pensamentos teóricos não leva em consideração que essa é uma “invenção” de como conhecer, que é recente e localizada. É necessário dizer que a crítica apresentada por Paul Rabinaw de maneira alguma é uma negação da epistemologia, a problematização toma como questão de fundo “a forma como conhecemos” e como esse regime de possibilidade de conhecimento passou a ser compreendido a partir da modernidade como possibilidade única.

A discussão sobre epistemologia leva Rabinaw ao diálogo com Foucault que ao criticar a categoria “ideologia” e discutir sobre os “regimes de verdade”, como já mencionado, traz a categoria poder para análise das relações sociais. O poder na abordagem de Foucault é relacional e diferente de outras perspectivas não se concentra ou é detido de forma unilateral, o poder circula e tem propriedade positiva, ou seja, é produtivo.

O sexo como espaço de disputa política mobiliza mecanismo de combate por meio do direito; direito à proteção de tudo aquilo que fugir do simbolismo do sexo dado como natural. Schneider (2016) em “Parentesco americano” nos fala como é construído simbolicamente o modo de traçar relações sociais acertadas ou não. O parentesco é discutido a partir de como a cultura formula seus sistemas de nomeação usando a biologia, ou seja, elementos da natureza são transformados em contratos culturais. Revisitar o parentesco por meio do feminismo possibilita colocar à prova categorias tidas como naturais ou biológicas que na verdade são construídas simbolicamente por meio das relações e utilização de categorias de nomeação.

As interdições sobre o estabelecimento de relações tidas como “impuras” por ordem do que se compreende como “saudável” ao parentesco são produzidas pela perspectiva de controle social. Acompanhando o pensamento de Mary Douglas em “Pureza e Perigo”, podemos traçar uma discussão de gênero, corpo e sexualidade, no diálogo com o parentesco e relação “ordem x desordem”; ordenar relações, práticas sexuais e corpo é disciplinar. Douglas (1966, p. 150) fala do corpo como metáfora, “como é verdade que tudo simboliza o corpo, então também é verdade (e tudo o mais por aquela razão) que o corpo simboliza todo o resto.” Partindo disso mostra o simbolismo dos limites do corpo através dos Coorges no sistema de casta hindu⁶¹.

Nitidamente, o corpo de uma travesti é socialmente compreendido como o estandarte da desordem, poluição, a profanação do corpo sob o argumento do sexo alinhado

60 (...) o movimento textualista/desconstrutivista corre o perigo de inventar sistemas de catalogação sempre mais inteligentes para os textos de outros, e imaginar que o resto do mundo está arduamente trabalhando na mesma coisa. (RABINAW, 1999, p. 82)

61 A vida ritual dos Coorgs (Srinivas) dá a impressão de um povo obcecado pelo medo de que impurezas perigosas penetrem em seu sistema. Tratam o corpo como se fosse uma cidade cercada, cada entrada e saída guardada por espíes e traidores. (...) Em vez de erotismo oral ou anal, é mais convincente arguir que a poluição de casta representa somente o que assevera ser. É um sistema simbólico baseado na imagem do corpo, preocupação fundamental é a ordenação da hierarquia social. Douglas, (1966, p. 151-153). Na discussão de Dumont (1978) essa hierarquia não é uma cadeia de ordens superpostas e sim uma relação de englobamento do contrário

ao gênero e, por conseguinte, uma sexualidade “dados pela natureza”. A desordem também representa poder, além do medo. Assim como nas discussões de parentesco, o apelo de setores conversadores volta-se para uma suposta biologia, para contestar corpos que emulam experiências e performances fora do circuito inteligível da norma. Da mesma forma, a ideia de poluição está presente no espaço das “instituições totais” (GOFFMAN, 1974) como presídios e manicômios. Travestis que cumprem penas por crimes teriam sua condição de “perigo” duplamente acionada dentro das ideias de poluição.

Retornando às discussões sobre gênero, em “o gênero da dádiva”, Marilyn Strathern coloca em questão a produção das relações a partir do gênero e socialidade, as etnografias produzidas sobre a Melanésia e a troca de mulheres, parecem se encaminhar para uma abordagem de gênero na concepção Ocidental. O que a autora propõe então, é “perguntar sobre o gênero da dádiva, é pois, perguntar sobre a situação da troca de presentes em relação à forma assumida pela dominação nessas sociedades.” (2006, p. 22).

Esse é um debate trazido tanto pela antropologia como pelo feminismo, mas qual lugar teórico e instrumentos heurísticos devemos adotar para não cair na armadilha de circular sobre questões nossas que se deslocam para outros? A autora de forma contundente discute “essa armadilha” e vai além quando questiona sobre pressupostos de como “tal natureza é transformada em objeto de conhecimento”, conforme Strathern (2006, p. 24). Questão interessante para refletir sobre a produção etnográfica sobre gênero, assim como as discussões teóricas que são fundadas a partir disso são o que Strathern (2006) descreve como “negatividade”.

A negatividade no processo de produção etnográfico é observada pela impossibilidade de aplicar categorias ocidentais, a dificuldade de transpor análises cunhadas em “nossas próprias metáforas.” Esse processo ocorre por meio da proposição de fundo na qual a sociedade e o indivíduo assumem uma “antinomia” e um polo passa a ser modificador do outro. A concepção de hierarquia euroamericana não pode ser tomada como conceito primário para discutir a dominação, correndo o risco de permanecer em nossas categorias analíticas tentando entender outro sistema que não é ocidental.

A crítica de Strathern, às várias abordagens sobre a troca de mulheres, é que as mulheres melanésias não podem ser analisadas como mercadorias, pelo fato de que esse sistema não se baseia em relações de economia mercantil. Um diálogo possível a partir de uma perspectiva também feminista, mas que difere da autora citada é a discussão de Rubin (2011) sobre o tráfico de mulheres. Rubin constrói sua discussão por meio da análise de longa tradição sobre a opressão das mulheres a partir de três entendimentos que partem de Levi Strauss, Marx e Freud (Lacan). Em suas discussões, Rubin se interroga como o sistema sexo-

gênero tece arranjos em que um grupo transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana.

Strathern (2006, p. 448) argumenta que “a atenção das feministas, tanto as de inclinação não antropológica quanto as de orientação antropológica, prendeu-se à injustiça da equação entre homens e cultura”. Não é possível discutir sobre gênero partindo da concepção etnocêntrica do entendimento da opressão sobre mulheres. A Melanésia e a troca de mulheres como dádivas colocam como questão de fundo a necessidade de deslocamento analítico sobre a construção do gênero e opressão.

O “enigma” do centro das pesquisas feministas ocidentais, como pontua Strathern, não pode dar respostas próximas através do caso melanésio. Novamente retornamos as questões produção de conhecimento antropológico, um construto não pode simplesmente deslizar de uma noção de pessoa para outra. Distintas noções requerem instrumentos heurísticos diferenciados e é a isso que os estudos feministas devem se ater. Com Rubin parece haver esse “deslizamento”⁶², apesar de tecer importantes considerações sobre as políticas do sexo e a produção da dominação.

Nesse primeiro momento, objetivei traçar como interlocutor a “história” os eventos que ocorrem no largo da história das prisões e que abrangem campos simbólicos significativos à pesquisa. A discursividade é proposta pelo diálogo com autores que discutem o nascimento e o efeito das prisões. Se considerarmos que narrativas individuais tocam a curva de discursos hegemônicos, devemos admitir também que a história e seus interstícios discursivos, suas falhas, lapsos e negações, também dizem das alteridades narrativas de minhas interlocutoras⁶³.

4 CAPÍTULO 02 - TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E A DISCUSSÃO “TRANSFEMINISTA”

4.1 Trajetórias de luta e aquisição de direitos

Em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira do Código Internacional de Doenças (CID⁶⁴) em sua 11^a versão a caracterização patológica “transexualismo”. A política instaurada pela patologização de sujeitos inscreve no campo das

⁶² Machado (2013, p. 73) nos rememora a crítica feita por Viveiros de Castro que afirma que na troca de mulheres não se trocam mulheres, mas propriedades simbólicas por meio de pessoas. Não se pode tomar categorias como universais para analisar diferentes relações sociais e noção de pessoa.

⁶³ Como nos diz Vale (1997), a narrativa dos processos históricos, práticas e valores que envolvem a experiência transgênero compõe um mosaico de enunciações da sexualidade que podem ser descritas a partir das flutuações de um jogo permanente que se estabelece nos espaços e territórios do visível e do invisível, do interior e do exterior, do pessoal e do social, do público e do privado, da publicidade e da intimidade, da confissão e do segredo.

⁶⁴ “A CID-11, que será apresentada para adoção dos Estados Membros em maio de 2019 (durante a Assembleia Mundial da Saúde), entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022. Essa versão é uma pré-visualização e permitirá aos países planejar seu uso, preparar traduções e treinar profissionais de saúde.” Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875

Acesso em: 08 out. 2019

ciências médicas a diferenciação entre uns e os outros “os anormais”. O poder investido na determinação da “anormalidade” ancora-se no “saber científico” e opera por meio de campos culturalmente valorizados. Esvaziar o significado de “doença” acontece, em parte, por meios institucionalizados, como no caso da modificação do CID, mas também por meio da linguagem comum que atravessa todos os espaços de comunicação.

Em “desdiagnosticando o gênero”, Butler (2009) discute a caracterização “patológica” da transexualidade e esta como modo de acesso ao processo de redesignação do sexo. Considero relevante comentar a respeito das terminologias que se expressam no discurso “médico/científico”, pois essas têm repercussão na aquisição de direitos ao longo da trajetória social do movimento LGBTQ+. A vivência de grupos socialmente desfavorecidos tem requerido ao longo do tempo, legislações específicas para garantir direitos básicos, no primeiro capítulo discuti brevemente questões que circundam a garantia de leis para garantir o que deveria ser assegurado de maneira uniforme a todos, o direito à vida e à dignidade.

Essa não é uma luta fácil e sabemos que uma mudança como essa não ultrapassa totalmente, nem de forma imediata, ideais transfóbicos cristalizados ao longo do tempo por saberes e instituições⁶⁵. O evento da “despatologização” é um marco na trajetória do movimento social LGBTQ+, fruto de lutas que são travadas diariamente. É preciso ressaltar que essas conquistas se tornam ainda mais significativas quando vivemos momentos históricos de contestação do direito a dignidade do outro, de contestação do respeito aos Direitos Humanos. Interpelar o desejo e a identidade do outro por meio da caracterização de uma “doença”, “anormalidade” é vetar o direito a dignidade de travestis e transexuais.

Em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a caracterização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, como crime⁶⁶. A visibilidade das reivindicações do movimento LGBTQ+, por meio de sanções normativas como esta, suscita outras demandas mais profundas. Pensar, por exemplo, no modo como a violência é produzida e como combatê-la, em sua raiz, é um movimento estratégico. Punir sem articular mudanças sociais e reestruturações não é o suficiente, pensar desse modo nos

65 Como vimos, o “pseudo-hermafrodita”, o “hermafrodita psíquico” e a pessoa “travesti” surgem nesse período, em que a sociedade disciplinar desenvolve a necessidade e a tecnologia para “identificar”, sejam vastas populações ou indivíduos específicos, criando as “identidades” étnicas, nacionais, sexuais e culturais. Jorge Leite Júnior (2008, p. 126-127) segue e aponta o pensamento de Gilles Deleuze e a “sociedade de controle”, em que esse modelo disciplinar estruturalmente é mantido, mas não é mais o confinamento o modo de “disciplinar”, e sim o controle contínuo.

66 O crime de homotransfobia passa a ser considerado uma “extensão” da Lei de Racismo (7716/89), que já prevê crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”. Membros do STF, ao longo das discussões sobre a criminalização da homotransfobia, reconhecem que essa necessidade se impõe pela “demora” do legislativo em elaborar e aprovar uma lei que criminalize esse tipo de violência. A reportagem da BBC Brasil traz o seguinte trecho sobre a observação do Ministro Alexandre Moares “Moraes disse que o Congresso sempre ofereceu proteção penal a grupos sociais vulneráveis, como crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência, mulheres e consumidores. No entanto, apesar de dezenas de projetos de lei, só a discriminação homofóbica e transfóbica permanece sem nenhum tipo de aprovação. O único caso em que o próprio Congresso não seguiu seu padrão”. Disponível em : <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>
Acesso em: 10 out. 2019.

associa ao paradigma do estado penal. Camila, mulher trans, militante LGBTQ+ e interna do Imelda, nos fala sobre isso:

(...) eu fico triste, porque ter que fazer uma lei de homofobia pra gente não sofrer homofobia, precisa fazer uma lei de racismo pro negro não sofrer racismo. Eu acho isso um absurdo, porque o preconceito é você ter um “pré” conceito de alguma coisa ou de uma pessoa. Fico triste porque a gente tem que criar leis pra combater esse tipo de preconceito, pra ver se a gente conseguiria de alguma forma ser respeitado, porque fico triste de ainda ver nosso país da forma que tá. Criando leis pra tentar combater, eu acho que isso aí na minha opinião era educação. Então a gente falhou lá atrás faz lei pra combater algo que faltou lá atrás. Educação na escola, com inclusão social, com justiça e cidadania.

A tristeza e a indignação de Camila a faz ver de dentro da sua experiência, a necessidade de uma intervenção interseccional. “Educação, inclusão social e cidadania” são vistos como territórios de possibilidade de mudança, de construção para o presente e para o futuro. Continuar “falhando”, como diz Camila, minimiza as chances de mudança a curto e longo prazo. Outro aspecto interessante trazido por ela é que a ideia de conseguir alguma “forma de ser respeitada” é algo forçoso de adquirir um direito humano básico, o direito à dignidade e à vida.

Pensar, por exemplo, na Lei Maria da Penha e sua repercussão nos ajuda a refletir sobre as questões colocadas por Amanda, a lei que em 2019 comemorou 13 anos de existência. Mesmo com pouco mais de uma década e apesar da criação de mecanismo de proteção e equipamentos de acolhimento, entre outras intervenções, a violência contra mulheres aumentou nos últimos anos. A diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe observa que:

Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017: maior registro em dez anos. A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. (...) Um ponto de partida é avaliar como as mulheres da periferia, rurais e comunidades tradicionais acessam a Lei Maria da Penha. É preciso saber quais são e como agem os elementos que fazem com que a violência ocorra mais cedo e perdure nos relacionamentos. É conhecer as vulnerabilidades das mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, deficientes, lésbicas, bissexuais, trans, entre outras, e as ameaças concretas à condição e à liberdade delas como sujeitas de direitos⁶⁷.

É preciso deixar claro que considero a Lei Maria da Penha um marco histórico na luta das mulheres, reconheço que a voz subalternizada de mulheres vítima de violência obteve espaço de protesto contra o machismo e que esse evento repercute culturalmente em diversos âmbitos. O reconhecimento de outras modalidades de violência como a violência moral, psicológica e patrimonial incorpora o reconhecimento, por novas gerações de mulheres, de formas de violência que antes nem nomeadas eram. A palavra “feminicídio” tem sido incorporada ao vocabulário da mídia, lamentavelmente para comentar, todos os dias, uma

67 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-lei-maria-da-penha-13-anos-direito-de-viver-sem-violencia/> Acesso em: 10 out. 2019

nova morte. Não obstante, o impacto que esse vocábulo nos impõe é o reconhecimento da expressiva violência contra a mulher.

É preciso ressaltar que o combate à violência contra mulheres e LGBT+’s deve atingir níveis de organização cultural que reproduzem estruturas de opressão e desigualdade. A intersecção de marcadores que acentuam vulnerabilidades faz com que mulheres e LGBT+’s sofram formas diferenciadas de violência. Mulheres negras e pobres são as principais vítimas da violência doméstica, é necessário observar e intervir de forma interseccional nos problemas sociais que produzem e reafirmam a violência e sujeição de mulheres e LGBT+’s, isso sem perder de vista a experiência que marcadores sociais interseccionam-se formando diferentes necessidades de cuidado.

Nesse ponto reconheço uma questão delicada, e que Jaqueline de Jesus (2018) nos alerta, esse “cuidado” não pode nem deve ser mais uma forma de “tutelar” sujeitos que socialmente vivenciam processos de subalternização. A necessidade de proteção a que me refiro e que se impõe se inscreve pela violência e desrespeito a travestis e transexuais. A luta transfeminista, por outro lado, trilha seu caminho sem tutela, o protagonismo da luta é também a negação do lugar de subalternidade de travestis e transexuais. As pautas comuns entre minorias sociais servem para agregar esforços, no entanto a necessidade de representatividade impõe-se como um artifício contrário ao silenciamento.

O silenciamento do oprimido é uma violência que engendra outros mecanismos de assujeitamento como a “exotização” da existência de travestis e transexuais, marginalização de atividades laborais, estigmatização pela “necessidade de tutela” e empobrecimento da narrativa da trajetória política de minorias sociais. A academia, na figura do pesquisador, assim como os movimentos sociais, deve se interrogar sobre suas práticas. A potencialidade do discurso acadêmico não pode ensimesmar questões de extrema relevância social, aqui no caso a temática de travestis na prisão. Criar espaços de fala e ressoar, por meio da academia, a fala de sujeitos subalternizados é uma estratégia política de representação.

Vozes que se levantam não enxergam mais o silêncio como opção, quando Camila vê-se tão implicada na luta LGBT+ que não consegue desvincular sua história de sua militância. Deliberadamente, fortalece sua luta por meio de sua experiência, ao longo de sua trajetória de vida como relata em entrevista:

A minha história de vida era mesmo se montar e ajudar algumas travestis e homossexuais que passavam dificuldade, levava lá pra casa, arrumava emprego no salão, ensina uma profissão. Daí acho que minha vida foi voltada mesmo pra luta, sempre tive presente nas lutas LGBT's eu sempre fui muito ativista desde da escola, né. Eu me lembro que a gente tinha um grupo na escola e eu sempre era bem a frente, sabe? Da coisa... Assim, “vamos lutar!” Porque na época, na nossa escola era um sofrimento muito grande pra gente, era eu e outra travesti, né... Ai o quê que acontecia, a gente começou a brigar, fazia educação física com homens, ficava

sendo chamada pelo nome comum. Então a gente sempre... Sempre estive nesse impasse, nessa luta todo dia... Voltada pro público LGBT. A minha vida foi essa, né...

Localizo na “experiência” a possibilidade de adensar a história social do movimento LGBTQ+ e a história das lutas de travestis e transexuais. O campo semântico elaborado pela experiência intersecciona realidades diversas às lutas do movimento LGBTQ+. Os “saberes localizados” podem despontar dentro da própria narrativa da experiência, um corpo “com órgãos” (HARAWAY, 1995) que fala de si e intersecciona-se com a curva do discurso social produzindo conhecimento. Esse capítulo que trata de transfeminismo traz a voz de mulheres trans e sua experiência, seja o conhecimento que advém da luta dentro da academia, com a professora Jaqueline Gomes, seja da luta diária de Camila dentro do sistema prisional.

Nesse ponto meu papel como pesquisadora alinha-se com, conforme mencionado na Introdução, a “pesquisa ética” de Amina Mama. Como pesquisadora tenho o intuito de produzir uma dissertação que possa contribuir para os estudos sobre gênero e sobre prisão. Busquei esse enfoque não pelo viés do “olhar estigmatizado”, mas pela necessidade de complexificar novos territórios que são denominados “LGBT+’s”. O funcionamento dessa nova dinâmica social faz emergir questões que interpelam o fluxo de identidades e necessidades “petrificadas”. O gênero como categoria de análise deve permear todas os espaços sociais, a prisão, como vimos no primeiro capítulo, tem ao longo da sua história imbricações com questões de raça, classe, sexualidade e gênero.

4.2 Experiências “trans” e trajetórias no cárcere

A prisão que nasce para “homens” tem na criação de um presídio LGBTQ um evento que modifica sua trajetória histórica. É importante ressaltar que ela nasce também pela luta de travestis e transexuais, Camila conta essa trajetória com mais competência que a própria instituição e esse capítulo é escrito pela potência de sua narrativa, pela localidade de sua experiência. Mais adiante descrevo nosso encontro, é possível observar claramente que o conhecimento produzido pela narrativa de Camila localiza, com sensibilidade, questões fundamentais tanto nos discursos prisionais quanto reflexões sobre gênero.

Como é possível observar, dois grupos de interlocutores se formaram ao longo da pesquisa, a interlocução com a instituição “prisão” por meio de sua história e representantes institucionais e a interlocução com “as meninas” como me habituei a chamá-las nas repetidas vezes que expliquei a amigos sobre minha pesquisa. As questões teóricas que aglomeram dialogam com o que observei em campo, ou seja, aquilo que atravessa a narrativa das meninas

do Imelda. As questões fundamentais que nortearam a escrita partiram delas. Falar sobre “ativismo”, “liberdade”, “sonho”, “abraço”, despertou e construiu conhecimento pelo próprio ato de narrarem suas experiências.

Quando admitimos que um fato em si não tem significado, que precisa ser figurativizado para ganhar significado formalizamos o valor da construção discursiva e com isso a potência que a narrativa possui. Investir no saber localizado de narrativas demarca historicidades que ao longo do tempo foram silenciadas e excluídas da produção de conhecimento histórico. Não trata-se de uma “hipervalorização” de trajetórias individuais, mas do reconhecimento de ângulos privilegiados de observação de experiências que emulam novos saberes. Não obstante, o empenho em “olhar de perto” e “olhar de longe” arremata as interlocuções entre lugares de produção de saber diversos.

Construir novos saberes e interrogar práticas e a formação de campos semânticos desestabiliza conceitos que socialmente petrificam lugares e identidades. A emergência das temáticas LGBT+’s questiona instituições que ao “nomearam” a “patologia”, a “estigmatização” produzem mecanismo de controle e reificação de práticas discriminatórias.

A construção histórica e social de “um nome”, uma categoria, percorre a esteira do tempo sofrendo marcações, cortes e diferentes significações, antes mesmo da existência propriamente, a “palavra” arrasta uma história de metamorfoses. A categoria “travesti” contém a “delimitação” de vidas, descrições do “outro tido como estranho” e carrega um complexo sistema de signos. A respeito da invenção no discurso científico das categorias “travesti e transexual”, Jorge Leite Jr. (2008), por meio da análise e reconstituição do percurso das categorias citadas, aponta a transformação dos discursos científicos com a concepção hermafrodita, que na modernidade passa a localizar-se no âmbito psíquico⁶⁸, o que vai elaborando ao longo do tempo o domínio da psiquiatria e da psicologia sobre esses discursos.

Em uma das entrevistas realizadas uma interlocutora me pergunta qual a diferença entre travesti e transexual, retorno a pergunta e peço que me diga o que ela compreende sobre isso. O entendimento de Amanda é construído da seguinte forma: “Na nossa concepção transexual é quando ela é operada, pra nós. No nosso... pensamos assim, quando ela tira e troca mesmo o sexo pra mim ela é uma transexual”. Após responder Amanda fica aguardando que eu lhe diga qual a diferença entre travesti e transexual, eu digo que não compreendo a utilização do termo “transexual” somente ligada a quem já realizou a cirurgia. Dessa maneira, afirmo que “entendo que uma mulher transexual pode não querer fazer a cirurgia de mudança de sexo, mesmo assim se denominar transexual. Como ela se determinar eu vou respeitar”.

⁶⁸ Os traços de indefinição entre homens e mulheres migram para a psique como último grau de uma sutil mistura entre sexos, principalmente na questão do chamado “instinto” sexual e, dessa forma, nasce o “hermafrodita psíquico” com sua referente (psico)patologia.. (LEITE JR, 2008, p. 82)

“Ah, então agora vou dizer que sou transexual”, assim reage Amanda, “o mais importante é você se sentir mulher, né?!”

As palavras “travesti” e “transexual” são evocadas diversas vezes ao longo dos contatos com as interlocutoras, “nós que somos travestis, mulher trans (...)”, o aparelhamento da linguagem constitui, e é ao mesmo tempo constituído, pelos discursos sociais⁶⁹. A 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ocorreu em Brasília no ano de 2016. No eixo “Marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT”, foi mencionado: “Criar legislação de combate e enfrentamento a violência contra a população LGBTI na internet”, somente esta e mais duas vezes a referência à sigla inclui o “I”, que designa pessoas “intersexuais”. Movimentos sociais e entidades públicas utilizam-se de variações da sigla que contemplariam demais minorias sociais, como pessoas *queers* e intersexuais e outro “T” para designar transexuais (LGBTQI). Já na 1ª Conferência Nacional houve a modificação da sigla de “GLBT” para LGBT em referência ao machismo e invisibilidade para com lésbicas, tanto pela orientação sexual quanto por serem mulheres. Em alguns períodos opto pela utilização da legenda “LGBT”, que corresponde ao vocábulo adotado por minhas interlocutoras. “LGBT” também corresponde ao conhecimento produzido pela 3ª e última Conferência Nacional de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A 4ª Conferência Nacional está prevista para novembro de 2019 e é provável que a pauta relativa à nomenclatura do grupo esteja presente nas discussões. Quando expresso minha fala uso a sigla “LGBT+”, que vem sendo cada vez mais utilizada em seminários, congressos e por pesquisadores, o “+” expressaria outras construções identitárias que não se sentem representadas pela sigla “LGBT”.

Importante ressaltar que a medida que as discussões sobre gênero e sexualidade avançam outros grupos passam a reivindicar espaço dentro do movimento social. Intersexuais e sujeitos *queers* demandam visibilidade em suas pautas e passam a incorporar a sigla do movimento social: “LGBTQI+” as letras aqui simbolizam o crescimento de pautas e discussões sobre preconceito. É também por meio da demarcação de novas identidades que amplia-se a discussão interseccional, o lugar da experiência torna-se lugar de produção de conhecimento e de luta social.

Essa linguagem e o conhecimento sobre identidade de gênero e sexualidade são fatores que espaços como a prisão ainda não incorporaram às suas práticas e vocabulário.

⁶⁹ Butler (2009) discute, além do acesso à saúde e à “desdiagnoticação” do gênero, a relação de consequência que é traçada a partir de uma nova atribuição de sexo. A sexualidade passa a ocupar o lugar de inquérito para determinar o deslizamento sexo-gênero-sexualidade. Sobre isso a autora comenta: A narrativa não pode ser capturada em uma categoria, ou pode ser capturada por uma categoria apenas por um período limitado de tempo. As histórias de vida são histórias de transformação, e categorias podem, por vezes para o processo de transformação. (BUTLER, 2009, p. 101)

Nesse ponto está implícito o preconceito institucional e a resistência em admitir, partindo de princípios machistas, que existem outras formas de amar e estar no mundo. Não respeitar um nome de forma deliberada é negar o reconhecimento do outro e de sua identidade, é negar dignidade. Algo que para nós, que temos um nome de registro alinhado com nossa expressão de gênero é natural, para uma travesti é uma conquista ser chamada por seu nome social. No contexto prisional, a fixação em binarismos de gênero faz com que relatos de desrespeitos à identidade de gênero não sejam incomuns, Camila relata sobre identidade de gênero em uma experiência prisional anterior: “Chamava você de “ele”, “Francisco”, “José”, não respeitava tua identidade de gênero, te agredia pelo simples fato de você ser uma travesti, um gay, uma mulher trans...”

A performance de gênero e a identidade assumida junto ao nome social evoca um desajuste na normatização do presídio, esses sujeitos representam um risco ao conjunto de regras institucionais. A problemática que a organização prisional encontra está no fato de necessitar incorporar uma lógica adversa à sua construção binária e que prevê a prisão como um lugar de homens. Como pensar um território onde a identidade, que seria o valor agregador, não possui características rígidas e imutáveis? A dificuldade de “classificar” de maneira adequada impõe novas sanções sobre o reconhecimento de corpos e sexualidades.

A figura da travesti desafia as categorias empíricas da história das prisões, os campos semânticos vigentes não dão conta do signo que travestis/transsexuais carregam em sua performance. A liminaridade, mais uma vez, é posta pela “dúvida” e “desorganização” que uma travesti gera em situação de cárcere. Ao longo da história das prisões, no primeiro capítulo, observamos que o “extremo cuidado” para que homens presos não cometessem atos de “inversão” já sancionava quais as práticas eram interditas naquele lugar. No entanto, vimos também que essa figuração de “lugar de homens” na prisão não se sustenta, a sexualidade mostra-se insubmissa ao encarceramento ao longo da história das prisões.

O ativismo de Camila, pelo respeito à identidade de gênero e à sexualidade, especificamente no contexto da prisão, aponta e problematiza questões históricas sobre a estrutura da prisão. Não obstante, é necessário lembrar que, mesmo admitindo que o gênero e a sexualidade não são lugares e práticas fixas, existe a necessidade de acessar de “identidade coletiva” para reivindicar direitos. O movimento LGBT logo cedo compreendeu que essa “identidade coletiva” fortalece a luta social, posicionar-se politicamente passa a ser um ato de resistência. Essa inscrição demarca por meio da linguagem uma posição política, o campo de disputa decorre do fato de que pela linguagem se instaura espaços discursivos, isso ameaça hegemonias e revela que não existe poder unilateral.

A linguagem é instrumento de poder, legitima ou impõe clandestinidade, e quando menciono a linguagem me refiro à linguagem como conjuntos de signos articulados entre si e que produzem significados. As imagens, como e quem ocupa lugares de prestígio ou desvalor, têm repercussão sociocultural e por consequência subjetiva. Pensar, por exemplo, no que representa uma travesti que é professora universitária é pensar nas mudanças que esse discurso faz ressoar socialmente. É justamente por adotar a ideia da linguagem como algo que ganha valor e opera por meio das relações sociais, é que a noção de experiência e narrativa se torna um lugar estratégico para pensar a categoria “interseccionalidade”.

Desse modo, quando se elabora a proposta do “transfeminismo”, existe a partir da reflexão sobre os marcadores sociais da diferença, um duplo projeto que diz respeito ao campo acadêmico – incluir a questão trans nos estudos feministas – e a demandas políticas específicas desse grupo⁷⁰. Quando travestis encarceradas, vivendo sob péssimas condições e sofrendo violações de direitos, articulam-se para fazer uma abaixo-assinado para reivindicar melhores condições estão colocando suas demandas políticas que se interseccionam com a experiência do cárcere. Estão longe da organização de movimentos sociais e da academia, o não descaracteriza sua ação política que nasce a partir de suas necessidades. Ao longo da fala de Amanda, sempre que se refere ao grupo de gays e travestis e transexuais, menciona “as bicha”, essa parece ser a forma simplificada para agrupar GBT’s. Travesti e transexual são usados em diferentes momentos para se identificar sem apresentar distinções para utilização dos termos. As categorias êmicas que surgem para designação de si e de suas parceiras e parceiros não se vinculam, necessariamente, à compreensão do movimento social. A vida acontece sem a preocupação de nomear/classificar seus pares, a linguagem sofre alterações em gotejamento ao do contexto histórico⁷¹. O que é percebido, ao voltar-me para trajetórias de sexualidades tidas como dissidentes, é que o caráter liminar dessas experiências é reatualizado por contextos diversos, na família com a rejeição, na escola com o desrespeito ou na prisão pela violência. As trajetórias sociais apresentadas por João Silvério Trevisan em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* percorrem diversos aspectos de uma história silenciada e de “experiências liminares”. Os caminhos dos prazeres e das dores são refeitos pelo autor, que quando trata do encarceramento de homossexuais e travestis demonstra este como uma penalização da abjeção. Estupros,

70 Jaqueline de Jesus (2014) determina o transfeminismo justamente no limiar entre a teoria e a prática: “(...) o transfeminismo pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. O transfeminismo é uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos.”

71 Devo deixar claro que a linguagem é um instrumento de poder, quando me refiro a “despreocupação em nomear/classificar” me volto para as categorias êmicas e minhas interlocutoras, que não têm obrigação de corresponder às conceituações da academia ou dos movimentos sociais.

violações de direitos e a submissão a serviços de limpeza são narrativas comuns; chama a atenção o trabalho de Luiz Mott⁷² que analisou o recurso da automutilação de travestis. A “negociação” com a polícia passava, literalmente, pela lâmina na carne. A história de Madame Satã, que teve várias passagens pela prisão, é apresentada por Trevisan ao mesmo tempo que problematiza a invisibilidade das práticas homossexuais nas prisões.

A reconstituição das trajetórias migratórias de travestis e transexuais é feita por Vale (2005, p. 95) que reconhece na alteridade de travestis e transexuais o caráter liminar:

A experiência travesti e transgênero, pensada como margem situação liminar, linha de fuga, constitui um lugar privilegiado para a compreensão desse campo articulado pelas tensões ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações da qual faz parte. Quase tudo na alteridade transgênero remete a liminaridade.

As trajetórias “refeitas” por meio das narrativas daquelas que voam revelam um duplo liminar, tanto pela condição da imigração, quanto por terem em si a atualização do *status* de margem por serem travestis. As intersecções que vão sendo traçadas são compreendidas pelas histórias de vida e os motivos que as levam a migrar, perceber os “interstícios” das territorialidades, reverberam a condição de análise da dinâmica das trajetórias. No contexto da minha pesquisa, outras intersecções estão presentes, mas da mesma forma o aspecto “marginal” se presentifica relacionado à outra condicionalidade de “margem”.

Na prisão, a situação liminar opera essencialmente pela supressão da liberdade de “ir e vir”, porém existe um conjunto de interdições que o cárcere impõe. Tomando a “experiência travesti e transexual”, a prisão arquiteta implicitamente outros modos de penalização e estigmatização. A performance de gênero, que diz respeito à construção identitária ainda sofre com desrespeitos, mesmo pensando no contexto de uma “prisão LGBT”. Camila narra algumas situações de desrespeito a identidade de gênero, assim como a privacidade de seu corpo durante as revistas íntimas:

Se a gente é reconhecida como mulher, pela lei, pela forma da lei, porque se despir na frente do outro? Porque que ele vai ter que me ver nua, ter que baixar três vezes, porque que ele vai ver meu cu? Se eu sou mulher, porque não é respeitada minha integridade física (...) (AMANDA, 2019)

A cena narrada por Camila revela que a “liminaridade” que uma travesti e uma transexual vivenciam afligem sua dignidade por meio da exposição do seu corpo a um homem. Essas “rotinas” reificam a “invasão” ao corpo que é tido como “estranho” dentro da lógica prisional. Fazer a pergunta “por que não é respeitada minha integridade física?” é rebelar-se para o que seria tido como “comum” na prisão, que é submeter-se todas as normas que forem instituídas. Os argumentos para esse tipo de “rotina” giram em torno da eficiência

72 MOTT, L. Gilete na carne: etnografia das automatizações dos travestis da Bahia. In: Revista Temas. IMESC, São Paulo, vol.4, No. , junho de 1987.

da instituição e normas de segurança, mas não respondem ao porquê de uma mulher trans ter que ser submetida a revista por um homem.

Reivindicações como essa revelam que a emergência do transfeminismo deve ser interpretada como algo que surge de reivindicações específicas de pessoas trans. Falo das demandas de travestis e transexuais encarceradas, mas também de demandas por políticas públicas e luta contra a transfobia e sobre a necessidade de aprofundar discussões de gênero e sexualidade. Nesse contexto, acompanho a conceituação de transfeminismo proposta por Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 104):

[Transfeminismo é] uma linha de pensamento e ação que não se permite ser propriedade privada deste ou daquele gênero, desde ou daquele grupo social, desta ou daquela identidade de gênero, mas que pode, isso sim, ser parte do discurso e da prática de todas as pessoas. O transfeminismo tem suas raízes no feminismo negro, no feminismo da diferença, nas vertentes pós-estruturalistas do feminismo (...).

Sobre essas novas intersecções, devo salientar que a reflexão sobre a história social do feminismo⁷³ e sua pluralização ao longo do tempo, inevitavelmente nos leva, ao reconhecimento da produção interseccional de vivências. É partindo do reconhecimento de marcadores da diferença social, que é possível ampliar o espaço discursivo para mulheres negras, indígenas, faveladas e pessoas trans. A premissa da mulher “sujeito do feminismo” é reconsiderada por Butler (2003), o caráter universal e a política representacional em si falam sobre formações discursivas e perdem seu efeito quando delimitam o conteúdo desse suposto sujeito do feminismo. A profusão de “feminismos” deflagra a posicionalidade de novos sujeitos dos feminismos, nesses novos campos discursivos temos o transfeminismo.

Coacci (2014), ao traçar a história do transfeminismo no Brasil, reconstitui a participação de pessoas trans nos encontros feministas latinoamericanos e caribenhos; apresenta a dificuldade de aceitação da inclusão de pessoas trans. Essa característica é vista também no contexto norte-americano, a resistência de determinados setores “ditos feministas” configura-se por meio da transfobia seja ela velada ou não. O transfeminismo, no Brasil, localiza o autor, surge entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Nos últimos anos pudemos acompanhar uma intensificação na organização e mobilização de pessoas trans dentro do movimento LGBTQ+. As trajetórias individuais permeiam os anseios por novas perspectivas feministas, discutir e a agregar novas vertentes e acolher a diversidade. Compreendo que esse “acolhimento” não pode constituir-se como “tutela”⁷⁴, é permitir autonomia e diálogo entre campos diversos do feminismo. Reconhecer a necessidade de contínua discussão sobre antigas e novas pautas feministas, as mudanças e deslocamentos é

⁷³ Para compreender a constituição e história do feminismo no Brasil, ver: GROSSI, Miriam Pillar. “A revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve História do Feminismo no Brasil. *Estudos Feministas*, vol. 12, 2004, pp. 211–221. JSTOR, JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/43596683. Acesso em 10 out. 2019

⁷⁴ Jaqueline Gomes de Jesus critica em seus “aforismos sobre o transfeminismo” a tutela e a infantilização da população trans com discursos paternalistas e que generalizam pautas discursivas.

um procedimento de renovação e reafirmação de lutas históricas. Jaqueline Gomes de Jesus (2018) fala do ativismo desenvolvido por mulheres trans por meio das redes sociais, esse campo discursivo tem sido utilizado como forma de “se fazer ouvir”, assim como de construir representatividade e fazer com que isso tenha repercussão. Essa estratégia tem sido amplamente utilizada por mulheres negras que discutem racismo, empoderamento, feminismo, corpo, sexualidade. O ativismo busca entremeios e lugares para tecer suas próprias considerações sobre experiências, narrar-se é ato revolucionário quando espaços sociais ainda não são facilmente permeáveis.

A reflexão promovida pelo transfeminismo auxilia a complexificar a discussão interseccional aqui proposta, justamente por não fixar identidades e partir da prática dos sujeitos. Nesse ponto sigo a crítica de Butler (2003) a concepção de gênero como uma essência do sujeito. O “sexo discursivo” e a identidade como expressão tornam-se instrumentos heurísticos que possibilitam as proposições da presente pesquisa. Abrir um novo campo de “discursividade” pelo transfeminismo dessencializa discussões de gênero e traz para o campo da cultura a ideia de “sexo” como construção.

A construção do “transfeminismo” e discussões acadêmicas ocorrem concomitante às experiências de sujeitos como Camila, que tem em seu desejo de luta a fonte de sua articulação. Menciono seu nome diversas vezes por ela denominar-se “ativista LGBT”, no entanto a proposição de “revolução” e “resistência” reside em cada travesti e transexual que se mantêm viva e desejantes em meio à tanta violência desferida reiteradamente. Nesses lugares e nessas experiências, que nomeio como “transfeminismo”, constroem-se lutas que ultrapassam relações contratuais com conceitos.

4.3 “Minha vida foi voltada mesmo pra luta”: a história de Camila

Meu encontro com Camila ocorre em um dia de comemoração no presídio Irmã Imelda, organizaram um evento para comemorar o dia do “orgulho LGBT”. Após um tempo sem estar em campo, por questões burocráticas e de segurança, retorno junto com a assessoria de imprensa da Secretaria de Administração Penitenciária, que de antemão me fala que esse será um dia importante. Um dia de festa, discursos e apresentações artísticas, percebo que a escolha do dia da visita tentava direcionar meu olhar, como pesquisadora e curiosa, a uma dinâmica incomum que mostrava como “em vitrine” as internas do “presídio LGBT”. Ao longo de toda a pesquisa estive sempre nesse limiar de dois pontos fundamentais: reconhecer

a conquista que um “presídio LGBT” representa e manter a criticidade diante do discurso institucional que estrutura a prisão.

Confesso que esse foi um dos grandes impasses da escrita e da pesquisa, embora reconheça esse evento como marco histórico, ficar somente nessa narrativa me permitiria somente arranhar a superfície discursiva que orientou meu trabalho de campo. A ideia de um “presídio LGBT” que funciona sem superlotação, com atividades diversas, escolarização, acompanhamento psicossocial e médico é algo a ser celebrado, entretanto essa não é a realidade do sistema prisional cearense. É preciso sempre deixar bem claro que essa experiência é localizada, pois existem gays, travestis e transexuais que não têm acesso ao cumprimento da pena com dignidade e respeito aos Direitos Humanos. Além disso, a existência desse espaço deve ser interpretada como parte de uma luta maior e que segue buscando assegurar direitos e ampliar conquistas.

O reconhecimento da própria luta e da importância de inscrever isso por meio da narrativa que dá conta da história da criação do “Imelda” pode ser observado na fala de Amanda e Camila. E por diversas vezes a fala “O Imelda é nosso, é das travesti” é mencionada nas entrevistas com a direção prisional como algo bem demarcado no discurso do grupo GBT, existe uma disputa discursiva e o ativismo de travestis e transexuais impõe-se como forma de escrever dentro da história das prisões a sua luta. Camila narra o princípio do processo de aquisição da unidade prisional e levantes anteriores a ele na reivindicação de direitos para Gays, Travestis e Transexuais. A história da U.P Irmã Imelda nasce ainda na CPPL3 com o projeto Meninas que Encantam, a produção de fanzines torna-se um veículo de comunicação⁷⁵ e expressão. Camila me conta detalhadamente esse início:(...) Quando eu adentrei a Ala, que era a Ala E que recebia o público LGBT, que era a única Ala que ainda recebia o público LGBT, eu cheguei lá e vi Milena chorando de um lado com os cabelos cortados, eu vi o LGBT acuado, sofrido, aí eu comecei a dar injeção de ânimo, gente vamos lutar aqui tem serviço social, tem psicologia. Vamos procurar esse pessoal, né?! Vamos conversar com o diretor da unidade e aí eu comecei a criar esse movimento, energizei a Milena, “olha, é seus direitos” eles não poderiam ter cortado seu cabelo, sabe? (CAMILA, 2019)

O Estado é reconhecido como produtor de violações e a única possibilidade de reparação da violência, essa dualidade é que sustenta as estratégias de reivindicação. O cerne da luta de Camila está no reconhecimento da ineficiência do estado e na existência de direitos básicos que asseguram sua dignidade e integridade física independente de sua condição como prisioneira e transexual. Esse movimento de agregação em torno de um objeto, que nasce do sofrimento e da violação de direitos, é a expressão do reconhecimento da mesma condição de liminaridade (TURNER, 2013).

Observamos ainda a tentativa de ritualizar a chegada à instituição por meio do corte de cabelo e da destituição da representação de um “eu feminino”. Goffman (1974) afirma a “chegada à instituição total, a admissão e os testes de obediência” como uma espécie de rito de passagem. Um novato deve tornar-se um veterano por meio da introjeção das regras

⁷⁵ Mais adiante trato sobre a produção de fanzines que começou na CPPL3 e que continua ocorrendo, tento uma psicóloga frente da atividade. Tive acesso aos fanzines e descrevo alguns deles discutindo sua temática e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

explícitas e implícitas, sejam elas normas deliberadas por ordenamentos institucionais, sejam operacionalizações impostas por agentes. Cortar o cabelo impõe descaracterização e assujeitamento, a falácia de um “aspecto higiênico” não configura um argumento plausível. O que está em jogo é a demarcação da autoridade pelo constrangimento de “desfiguração”, de ordem simbólica e real o corte de cabelo embarreira o suposto “contágio” no território de homens e ritualiza o poder investido que age sobre o corpo do prisioneiro.

São várias “liberdades” suprimidas, no entanto a centralidade está na “suspensão” do direito à liberdade, o direito de “ir e vir” é cerceado. Essa condição é comum a todos os internos que cumprem pena em regime fechado, ocorre que as “liberdades” e “interdições” alcançam o corpo de uma travesti de forma específica, como demonstrado a cima. Quando a posição já é socialmente “desfavorecida” por marcadores de gênero e sexualidade, como no caso de travestis, transexuais, esse processo estruturalmente passa a ser reinvestido de liminaridade. Refiro-me ao caso do público GBT, por estarem no contexto da presente pesquisa, mas outros grupos também assumem esse duplo investimento de liminaridade. Agressores sexuais, ex-policiais, “x-9” (aquele que entrega companheiros), entre outros, são grupos que se tornam alvo e que destoam do perfil criminal “aceito” dentro de códigos morais da prisão. A ideia daquilo que é “tolerado” pode sofrer algumas variações de acordo com o território e negociações entre grupos.

A condição de liminaridade é orquestrada não só pelos demais internos, mas também pela própria instituição. Os valores sociais e a “obrigação” do estado de tutelar a vida de um preso influenciam na organização do espaço e na ênfase da condição intensificada da liminar de determinados presos e presas. A investigação sobre os aspectos que conduzem determinados grupos à exclusão e à vulnerabilidade é um interessante percurso de pesquisa, mas me atenho a liminaridade que se constitui pelo embricamento de gênero e de sexualidade. As questões de classe, por exemplo, têm uma enorme potência em determinar melhores condições de permanência na prisão. Camila tem seu cabelo preservado quando chega na prisão e aponta que só teve esse direito porque foi acompanhada por advogado:

Você chegava eles já raspavam a sua cabeça, já tomavam teu sutiã, não respeitava tua identidade de gênero, já agrediam. Ah, você! Viado, toma! Sabe... Essa era a realidade quando eu cheguei em 2014 e quando eu cheguei lá, que por sorte eu não perdi o cabelo porque eu vim acompanhada com o advogado e ele conseguiu resguardar o meu cabelo.

Como mencionado no primeiro capítulo, a população carcerária é “pobre, de baixa escolaridade e composta por negros e pardos, majoritariamente”. Falar da “massa carcerária” como “pobre” não contempla as pequenas variações dentro da própria condição de pobreza. Existem aquelas internas que por terem famílias pobres recebem visitas 1 vez ao mês,

enquanto que outras passam meses sem receber visita pela condição financeira da família. A distância, do mesmo modo, é um agravante na frequência das visitas, mas ainda conheceremos a história de Diana, que vinda do interior do estado e de origem pobre nunca recebe visitas da família. Esses marcadores intensificam, de diversas formas, a condição de separação, desagregação com a família e amigos.

Essa relação de “liminaridade” está traçada entre “intra e extra muros”, estar “dentro e fora do sistema prisional” ou, como observamos mais acima, pertencer ao “perfil tolerado” ou ser identificado como “abjeto” dentro das relações de poder e território. A ideia de necessidade de “proteção” cria outros campos semânticos dentro da prisão. Em “O barraco das Monas e na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário”, Zamboni (2017) demonstra que o sistema de classificação local é essencial para compreender a dinâmica territorial e as necessidades específicas desse grupo.

A polissemia dos símbolos evocados pelo contexto da prisão só pode ser interpretada dentro da lógica que o território estabelece, por isso também insisto na ideia de conceber o evento de uma “prisão LGBT” como algo que interfere na estrutura, mas que é encenado de forma localizada. Do mesmo modo, os arranjos sobre a determinação de territórios devem ser percebidos em suas sutilezas e repercussões. Em “Cenas de um público implícito”, Vale (1997) ressalta como a localização dentro do cinema emitia uma mensagem, construía uma linguagem própria para narrar sobre desejos, intenções, interdições e aberturas⁷⁶. O entendimento desse universo simbólico nasce da observação do pesquisador, para aqueles que frequentavam aquele espaço esse artifício era fundamental. Essa linguagem nasce da experiência do “espectador” e de suas expectativas, daí seu funcionamento ser eficiente para o que se propõe. No caso da prisão, a organização do território, vindo da hierarquia da instituição pode não funcionar da maneira que internas e internos compreendam como satisfatória. Camila nos fala sobre a ideia de “inclusão” e a organização inicial das Alas:

Existe um respeito, quando a gente chegou aqui em 2016, fizeram uma Ala voltada pro público LGBT. Só que aí, pra mim não era inclusão, era exclusão. Por que separar? Né? Por que foi feita essa separação? Então pra mim não tinha inclusão. Então pra mim inclusão é quando a gente consegue conviver com outras pessoas, respeitá-los, ser respeitado, e conviver em grupo, porque excluir, porque só o público LGBT? Por que que a gente não pode conviver com o idoso? Por que que a gente não pode conviver com cadeirante e deficientes físicos, porque que a gente não pode se ajudar?

⁷⁶ “Assim, o espaço das primeiras filas, por ser mais “claro”, mais “ventilado” e mais “limpo”, era também o mais “diague” e seus espectadores podiam ser referidos como sendo mais “discretos”, “moderados”, “comportados” ou simplesmente “bofes” ou “ocó”. Quem circulasse pelos corredores estaria “caçando” ou “batalhando a vida”. Depois da décima fileira de cadeiras, quem estivesse sentado naquelas poltronas mais próximas aos corredores laterais, seria mais facilmente abordado para uma “pegação” ou para um “programa” com os travestis. Estar sentado ali era sinal de uma maior disponibilidade, porém não tanto quanto estar em pé no final da sala ou sentado nas últimas poltronas.” (VALE, 2007, p. 75) VALE, Alexandre Fleming Câmara. Cenas de um público implícito: territorialidade marginal, pornografia e prostituição travesti no Cine Jangada. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Fortaleza, Ceará: 2007.

Existem interesses que ultrapassam a delimitação de “necessidade” imaginada pela instituição, Amanda, do mesmo modo, demonstra que existe desejo para além do que seria visto como “necessidade básica”. O direito de ter a integridade física preservada não é suficiente se esta vem por meio da segregação, que as colocam como “excluídas” e por isso “protegidas”. A lógica da “eficiência” da instituição retém afetos e necessidades que são escritos pela vivência de travestis e transexuais, existe uma patente necessidade de ouvir esse grupo, pois pautar-se em inversões da lógica prisional (que é a lógica heteronormativa) não resulta na contemplação da necessidade apresentada pelo grupo GBT.

Todas essas questões circundam um espaço de construção de técnicas sobre “padrões humanitários de tratamento” versus “eficiência da instituição” (GOFFMAN, 1974). Amanda, na posição de ativista de luta por direitos, está sempre apontando as “fissuras” da proposta humanizada que o presídio Irmã Imelda emula. A denúncia do que Camila reconhece como “1%” é importante para espantar ideias de que conquista de direitos são “benefícios”, ou que a criação do presídio exauriu as pautas de travestis e transexuais presas. A seguir ela relata sobre seu incômodo com procedimentos inadequados:

Se a gente é reconhecida como mulher, pela lei, pela forma da lei, porque se despirmos na frente do outro? Porque que ele vai ter que me ver nua, ter que baixar três vezes, porque que ele vai ver meu cu? Se eu sou mulher, porque não é respeitada minha integridade física, aí eu fico triste com alguns acontecimentos do Imelda, aí quando a gente vai conversar vem a retaliação desse 1% contra a minha pessoa. E a gente relata, fala com a diretora, chefe da segurança, a gente tenta relatar esse tipo de homofobia que a gente sofre.

Esses “procedimentos” são apontados como métodos de “eficiência da instituição”, a segurança é sempre reconhecida como a pedra de toque que forma o argumento da necessidade de “procedimentos” que são reconhecidos por Camila como desrespeitos. Membros da direção prisional sempre enfatizaram que existe uma espécie de “seleção” da equipe de agentes que compõe o Imelda, no entanto esse “1%” que Camila aponta ressoa de maneira nefasta dentro da instituição.

Ainda existe 1%, mas a gente tem que tirar dessa unidade, gente que ao meu ver não merecia estar aqui. Que ainda tem discriminação, ainda desrespeita, eu não vou muito longe, já sofri perseguição, “ah, eu não gosto de fulano, porque fulano começou esse projeto aí e eu não gosto dela”, então ficar com perseguição, até eu chegar e entrar com um processo contra um determinado agente pra ver se ele conseguiria pelo menos me respeitar, que eu não faço questão de humilhar ninguém, eu só quero ser respeitada, então ainda tem aquele 1% que no meu ver não merecia estar aqui e que ainda está aqui.

A possibilidade de ter seu discurso ouvido potencializa a luta que Camila constrói dentro do sistema prisional. Estar no início de um projeto como o Imelda e ter reiteradamente sua experiência como base de conhecimento para lutar por direitos faz com que a trajetória de Camila esteja embricada ao ativismo em prol dos direitos de travestis e transexuais.

Interessante que nesse mesmo dia da entrevista havia o evento e Camila já inicia sua fala: “Não é Close! É direito!”. Nesse sentido, a interlocutora coloca o respeito aos Direitos Humanos como um “universal” que não deveria depender de nenhum marcador social que desfavorece a aquisição de direitos para ser acessível a alguém.

A discussão sobre a universalização dos Direitos Humanos e a necessidade de criar legislações específicas para determinados grupos foram traçadas no primeiro capítulo. O que Camila ressalta está vinculada à raiz do que por essência deveria ser o conceito de dignidade humana. O espaço discursivo que é conquistado por travestis e transexuais promove “revoluções diárias”, é a soma desses esforços que alteram relações de poder e a configuração social de espaços tão violentos como a prisão. Esses territórios discursivos estão intimamente vinculados aos processos históricos e políticos que vivemos, por isso mesmo são ainda frágeis. Se a história não é linear e o “progresso” é determinado pelo desejo de quem tem posições privilegiadas de poder, minorias sociais têm na “revolução diária” a estratégia de resistência.

Camila, 23 anos, de idade está no sistema prisional há 4 anos e está desde a criação do Imelda, relata não ter tido problemas familiares: “A questão da minha família graças a Deus sempre fui aceita, não tive nenhum problema familiar, por questão de ser uma mulher trans, eles sempre me apoiaram. Eu não tenho o que reclamar.” Antes de ser presa tinha um salão de beleza que hoje se encontra fechado, por meio dele é que Camila conseguia ajudar “LGBT’s” quando estavam em situação de vulnerabilidade. Sua narrativa constrói-se por meio de suas experiências de ativismo, mesmo quando adolescente já se manifestava contra a transfobia que vivenciava na escola. Foi presa muito jovem, aos 18 anos, e observar esse aspecto parece doloroso para Camila, embora sua fala seja direcionada para uma “utilização” do tempo na prisão como algo construtivo.

A nossa vida é isso, além do nosso trabalho de redução de pena, paralelo a isso a gente olha os LGBT, aqui o pessoal de chama de “faz-tudo” (risos). Me botam pra ali, me botam pra acolá, então tudo que eles precisam de apoio eu fico, fico na lavanderia, fico na limpeza, eu vou pra parte do administrativo, ajudo as meninas da enfermagem, embalar e ajeitar tudo direitinho, quando tem eventos eu fico na parte “correria” de lado para o outro tentando resolver, então dizem que me chama de “faz-tudo”, né! Eu não tenho trabalho fixo, eu fico correndo de um lado pro outro. Ai eu como eu te disse, meu dia a dia, a gente trabalha, estuda, faz o projeto livro aberto, limpa nossa sela, faz nossas refeições e no outro dia a gente já começa de novo a trabalhar, porque a gente já entra 5 horas da tarde que é nosso momento de descanso. A gente sai da cela 7 horas da manhã e volta as 5 da tarde, então é praticamente descansar e dormir e no outro dia é uma batalha de novo. E isso é importante porque você consegue preencher o tempo, e o que é mais importante trabalhando aqui no Imelda é que a gente consegue fazer a nossa parte. A gente ajudando o Imelda de várias formas possíveis, eu sempre digo isso pras meninas a gente tem que fazer nossa parte, a gente tá cuidando de um patrimônio do estado, mas que fora isso foi fruto de luta da gente. A gente se preocupa com a limpeza, se preocupa na forma como são feitas as coisas, porque é um patrimônio do estado, mas a gente ocupa esse espaço. A gente lutamos pra ter esse espaço, um lugar

LGBT, então tudo isso é fruto de luta, se não a gente não teria conseguido nem sair da CPPL3.

A utilização do tempo tem um duplo investimento, de um lado “preencher o tempo” e do outro e “mais importante” “ajudar o Imelda”. Alia-se o aspecto individual da estratégia para resistir os efeitos da prisão, como a ociosidade e a sensação de “perder tempo”, principalmente por estar no início da vida adulta e o zelo por um território que é motivo de orgulho para Camila. O tempo da pena e o espaço da prisão, ambos tão endurecidos e incontornáveis, são reinventados, na medida do possível, para aplacar o estado de liminaridade que a prisão inflige. Percebo uma íntima aliança entre “reinvenções pela experiência” e “estratégias de ativismo”, esse foi o caminho que Camila decidiu trilhar no cumprimento de sua pena. O sentido conferido à experiência do cárcere é “figurativizado” pela militância em prol de direitos LGBT’s para população carcerária, isso não significa que toda travesti e transexual tenha como “obrigação ética” seguir esse caminho.

Do mesmo modo que não podemos “tutelar” a luta transfeminista, não podemos exigir “militância” de quem pertence ao grupo e que, no entanto, “reinventa-se” de outros modos diante da transfobia. Não me cabe apontar quais experiências representam “transfeminismos”, sendo que essa categoria nem mesmo é utilizada pela interlocutora, nem mesmo dizer que a militância (o conceito idealizado que temos dela) está presente ou não nessa ou naquela experiência. Se o trabalho do antropólogo é “traduzir” em categorias conhecidas aquilo que está na diferença, localizo a “experiência trans” como território de “resistência e reinvenção”, seja ela de maneira mais óbvia como na narrativa de Camila, sejaem outras estratégias em Bianca e Amanda. O que é patente nessa discussão é a experiência que confere diferentes contornos às trajetórias de vida de travestis e transexuais e como isso repercute na vivência prisional.

A violência vivenciada por LGBT+’s na prisão é justamente o que mobiliza as primeiras iniciativas, ainda na CPPL3, em busca de condições dignas para o cumprimento da pena de travestis e transexuais presas. O “fanzine cultural” e o projeto Meninas que Encantam antecede a criação do Imelda. Somado a isso, outros eventos de ruptura e urgência na proteção de gays, travestis, bissexuais e transexuais vão se aglomerando e se impoem pela “crise no sistema prisional cearense de 2016”⁷⁷, como relata Camila: Aqui no Imelda não tinha nada era só um breu, eu vim com o secretário de Justiça e Cidadania, doutor Hélio Leitão e o coordenador: doutor Edmar, né. E acompanhada, devidamente escoltada, eu vim aqui no Imelda, eu entrei ali pela lateral e tinha muito lixo, mato muito alto e a gente conheceu a estrutura da unidade e ele ofereceu espaço, né?! Que até porque o governador já tinha dado carta branca, pra criar uma unidade...

Eu vou te explicar! Que em 2016 houve a rebelião da CPPL3 e do sistema prisional e eu tive com o governador, eu tive com o doutor Hélio e eu disse: dá a unidade pra nós, dá a unidade para o público LGBT, idosos, cadeirantes, aquelas pessoas que

⁷⁷ No primeiro capítulo narro de forma mais detalhada a crise que o sistema prisional cearense vivenciou em 2016, esse evento emula ações de proteção a grupos vulneráveis dentro do sistema prisional. Havia uma demanda urgente que presentificou-se de forma contundente pela “crise de 2016” e um desejo latente da gestão da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará em criar esse nosso espaço que acolhesse “vulneráveis entre os vulneráveis”, como afirma Hélio Leitão que à época era a secretária da SEJUS.

são mais vulneráveis no sistema prisional que precisavam de um atendimento melhor, né?! Então eles tiveram a ideia dessa unidade, precisava fazer alguns reparos e dentro de 1 mês a gente foi transferido pra cá, então vai fazer 3 anos em julho. Foi assim que a gente conseguiu o Imelda, então eu sempre digo: o Imelda é fruto de luta! Alguém perdeu o cabelo, alguém sofreu homofobia, alguém apanhou, alguém foi para o isolamento sem dever nada a ninguém, alguém foi estuprado no sistema prisional...

A organização do grupo de travestis e transexuais, que por meio de ações de comunicação e reivindicação com o “fanzine cultural” e a após isso a criação do projeto “Meninas que encantam”, está no cerne da criação da Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes. Tento tratar os vários eventos que circundam a criação do Imelda como um processo de múltiplas vozes, sem mensurar ou hierarquizar iniciativas ou lugares discursivos. Os eventos ocorrem e são incorporados e “capitalizados” de acordo com a demanda e objetivo de cada grupo. A pluralidade das posições diante dos eventos é que confere a singularidade da mudança, ou seja, a narrativa dessa trajetória caracteriza as “narrativas localizadas” sobre o evento. A construção de uma “*prisão LGBT*” é contínua, não segurança sobre aquilo que é conquistado, ainda é preciso reiteradamente afirma o direito a dignidade.

Camila visualiza todo o processo histórico implicado em seu ativismo e no custoso tempo que as mudanças requerem, seu livro “Borboletas no cárcere”⁷⁸ relata sobre sua experiência da prisão, representa um registro histórico de um período e de sua militância. E se for preciso eu morrer pela minha luta, porque as vezes as pessoas precisam lutar pelos seus direitos e as vezes eles não são ouvidos, se for preciso morrer pela minha luta eu vou morrer e vai vir outros pra lutarem e é o ciclo da vida. Talvez daqui a 50 anos, eu possa tá viva e olhar pra trás, “poxa como eu contribui, conseguir incluir pessoas na sociedade. Não homossexual, gay, travesti, transexual, sem rótulos. Somos pessoas, somos seres humanos, capazes de se adaptar, capaz de escolha, capazes de lutar e construir uma sociedade melhor.

A trajetória do movimento LGBT+ é formada por múltiplas pessoas, interseccionando experiências oriundas de contextos diversos. Existem elementos que unem a polissemia das vivências desses sujeitos, acessar essa identidade coletiva é amarrar variados esforços em prol de uma causa central. São várias lutas que se cruzam e “afetam-se”, quando pedi para Camila registrar algo que gostaria de falar e que não havia sido perguntado ela fala da luta de Marielle Franco.

Ser ativista no nosso país infelizmente não é fácil, infelizmente nosso país é um país número 1 que mata LGBT’s travestis e transexuais e que mata mais ativistas. Eu declaro a minha revolta com o assassinato da Marielle Franco, porque ela representava também a luta LGBT e a gente fica triste, perdemos uma vereadora capaz de lutar e morrer pela sua luta. E aqui minha luta também não é muito diferente, a qualquer momento eu também posso sofrer alguma retaliação, infelizmente.

A luta que Marielle Franco travou e sua existência por meio de “Marielles” que desafiam as estruturas de poder, por que acreditam na mudança, representa inspiração para

78 O livro que contém 105 páginas ainda não foi publicado, Camila aguarda um novo edital para publicações literárias que é lançado periodicamente pela Secretaria da Cultural do Estado do Ceará.

Camila. A ocupação de espaços discursivos por sujeitams que são “subalternizados” por discursos hegemônicos é de suma importância para “inspirar lutas” e afirma poder pela voz e pela existência. Após a entrevista com Camila nos dirigimos para a sala onde estava começando o evento em alusão ao dia de “Luta internacional pela diversidade”. Quem abre o evento é um agente penitenciário que fala sobre “boas práticas” no sistema prisional, fala sobre “não transgredir regras” e “colocar na cabeça que estão presas”, que ali “não é uma casa, mas é um lugar humanizado”, quando chegamos ele já havia começado sua fala.

Logo em seguida, Camila é chamada para proferir sua palestra, material de slide bem preparado para falar sobre o “orgulho do que somos” e sobre conquistas, marcos legais e direitos. Durante sua fala, enfatiza que “não é close, é direito”, ressalta a Constituição de 1988, a Nova Lei de Execuções Penais, a diferença entre Discriminação e LGBTfobia, as diversas formas de violência, entre elas a violência no desrespeito ao nome social. Todos escutam atentamente o que Camila fala, em uma sala reúnem-se cerca de 35 pessoas de diversos grupos da prisão. O espaço fica pequeno, mas aquele é um dia de celebração e apresentações artísticas, além disso, a presença de representantes da Secretaria de (lembrar) reserva no segundo momento a entrega de um kit com secador, prancha e babylliss para o salão.

O projeto *Meninas que Encantam* é rememorado Camila como a possibilidade de escrever uma nova história, após sua fala inicia-se uma palestra sobre DST's com uma enfermeira. Todos continuam atentos até que surge uma pergunta sobre a necessidade do uso de preservativo por um casal em que ambos tenham HIV/AIDS, antes que a profissional de saúde responda alguém na plateia se adianta na resposta. A enfermeira reafirma o que é explicado pela interna e ressalta a necessidade do uso de preservativo em todas as situações. A palestra ganha um tom de participação ativa, não é somente sobre “respeito” que se quer e pode falar, mas também sobre o conhecimento produzido sobre as práticas em saúde. A primeira parte da atividade encerra com outras orientações e cuidados, um intervalo é feito para em que os internos que irão se apresentar se troquem e seja feito a lanche.

Um dia de celebração é comemorado com alimentos atípicos na prisão, temos bolo, pão com patê, biscoitos, achocolatado e três variedades de suco, além do café com leite. O lanche é entregue no refeitório, onde um funcionário faz a distribuição, a equipe de visitantes, incluindo eu, é orientada a ir antes da liberação do início da fila. As apresentações que vem em seguida são performances artísticas e em uma delas um interlocutor que conheci em minha primeira visita à prisão, Emílio, que não se afirma como “travesti”, mas como pessoa LGBT. Ele é responsável por organizar eventos artísticos, montou a peça que foi encenada na páscoa e outra no final do ano. Em uma das minhas visitas quando perguntei por

ele fui informada que ele havia sido liberado no sistema de progressão de regime, ou seja, cumpriria o restante de sua pena em liberdade “assistida”. Algum tempo depois fico sabendo que ele retornou à prisão, as precárias condições socioeconômicas de Emílio e seu contexto de vulnerabilidade social não sustentam sua condição de liberdade.

Retomando a descrição das apresentações, Emílio contagiado pela música “I will Survive” em um traje artístico justo e preto com fitas coloridas anima os espectadores e transborda sua satisfação em apresentar-se uma plateia. É aplaudido de pé e depois volta para recolher suas unhas postiças deixadas no palco, me senti afetada com aquela apresentação, porque me recordei do que ele havia me dito sobre a importância de “ser artista”, de criar. Nesse mesmo dia, ainda conversei com outra interna, além de Camila. A conversa com Diana ocorreu de modo mais informal, no intervalo do lanche, sentadas no chão ela me conta um pouco de sua história, que narro no último capítulo. O que havia descrito sobre os encontros anteriores com Amanda, Bianca e Emílio na pequena sala opressora, com um ventilador barulhento, representam um outro contexto de encontro. Nesse dia de festa, atípico na prisão, o encontro foi diferente, os afetos mobilizados por esse dia repercutem na fala de Camila e Diana.

4.4 “Só babado⁷⁹”: fanzines como superfície narrativa

Como relatado por Camila, interna do Imelda, a produção de fanzines inicia-se como veículo de expressão e denúncia sobre as condições precárias que gays, travestis e transexuais viviam na CPPL3. Tive acesso aos fanzines produzidos pelo público GBT, o número 01 da publicação se perdeu, os outros fanzines permanecem guardados como “documentos”, recebem esse tratamento pois são produções realizadas quando os internos estão sob tutela do estado, assim fui informada pela direção da prisão. O valor histórico simbólico desses materiais não está no fato de terem sido produzidos sob tutela do estado, mas por documentarem um período de importantes mudanças no sistema prisional cearense e principalmente por trazer à tona narrativas do público GBT encarcerado. Sob condições rebaixadas de expressão, com a posição subalterna e uma série de marcadores sociais que delineiam o assujeitamento desse grupo, a expressão dos fanzines coloca-se como uma espécie de “ajustamento criativo” às condições possíveis naquele momento.

⁷⁹ Tive acesso aos fanzines, no entanto só poderia consultá-los dentro da instituição e não fui autorizada a reproduzi-los, para isso seria necessário um pedido oficial para a gestão prisional e que passaria por apreciação do setor jurídico, tendo em vista ter valor de “documento oficial”, pois pertencem a Secretaria de Administração Penitenciária.

O número 02 do “Só babado” traz em sua capa um guarda-chuva com as letras “LGBT” e logo nas primeiras páginas o tema é “escritores da liberdade”. Há desejos de um 2015 com “tudo de bom”, assim como pedidos de liberação de roupas e artigos femininos como maquiagens. O número seguinte traz na capa um homem que quebra as correntes que aprisionam suas mãos, as reflexões sobre o encarceramento permeiam a temática desse fanzine. A “liberdade” é tema da reflexão de um interno LGBT, assim como o reconhecimento de que a produção dos fanzines e das atividades culturais implementadas têm feito com que representantes do estado voltem seu olhar para aqueles que eram invisibilizados pela violência do cárcere. A liberdade de expressão da “sexualidade” é reconhecida como fundamental para existir “liberdade de espírito”. O armário como uma forma de prisão é retratado em uma das colagens.

Um elemento importante a ser relatado sobre o início das práticas de oficinas de fanzine é descrito por Siqueira e Acioly (2018, p. 11-12):

No início precisou ocorrer uma negociação com o diretor e o chefe de segurança da unidade prisional para que autorizassem a entrada de papéis, canetas, grampeador, cola e tesoura todos esses itens proibidos dentro da CPPL III. Além disso, consideravam perigoso que ela [assistente social] ficasse numa sala de aula com 20 internos e sem a presença de um agente penitenciário.

O trabalho com fanzines no sistema prisional cearense é anterior ao “Só Babado”, internas do presídio feminino já produziam seus fanzines, mas sempre com a estratégia de comunicação e expressão. É também por meio dos fanzines que o terror da “crise de 2016” é denunciada, o público LGBT torna-se um alvo vulnerável nesse contexto, não sendo “admitido” pela “massa carcerária”. As violências impostas pelos agentes do estado e por grupos “faccionados” asseveram a precariedade e o risco de morte desse grupo. O evento da crise é relatado pelas interlocutoras, internas do Imelda e pela psicóloga da U.P:

A divisão era mais ou menos assim: CPPL3 ficava LGBT's, a 2 ficava os idosos e alguns cadeirantes, se eu não me engano e jovens. E na CPPL4 era 100% jovens, aí com a rebelião, a famosa “quebradeira” que eles chamam ficou inviável de fazer trabalho nessas unidades que estavam prejudicadas, né! Não tinha como a gente ficar fazendo atendimento era só um suporte mínimo que a gente dava para os internos. Isso no primeiro semestre de 2016. Aí a gente ficou fazendo trabalho de “enxugar gelo”, “apagando incêndio”, fazia atendimento pra pegar demanda, avisar a família que eles estão vivo e tudo mais... Avisar as famílias de quem morreu, então era uma fase diferente do trabalho da Psicologia usualmente.

Nascimento (2018, p. 105), que realizou pesquisa de mestrado na U.P Irmã Imelda Lima Pontes, relata por meio das narrativas de travestis o terror que foi vivenciado durante esse período. Cenas que são descritas, por sua interlocutora Dayse, como “cenas de filme de terror”, a brutalidade do flagelo sobre o corpo ficou marcada na trajetória das prisões no Ceará. O depoimento de Tânia, outra interlocutora de Nascimento (2018), revela a

organização espacial daqueles que são considerados “abjetos⁸⁰” e são execrados pelos sistemas morais das facções criminosas.

Era por volta de oito e trinta da manhã quando iniciou a bateadeira e quebradeira – As paredes tremiam! Aquelas facas, aquelas armas... Os presos “faccionados” das “ruas” 173 A, B, C e D se reuniram para atingir as “ruas” E e F, onde estavam os presos dos artigos que o “crime” considera “errados”, e as travestis e as gays também estavam lá. (NASCIMENTO, 2018, p. 105 apud Tânia)

Nesse período, as oficinas de fanzines já ocorriam e após esse evento foi produzido um fanzine que mobilizou sentimentos “indizíveis” sobre a experiência de terror e pedidos para “sair daquele lugar”, pois não se vinculavam à produção da “quebradeira”. Esse material circulou além das grades. Siqueira e Accioly ressaltam isso: “Registrado o apelo do grupo, essa fanzine foi fotocopiada pela assistente social da unidade prisional, que o fez circular pelas mãos de outros profissionais do sistema penitenciário cearense e servidores da Secretaria de Justiça”. Como mencionado anteriormente, foi após esse evento que houve a transferência do público GBT e os demais “vulneráveis entre os vulneráveis”, como nomeia o gestor que esteve à frente do período de transição, para a UP. Imelda.

Os fanzines representam para além de uma “forma de comunicação” um instrumento narrativo em que aspectos subjetivos podem ser exteriorizados pelo processo criativo da escrita e da colagem. Se no início o caráter centrava-se nos aspectos combativos contra a homotransfobia e reivindicações, com o passar o tempo, falar sobre amor e afetividade tornou-se possível. A mudança de unidade prisional repercutiu no percurso narrativo dos fanzines, a luta contra o preconceito permanece, mas agora pode-se falar de sentimentos e fazer declarações de amor. Um mosaico de afetos que é composto pela mudança na trajetória prisional de quem vivenciou o terror da “quebradeira” e hoje cumpre sua pena em um território diferenciado das prisões cearenses.

O primeiro número do “Só Babado”, após dois meses, houve a transferência para o Imelda, em setembro de 2016. Intitulado “Isso aqui tá bom demais”, o fanzine traz na capa a sigla “LGBTT” e várias imagens de maquiagens, os relatos que vêm sem seguida revelam humores esperançosos, o reconhecimento da conquista do “novo presídio”, a “liberdade mental” que vem por meio do território que constrói respeito, o sonho de “quem sabe passar no ENEM no final do ano”, “arte LGBTT” e das novas paixões que surgiram no novo presídio. Esse fanzine já foi produzido com a psicóloga da U.P, que relata sobre o início de sua experiência:

⁸⁰ Zamboni (2017) trabalha com a categoria êmica “cadeia dos coisas”, um aglomerado de sujeitos que são rechaçados dentro da prisão por fugirem do “perfil criminoso” esperado pelo “crime. Zamboni (2017, p.94-95) “ A palavra coisa é usada por integrantes e aliados do PCC para se referir àqueles que são vistos como inimigos: funcionários do sistema penitenciário, policiais, seguranças, presos vinculados a outros coletivos, ex-membros de comandos, presos que violaram o sistema de valores e os códigos de conduta do PCC. Certas cadeias de coisas costumam concentrar pessoas que não se enquadram no estrito ideal de masculinidade valorizado no mundo do crime: monas, bichas, travestis, envolvidos, etc.”

Quando eu vim pra cá, eu vim com a inauguração da unidade, a unidade não tinha nem preso ainda. E aí, foi aí que conheci a Jô, que era a primeira assistente social daqui da unidade, que já acompanha GBT's lá na CPPL3. E que já tinha feito alguns fanzines com eles e aí a Jô me passou todo esse conhecimento sobre o fanzine, o que se trabalhava, se podia ser temático, se podia ser livre. E aí eu comecei a fazer junto com ela, pouco depois a Jô pediu a aposentadoria. E eu continuei com o fanzine, “continua aí, assume o filho”... Aí eu segui com o fanzine...

O vínculo estabelecido com a equipe psicossocial, em especial com a psicóloga, é demonstrado pela narrativa de Bianca que diz “(...) e a psicóloga ela me dá muita força, muita garra, pra mim lá fora eu conseguir tudo que eu quero mas fazendo o bem.” Durante o evento de visibilidade LGBT+ que participei, a recepção à breve fala da psicóloga foi caloroso, muitas palmas e manifestações de carinho. A equipe psicossocial é reconhecida como um “lugar de escuta”, os efeitos do cárcere, por mais que tenhamos um presídio “modelo”, persistem. A liberdade de expressão de gênero atenua o cerceamento do direito de “ir e vir”, porém o desejo das internas que entrevistei está em ter essas duas liberdades aliadas.

A estratégia de narrar-se em colagens e pequenos textos que descrevem necessidades, desejos e a realidade carcerária é, de forma criativa, um modo de potencializar vozes dentro da chamada “massa carcerária”. A produção desse fanzine é também uma demarcação das diferenças, expressão da diversidade na prisão e o alerta para a violação que a transfobia reinveste sob corpos tidos como abjetos. É possível inferir que ao mesmo tempo em que no “Só babado” “escutamos” que “não somos massa, somos diferentes”, também existe um apelo a algo que é universal: o direito à dignidade. Embora as atenções voltem-se para o público GBT, nesse contexto, compreendo que também há uma repercussão para outros grupos minoritários. Se negamos a “massa”, afirmamos que há diversidade, e a diversidade se compõe por distintos marcadores sociais, além das categorias de gênero e sexualidade.

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre a produção dos fanzines é que reunir-se em torno de sua produção proporcionou a organização e a expressão de representantes GBT's. Como visto anteriormente, Camila vê-se na condição de “energizar” outras internas para se mobilizarem na luta por seus direitos, esteve desde o início da criação da Unidade Prisional Irmã e Imelda e afirma-se como liderança. Não quero com isso dizer que antes os aspectos de solidariedade grupal eram rasos ou algo assim, mas sim que a organização em torno de um ideal (condições dignas no cumprimento da pena) constrói um percurso mais incidente no diálogo com a instituição. O protagonismo que gays, travestis e transexuais constroem por meio de suas narrativas na superfície de fanzines poderia parecer um aspecto secundário ou menos potente no fluxo da prisão, mas os observo como dispositivos criativos de afirmação e cuidado de si.

No contexto da prisão, o cuidado de si é irrompido pela própria estrutura opressora da prisão, espaços de cuidado são focos de resistência a processos de “mortificação do eu”, na prisão cada dia é um dia ser vencido. Amanda, uma de minhas interlocutoras, apresenta suas rotinas de cuidado e beleza como uma estratégia para sentir-se “livre”, outros aspectos internos dessas proposições estão implicados, mais adiante veremos. No caso da oficina de fanzine, já no contexto da realização no Imelda, a psicóloga responsável pela atividade afirma que:

Elas tendem a gostar bastante do fanzine, geralmente, se eu chamo e elas “qual é a atividade?” Se eu falar que é fanzine elas topam bastante, porque elas gostam de se expressar, gostam de ver as revistas, mas elas, para além do momento de descontração, elas gostam de se expressar através do fanzine. (...)
A atividade não é restrita, mas ela é focada nas GBT's e nos companheiros, muitas vezes você vai ver na lista e tem nomes que não são os GBT's da casa porque são os companheiros que pediram pra vir também e eu deixo livre pra participar⁸¹. Mas como as pessoas da unidade já sabem quando é o “só babado” “ah, é coisa das meninas”, então os idosos esperam o dia do deles, entendeu? Os idosos não tem fanzine, mas os “Maria da Penha” tem que é o “mudar pra melhor” é um fanzine também.

Lima e Miranda (2010, p.48), em sua “cartografia” sobre fanzines na capital cearense falam de “subjetividades de papel”, alinhando-se a essa perspectiva compreendo o “Só babado” como importante superfície narrativa, espaço de criação e representação de si. Nesse quadro, a experiência é o lugar profícuo para fabular-se na superfície do papel. Candido (2004), em texto originalmente de 1988, fala do direito à literatura como Direito Humano, se a necessidade de se fabular é inerente à linguagem, ao humano, o direito à literatura deve ser um Direito Humano Universal.

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas comunicáveis, dando lugar a dois tipos comunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa propõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades em todos os níveis é um direito inabalável. (CANDIDO, 2004, p. 191)

Do direito à dignidade ao direito de “fabular-se”, ao direito de “ser ouvido”, defendo que a produção de fanzines afirma de modo positivo e potente subjetividades que são subalternizadas. No contexto prisional, essa tentativa de “embotamento subjetivo” trabalha contra processos de resistência e cuidado de si. A experiência quando narrada passa por processos de modificação, seleção, ganha novos enfoques, propõe autorreflexividade é uma atividade criativa de tecer pela linguagem uma história, de fabular-se. Se admitimos, seguindo Foucault, que a noção de sujeito está intimamente ligada à noção de poder, construir

⁸¹ Quando a profissional faz essa distinção entre o grupo GBT e seus parceiros, ela está se remetendo ao próprio entendimento que há por parte das internas e dos internos que se relacionam com o grupo GBT. A caracterização “Maria da Penha” é o signo sob a qual os parceiros são identificados e se identificam, independentes de suas práticas sexuais dentro do presídio.

resistência pela própria experiência, como lugar de produção de conhecimento, é uma estratégia criativa para não sucumbir diante de processos de assujeitamento.

Devo ressaltar que a experiência, da maneira como a trato na presente pesquisa, não deve ser reconhecida como um lugar “apartado” do contexto sociocultural, o contrário disso: a experiência revela interstícios de processos culturais amplos. Esse “microcosmo” da experiência é composto das inter-relações entre esferas socioculturais e subjetivas, a composição de “textos sociais” traça diversos dialogismos que geram outras redes de significação. Desse modo, as produções culturais e narrativas que fanzines representam não podem ser minimizadas; é preciso observar ainda que o meio pela qual o conteúdo narrativo é veiculado é sempre singular. Falar, construir imagens em colagens, escrever são formas de criar uma narrativa de si e cada uma dessas formas possui suas particularidades.

A edição 22 de agosto de 2018 do “Só babado” traz como tema “Tem gente que pensa ‘inho’ tem gente que pensa ‘ão’- oportunidades queremos o mundo também.” Seguido disso há outra colagem com a frase “Existe sempre um caminho melhor, você gostaria de investir nele?”. A capa dessa edição já anuncia os conteúdos que o grupo escolheu trabalhar, no editorial, é deixado claro que essa edição fala de “profissionalização” – do sonho à realização profissional – e “acesso à cultura”. Pequenas narrativas sobre as habilidades na cozinha e a necessidade de um curso de culinária, pedidos de cursos de maquiagem, jardinagem, curso de costura, apoio a produções teatrais e curso de computação. Já na penúltima página do “Só babado” a colagem de uma bailarina e pássaros voando anunciam: “não vão ficar só na imaginação – os cursos” e a palavra “otimismo” logo acima do guarda-chuva que a bailarina segura.

A temática a ser trabalhada em cada edição é escolhida de forma democrática entre as participantes e a equipe psicossocial, como é exposto pela interlocutora e psicóloga que conduz a atividade:

A gente faz o seguinte, geralmente a gente leva um tema de sugestão, né... Então desse mês, como é o setembro amarelo, a sugestão da gente é trabalhar a prevenção do suicídio... Como elas se veem, “de que forma eu posso ajudar”, “de que forma eu posso dar um suporte pra essa pessoa que tá passando por uma fase difícil”, “se eu já tive experiência de ajudar alguém nessa situação”, “se eu já tive experiência de tentar suicídio e como foi que eu superei”, entendeu... Ontem na roda que a gente fez vários falaram, alguns comentaram que tentaram e que hoje estavam diferentes, outros comentaram e ajudaram... Então a sugestão da gente vai ser “faça um fanzine sobre isso”. Mas se falarem “a gente não tá afim de falar sobre isso”, elas quiserem falar sobre... sei lá... “Design de sobancelha” vai ser sobre o que elas quiserem.

As temáticas também foram mudando ao longo do tempo, como mencionado a chegada ao Imelda suscitou escritas sobre amor, afetividade, sonhos, desejos etc. Edições sobre “Relacionamento”, “amizade e empatia”, “Carnaval e DST’s”, “O direito à

autoimagem”, “Respeito dentro da comunidade LGBT”, “Armário nunca mais!” e uma edição dedicada à discussão sobre preconceito de gênero, raça e religião. Logo após o editorial, a página “elas foram alvo” e um breve percurso sobre os altos índices de violência de gênero e a morte da travesti cearense Dandara dos Santos. A história de Dandara ganhou notoriedade no país inteiro após a veiculação de um vídeo em que homens a torturam e a matam em fevereiro de 2017. Uma interlocutora, Bianca (2018), relata sobre quando soube da notícia e do medo gerado pela violência da transfobia.

No caso a Dandara eu conheci. Conheci, uma pessoa maravilhosa de bom coração. E quando a gente viu o que fizeram com ela eu fiquei chocada, eu fiquei com medo.
 - *Você já estava aqui?*
 - *Não, eu tava lá fora ainda quando aconteceu aquele fato. Ai quando a gente veio pra cá, pra cadeia, poucos meses depois eu fui presa. E foi um impacto muito grande, todo mundo ficava falando, eu ficava com muito medo, eu não saía nem de casa. Eu ficava com receio de acontecer o que aconteceu com ela, aí, mais aí depois eu vi que eu tinha que enfrentar a vida, porque se eu quero ter a aparência de mulher, me portar como mulher eu não posso me esconder; eu tenho que enfrentar a vida, eu tenho que ter meu respeito e lutar pelas causas da gente, que a gente precisa. A troca do nosso nome, o nome masculino pra feminino já foi uma luta que hoje a gente tem esse direito.*

Mesmo quem não conheceu Dandara dos Santos reconhece em sua história a uma triste trajetória que poderia ser sido sua, o preconceito espreita travestis e transexuais, nesse fanzine que comento a lembrança de Dandara é motivo de revolta e luta. Nos textos dessa edição, existem ainda relatos sobre racismo e preconceito sobre o uso e abuso de drogas, as experiências narradas suscitam memórias que passaram a ser reconhecidas como situações de preconceito. “Quando se é negro ou pobre, o preconceito é maior ainda”, lembra um dos textos que compõem essa edição. O preconceito de classe é reconhecido um dos encontros que tenho, à época “um preso diferenciado” estava preso na unidade prisional, um homem branco, idoso e grande empresário do comércio de fármacos. Na época, Bianca me fala “ele é diferente porque é rico, acham ele melhor do que a gente”. As intersecções que são suscitadas pela experiência do preconceito vão sendo percebidas à medida que são lembradas.

Retornando ao “Só babado”, gostaria de ressaltar a edição de dezembro de 2016, que traz como tema “O melhor que pode acontecer é ficar fora”, logo acima de uma ilustração de pessoas encarceradas e uma enorme chave logo a baixo. Essa edição dedica-se aos desejos para 2017, a reflexão sobre “olhar as estrelas ou ver a lama” evocada pela fala de santo Agostinho é trazida no editorial como desejo de liberdade, desejo de quem acredita na liberdade. Muitos pedidos são feitos, planos de mudança, tudo sempre com narrativas entusiasmadas, mas a espera pela liberdade é o desejo maior. “Um grito de liberdade” ocupa uma página inteira dessa edição, as várias formas de “narrar-se” na superfície de fanzines

emulando “subjetividades de papel” são formas de tratar sobre a prisão e o desejo de liberdade.

5 CAPÍTULO 03 - INTERSECCIONALIDADE E NARRATIVAS

5.1 Discussões teóricas sobre interseccionalidade

A produção de conhecimento teórico pelo campo do feminismo tem a dinamicidade atrelada a sua existência e fabricação, os percursos que vão sendo elaborados reiteradamente são revisitados com o intuito de refinar instrumentos heurísticos e categorias de articulação. A mutabilidade de análises partindo de diversos pontos torna-se vital para reflexão feminista, essa característica permite que as discontinuidades e embates teóricos sejam possíveis e recebidos de bom grado na ampliação discursiva do campo. Nas duas últimas décadas, a categoria “interseccionalidade” passa a povoar diversos estudos feministas e hoje alcança discussões em diversas áreas, entre elas o campo da saúde e das políticas públicas⁸². Essa parece uma ferramenta potente de complexificação de cenas sociais, no entanto, é necessário compreender o lastro teórico de suas implicações assim como os “metamorfoseamentos” que esta adquire em diferentes correntes teóricas.

Dentro dos estudos feministas sobre o tema, Piscitelli (2008) aponta a vertente representada por Kimberlé Crenshaw⁸³ que traz leituras sistêmicas sobre o entrecruzamento de opressões. Porém, é necessário apontar a crítica que diz respeito à “colagem da diferença com a desigualdade”. Algo problemático por assumir a diferença constitutiva de identidades em aspecto estrutural, assim, acaba por adotar uma perspectiva de poder “esmagador” e não produtivo. Em outra perspectiva está uma abordagem “construcionistas” que tem em Avtar Brah e Anne McKlinton maior representação. Patrícia Hill Collins, sendo localizada na perspectiva sistêmica/estrutural em recente publicação, “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” (2017), retoma as raízes das primeiras considerações sobre a necessidade de compreender o conjunto de marcas que determinam processos de opressão. Esse início ocorre pela reflexão de mulheres negras, que partindo de suas vivências criticam a prevalência de determinadas categorias de análise. Remetendo-se ao englobamento do termo “interseccionalidade” e sua demarcação por meio do trabalho de Crenshaw (1991) pela academia e a produção da sua legitimidade, Collins (2017) afirma:

⁸² Ver: ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. *A Saúde e o dilema da interseccionalidade*. (Tese) Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, 2004. Ver: Garcia, Leandro Martin Totaro et al. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências. *Saúde em Debate* [online]. 2014, v. 38, n. 103.

⁸³ Henning (2015) traz, assim como Piscitelli, críticas embasadas a partir das leituras de Prins sobre a bifurcação entre as principais abordagens sobre o tema. “Para a abordagem sistêmica/estrutural, a tendência, em termos gerais, é conceituar gênero, “raça” e classe como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam ou estruturam a formação de identidades (HENNING, 2015 apud PRINS, 2006, p. 279).

O artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia.

A trajetória da interseccionalidade e sua crescente notoriedade na academia levam a indagações sobre os rumos da política emancipatória em meio ao neoliberalismo que permeia política e epistemologicamente produções de conhecimento, observa Collins (2017). As questões postas pela autora incendiam discussões que ultrapassam perspectivas de abordagem sobre a categoria interseccionalidade. O fato da proliferação desse discurso desvincular-se, em alguma medida, da constituição histórica a partir de mulheres negras coloca questões autorreflexivas sobre a produção acadêmica⁸⁴. A incorporação da “experiência” como vetor de significações distintas sobre processos de opressão ocorre ao passo que há a necessidade de compreender os interstícios em que os sistemas de assujeitamento têm permeado e de que forma têm permeado. Outro aspecto importante é desvencilhar-se de perspectivas que hierarquizam identidades que representam sujeitos socialmente desfavorecidos. O feminismo negro cunha essa categoria a partir da própria vivência e da necessidade de localizar experiências

Avtar Brah, no viés construcionista, reflete sobre “poder” em proximidade com as considerações de Gramsci em que as lutas seriam constantes. A autora utiliza a categoria “marcador social da diferença”, o que abarcaria o mesmo conteúdo de quando de utiliza “interseccionalidade”. A articulação entre as várias diferenças visa aniquilar noções essencialistas, apresenta ainda categorias de diferença: diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade (BRAH, 2006). A experiência encaminha discussões para o campo da “agência⁸⁵” e da significação de marcadores, sendo a experiência um conceito basilar para as proposições do feminismo. A aproximação com as reflexões de Gramsci está presente no trabalho de Spivak, que provoca “Pode o subalterno falar?”. De uma maneira irônica poderíamos também perguntar “consegue o subalterno falar de si?”, seria permitido? É interessante ressaltar que para Spivak “subalterno” não é uma identidade, mas sim uma posição. Sua crítica “desconstrói” a imagem plácida do pesquisador que (representa⁸⁶) no sentido de “falar por”. A argumentação sobre a diferença entre “representar” e “falar por” é exposta por Spivak para tecer sua crítica a Foucault e Deleuze⁸⁷

84 (...) E é também digno de nota que uma parte dos trabalhos contemporâneos tende, de distintas formas, a secundarizar, ou simplesmente a ignorar, o papel dos Black Feminisms no novo impulso fundador da reflexão interseccional nos anos 1970 (e inclusive em suas expressões nos feminismos de primeira onda). (HENNING, 2015)

85 A categoria “agência” mostra-se como um campo interessante para refletir sobre as mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo na história de luta do feminismo. Porém, não vou me ater a esse âmbito da discussão, concentro minhas articulações no conceito de “experiência” que mais à frente apresento a partir da conceituação de Joan Scoot.

86 Luiz Costa Lima (2000), em “Mimesis: desafio ao pensamento”, constrói sólidos argumentos sobre a “representação” e a dificuldade de se desfazer desse conceito. Essa é uma discussão em profundidade sobre “representação”, que no entanto, não me deterei por estar além de minhas proposições.

87 “Os intelectuais e o poder” Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze

que, segundo a autora, ignoram⁸⁸ essa diferença. Essa é uma delicada problemática em que a reflexão suscita os questionamentos: “continuamos falando pelos ‘outros’? É possível construir resistência sem a colagem do discurso hegemônico?”. O primeiro ponto é a primordialidade na construção da crítica sobre os “essencialismos”, outro elemento apontado por Spivak é que o pesquisador deve se preocupar em criar mecanismos para que possa ser ouvido o subalterno. Considero que a ideia de construir espaços discursivos para quem tem uma “posição subalterna” significa empreender maior alcance do discurso que socialmente é subalternizado. Existe uma enorme diferença em construir esses espaços com aliados de lutas sociais e segmentar pautas pela identidade.

Essas são questões delicadas, pois, ao mesmo tempo em que é necessário assegurar a construção de redes e alianças, deve-se ter o cuidado para não assujeitar ou colonizar a experiência do outro. No contexto da pesquisa na prisão, isso se coloca de maneira muito clara quando o que se imagina como o “ideal”, a separação de GBT’s em uma única ala da prisão, mostra-se pela experiência como algo reconhecido como segregacionista. Nesse ponto, as relações afetivas necessitam da “liberdade” de organizar os espaços de modo a favorecer a socialização com outros grupos. A ideia de “promover” o bem-estar pelo agrupamento a partir da identidade GBT não interroga a experiência das internas, parte-se de um “pressuposto” do que é bom, uma visão de certo modo paternalista⁸⁹. A respeito disso, Lila Abu-Lughod (2012) elabora considerações sobre o salvacionismo e as mulheres muçulmanas, a chamada “retórica da salvação”, que pode dialogar com a construção dos “nossos outros” e a autocrítica do movimento feminista. O respeito e a aceitação da diferença cultural não significam estar alheio aos processos de violência contra a mulher, mas compreender que esse “salvacionismo” reproduz o “feminismo colonial”, como Lila Abu-Lughod nomeia⁹⁰. As implicações a respeito da representação do outro assim como da ética que permeia a escrita antropológica sobre a alteridade embrincam-se a partir da necessidade de criticidade diante da produção de conhecimento. Esse não pode ser um instrumento de “salvação” ao passo que “dou voz” ao subalterno, nem tão pouco pode-se protagonizar (representar/substituir a voz) de quem reiteradamente é subalternizado. Spivak fala diretamente para a mulher pobre e negra que é duplamente subalternizada, dentro de um contexto pós-colonial, esse duplo revestimento acentua as táticas de silenciamento. A autora

88 (...) mas agrupá-los [Dartellen e vertreten], especialmente com o objetivo de dizer que além desses termos se situa o lugar no qual os sujeitos oprimidos falam, conhecem e agem por si mesmos leva a uma política utópica e essencialista. (SPIVAK, 2010, p. 35)

89 A respeito do “paternalismo” dentro do próprio feminismo em relação ao “transfeminismo” Jaqueline de Jesus observa que não é uma estratégia produtiva, além de reforçar a ideia de “necessidade de tutela”. Essa questão ronda o achatamento da experiência como um lugar de produção de conhecimento e de elaboração de estratégias de resistência e enfrentamento. Tornar o processo de construção de espaços de resistência dialógico é um desafio para todos os agentes sociais implicados nessa dinâmica.

90 O que advogo é o trabalho duro envolvido em reconhecer e respeitar as diferenças – precisamente como produtos de diferentes histórias, como expressões de diferentes circunstâncias e como manifestação de desejos diferentemente estruturados. (LILA ABU-LUGHOD, 2012)

poderia falar diretamente a travestis pobres e encarceradas, que ocupam a subalternidade por meio de sua exclusão política e da impossibilidade de terem plenos direitos sociais. A ofensiva contra as minorias sociais se esforça para manter a assimetria social de classe e representação para assegurar a subalternização de travestis e transexuais. A intersecção do marcador social “prisão” intensifica a “destituição” do lugar de “humano”, como discuti anteriormente.

Ainda sobre os “estudos subalternos” e “pós-coloniais”, na perspectiva teórica, outro fator importante é a violência epistêmica de anulação do outro, por exemplo, através da “narrativa única”, por meio de essencialismos e exotização do “outro”, como retrata Edward Said em “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”. Se Spivak problematiza o lugar do intelectual e sua potencialidade em permear e criar espaços discursivos, devemos atentar à posição que ocupamos e a relação dessa com a elaboração de conhecimento.

Fabian (2013), ao discutir sobre como a antropologia, estabelece seu objeto e “constrói” esse outro, reconhece que a possibilidade de conhecimento sobre o objeto é dada por meio do tempo. Entretanto, a coetaneidade é negada ao passo que a construção de tempo é dada sempre pelo tempo do antropólogo. Conforme Fabian (2013, p. 67), “[o antropólogo] ou ele se submete à condição da coetaneidade e produz conhecimento etnográfico ou se ilude na distância temporal e não alcança o objeto de sua busca”. Como é possível estabelecer comunicação se negamos a coetaneidade, admitindo somente o nosso tempo? Essa é a questão colocada por Fabian, construímos conhecimento sobre o outro partindo de nós mesmos, em uma tentativa de responder a questões que são nossas e de modo forçoso a colocamos para os “nossos outros.”

A “arte da antropologia” (GELL, 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa. E é exatamente por isso que o postulado da continuidade dos procedimentos é um imperativo epistemológico. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 117)

O conhecimento como poder e ferramenta assimétrica investe em várias áreas de produção e reiteradamente estamos sujeitos a embrenhar-se nesse lugar, se não mantivermos uma posição crítica e reflexiva de nossos passos. Com relação às implicações éticas, Amina Mama (2010) argumenta criticamente sobre colonialismo, produção de conhecimento e poder; aponta ainda que é necessária uma afirmação epistemológica, deixar para trás a suposta “neutralidade”. Mama articula a necessidade de aprofundar as questões éticas, coloca algumas perguntas que suscitam reflexão teórico-prática: “Quem eu sou?”, “O trabalho que realizo serve a quem?”. Traçar um diálogo sobre “a fala do subalterno” e a ética dentro dos estudos pós-coloniais alarga o campo de possibilidades de desconstrução do outro “essencializado” ou mesmo silenciado/não ouvido pela academia.

É necessário atentar que a identidade do pesquisador, assim como sua realidade e origem sócio-histórica, influencia tanto aquilo que é pesquisado, como de que forma é pesquisado. Dessa maneira, a ética não pode ser compreendida como algo suspenso ou pré-fabricado. As discussões éticas estariam envoltas em questões que para Mama (2010) não permitem falar em uma “ética universal”, mas sim regional; questões que tratam não só da libertação dos povos africanos, mas também da libertação do conhecimento. O engajamento e a ação podem ser vistos como ferramentas fundamentais, nesse percurso poderíamos pensar na articulação de lugares que possibilitem a fala dos “subalternos”.

A trajetória social de grupos subalternizados foi ocultada durante muito tempo, o silêncio percorre a história “dos homens”, na história oficial não é permitido erigir conhecimento sobre desviantes e desvios da norma social, tampouco de sujeitos oprimidos. A História como uma grande narrativa tem sua escrita localizada em uma tradição eurocêntrica e que apreende para seu discurso aquilo que não questiona a ordem social, tampouco a hegemonia do conhecimento ocidental. O subalterno tem a construção de sua história interdita, ao passo que não tem a possibilidade de “narrar-se”. Dessa maneira, o mutismo histórico de determinados grupos excluídos assegura a imagem da História construída somente por homens.

A construção da história das mulheres, assim como a categoria “gênero”⁹¹ possibilita a problematização de conceitos que operam na vida social, complexificando-os. Pensar “gênero” como uma categoria de análise histórica é descrito por Joan Scott como fruto de um processo contextual, epistemológico e histórico e que se localiza a partir da preocupação teórica que emerge no fim do século XX. A história do movimento feminista caminha com a historiografia dos estudos sobre mulheres e de gênero. Remetendo-se a Geertz (1980) a Rosaldo (1980), Joan Scott chama a atenção para o deslocamento da ênfase da causa para o significado⁹², esse movimento repercute na história social como afirma Tilly (1994)⁹³.

Diferente de Scott, Marilyn Strathern não compreende gênero como categoria analítica, mas sim de diferenciação, como observa Kofes (1992) que ao discutir as categorias gênero e mulher afirma que:

(...) nesta disciplina [Antropologia] as discussões sobre os estudos de gênero e sobre mulher podem também contribuir para as questões epistemológicas que a discussão contemporânea tem colocado em primeiro plano. Refiro-me à relação entre universalidade e particularidade, entre descrição e explicação, entre categoriasêmicas e éticas, entre significação, normas e ação social, e a importância estrutural da diferença. (KOFES, 1992, p. 29)

91 Tilly (1994, p. 43-44), utilizando o gênero como categoria conceitual, elas [historiadoras] exprimem um engajamento político no sentido de promover a igualdade dos gêneros e o acesso das mulheres tanto à autonomia individual quanto ao poder político e econômico.

92 Avtar Brah (2006, p. 341) indica a “diferença” articulando-se pelo “fluxo semiótico, em que assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” a qual vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares.”

93 A contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas.”

O campo epistemológico de afirmação e investigação teórica adotado aqui procura manter-se alinhado às proposições de Marilyn Strathern, sendo que admite a importância da análise do gênero como categoria analítica. Avtar Brah propõe trabalhar a diferença como categoria analítica, complexifica os lugares do feminismo negro e do feminismo branco⁹⁴. A argumentação sobre a diferença (como experiência, relação social, subjetividade e identidade) nos leva a desvencilharmos de noções essencialistas sobre categorias que exercem opressão. Esse firmamento opera na construção de um campo teórico interseccional que incorpora “diferentes” com a apreciação da diversidade e sem perder de vista a necessidade de congregar os distintos movimentos de reivindicação. A interseccionalidade oportuniza a produção de conhecimento e organização social de luta sem basear-se em “hierarquizações”. Esse é um desafio ao pensamento intelectual feminista, pois segundo Avtar Brah (2006 p. 351) “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes, porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela.”. Essa perspectiva acolhe a configuração da presente pesquisa, levando em conta que seria reducionista ou mesmo enviesada uma pesquisa que aborda travestis em uma unidade prisional não propor discussões interseccionais. Ampliar a discussão aponta para a imbricação de discussões, mas que antes disso está presente na materialidade das trajetórias.

5.2 Historicizar experiências: interseccionalidade e narrativa

As trajetórias de travestis falam de sexualidades e corpos marginais, esses sujeitos têm a representatividade histórica apagada de forma evidente. No entanto, as mulheres por historicamente terem suas atividades relegadas à vida privada padecem do mutismo da narrativa histórica, assim como da micro-história narrada de forma localizada. Suely Kofes (2001) reconstitui com o cuidado que teria uma arqueóloga, os fragmentos que vai encontrando sobre a história de Consuelo Caiado. A interdição da história de uma mulher vibrante, seu esquecimento e menosprezo e sua solidão no fim da vida constituem uma trama que localiza discussões de gênero por meio de trajetórias individuais.

Raphael Bisco (2016), ao compor sua etnografia dos sentimentos partindo das trajetórias de “chacretes”, argumenta sobre as “solidões deliberadas” e “solidões acontecidas”.

⁹⁴ Ao revisar debates feministas, sugiro que os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais. De modo semelhante, argumentarei que a análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si.

O silêncio da ex-chacrete, a princípio, veio por meio de uma fala compulsiva sobre o passado de brilho; falando em demasia embrenhava-se por uma narrativa de “glória” ofuscando a narrativa sobre a “solidão acontecida”. O tempo construído até a fala sobre o abandono circunscrevia uma narrativa sobre a interdição da memória. Recordar implica o movimento de elaboração para ganhar a fala, esse movimento acessa zonas contagiadas de afetos embotados.

Compreendo que na trama das narrativas que vão se construindo diante de nós pesquisadores está implicado uma “revolução da palavra”. O encadeamento, as escolhas e as omissões compõem uma colagem de afetos passados e ainda sentidos. A possibilidade de contornar afetos “palavrados” segue o tempo daquele que constrói a narrativa, a paciência medida em repetidas visitas exercita a capacidade sensível do pesquisador. A repetição, a insistência em dizer “tá tudo bem!”, como observou Bispo, empilha significados em que encobrem outros significados. Aqui é necessário considerar que não há um significado e que ele seria encontrado após percorrer caminhos circulares, quero dizer que os vários significados tecidos elaboram uma “narrativa múltipla”.

A narrativa também é múltipla em suas possibilidades, considero essa de forma ampliada e que está presente na arte, em fotografias e no caso da presente pesquisa, em fanzines. Não somente essas superfícies são consideradas narrativas, os gestos, a estética e os silêncios compõem narrativas, quando fala da “revolução da palavra” me refiro não somente à fala; acabo por interpretar “a palavra” como tudo aquilo que gera sentido. O encadeamento das formas ampliadas das “palavras” gera significados dentro da narrativa, seja em qual for sua superfície de aparição.

Nesse contexto, a trajetória é singular e feita de desvios, idas, voltas e repetições; eu me conto de diversas formas e continuo a ser o sujeito de minha história. A narrativa pode revelar contradições, mas o trabalho do antropólogo não cabe solucionar descontinuidades ou ambivalências. O empreendimento está estreitamente ligado à articulação do significado da fala e suas diversas formas e aparições, a linearidade não é objetivo muito menos a “descoberta de uma verdade”. A trajetória de Consuelo Caiado nos mostra como as descontinuidades compõem uma narrativa em meio a outras narrativas que falam de uma trajetória. O efeito de uma elaboração sobre a outra vai ao longo da trama construindo novos caminhos e articulações para quem fala e para quem ouve. A repercussão de “se ouvir” produz novos significados.

Onde começa a proposta de interseccionalidade da pesquisa com narrativas? Para Piscitelli (2008, p. 266):

A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça

ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

A apreciação de transcrições transportaria o “experenciado” em conhecimento interseccional? A intersecção não é nossa, ela pulsa na história emaranhada e na potência da fala de quem narra uma vida. Os marcadores de diferença social nos paramentam na intenção que temos de analisar como as intercessões produzem diferentes significados. A respeito da experiência, Scott (1991, p. 26) argumenta que é necessário historicizar a experiência, assim como as identidades que produz. A ênfase dada ao significado busca evitar essencialismos e relaciona posicionamentos com a identidade constituída por meio da experiência. Essa abordagem alinha-se com a perspectiva Avtar Brah e as categorias da diferença social e a concepção de Spivak de “posição” subalterna.

A experiência “historicizada” torna-se elemento fundamental para compreensão da dinâmica entre a instituição – Irmã Imelda – e as narrativas naquelas que lá constroem suas experiências e elaboram narrativas sobre esse contexto. As identidades das travestis e transexuais “historicizam” de maneira particular a relação com os discursos hegemônicos e tecem novos significados. O tecido da experiência gera diferentes percursos de ação e função e só possível por meio da intersecção de conteúdos narrativos, a experiência de uma travesti ou transexual, gera seus próprios sentidos em conflito com “experiências”.

5.3 Encontro com Amanda: o que uma sala pode dizer

“Quem quiser pode se aproximar para conversar, tenho a intenção de conhecer histórias...” Início me apresentando dessa forma, por coincidência minha visita foi agendada com a psicóloga para o mesmo dia do retorno das aulas de dança. As aulas se consistem basicamente de um projetor grande que reproduz músicas que são coreografadas, axé, funk, forró. Ao mesmo tempo ocorre a atividade de crochê que é uma nova proposta, no entanto, a diretora já havia me adiantado que, de certo, apenas os idosos iriam se interessar. Além dessa atividade, o jardim, a horta e o herbário – chamado de farmacinha – são executadas exclusivamente pelos idosos.

A representação sobre as atividades que “agradam” o grupo GBT é vinculada à ideia de “movimento”, “estética”, “alegria/euforia”, em grande parte por serem todas muito jovens e pela ideia da travesti como alguém “muito alegre, exuberante”, como é descrito por profissionais. Tanto que uma das meninas que não se enquadrava nessa ideia de “falante e alegre” é compreendida como “estranha” pela equipe. A correspondência com a representação

comum do “ser travesti” é algo esperado e reafirmado pela instituição, existe um imaginário partilhado sobre esse grupo que circula pela prisão. É também por meio dessas representações que existem alguns conflitos entre idosos que travestis sobre territorialidades que desenvolverei mais adiante.

Amanda é a primeira a se aproximar, devia estar já há algum tempo na atividade de dança, repetidas vezes, solta e prende o cabelo por conta do calor. A proposta que é colocada pela psicóloga consiste em “quem quiser conversar com a Gabriela, pode colocar o nome ali com ela, pode falar hoje ou outro dia”. Ao longo de todo o processo o intermédio do meu contato com as interlocutoras é dado pela equipe dirigente ou técnicos, expliquei algumas vezes sobre meu projeto para ambas, que em resumos entenderam que eu faria entrevistas.

Algumas meninas se aproximam e perguntam “*como é isso? Então no caso assim você faz perguntas e eu vou respondendo?*”. Outra interlocutora aproxima-se e novamente explico a ela minha proposta, esse foi nosso primeiro contato, explico que nos encontraremos algumas vezes: “É como eu faço com a [psicóloga], pra mim ficar tranquila comigo mesma eu gosto muito de conversar com ela, ela me dá muito conselho bom.” Explico que meu papel, diferente do de Sabrina, é “muito mais ouvir que aconselhar, pois quem é importante, a voz que é importante é da de vocês”. A presença de pesquisadores e entidades que buscam estabelecer diálogos com o grupo LGBT+ não é incomum, ONG’s e representações públicas como a secretaria de Direitos Humanos e a Coordenadoria de Diversidade são frequentes.

A sala onde acontecem as entrevistas fica ao lado de uma sala que ocorrem atividades como a dança e o “Cine Diálogo”, que é um projeto itinerante que leva filmes para promover reflexões sobre diversas temáticas de acordo com o grupo alvo. O espaço onde ocorre a entrevista é minúsculo, tem uma mesa de plástico e duas cadeiras, além de um ventilador enorme e barulhento, a sala tem uma acústica péssima e ficar lá sem ligar o ventilador é quase impossível. A porta é uma grade de ferro, que permanece aberta ao longo das entrevistas, fica no corredor que dá acesso ao “quadrado” como é chamado o espaço central que dá acesso às três alas e visualiza quem passa pela recepção, ou seja, quem já passou pelo detector de metais e teve sua entrada autorizada. A sala, na verdade, me parece pior que o aspecto das celas que, até então, só pude avistar de longe.

Aquele lugar mais parecia uma pequena prisão dentro da prisão, nenhuma iluminação natural, uma sala sufocante em que os sons faziam um eco curto e abafado cortando o barulho do enorme ventilador de parede. As descrições sobre prisões, de modo geral, descrevem sinestésias de cheiros ruins, gritos, tensão, sujeira, precariedade e superlotação. Toda essa imagem se desfaz dentro da realidade do Imelda, as instalações por

serem novas, tendo em vista que houve uma reforma, não intimidam ou precarizam o aspecto visual. Contudo, a pequenez e a sonoridade daquela sala produzem uma relação com o espaço diferenciada de outros lugares que estive presente, como a sala de aula ou a sala da atividade de dança.

A escolha daquela sala é estratégica, pois ao ficar próxima do quadrado não necessito da presença de um agente para escolta, essa não foi uma escolha minha a princípio, foi uma sugestão de Amanda – primeira interlocutora que entrevisto – pela proximidade, e que depois se tornou o espaço reconhecido para que eu pudesse fazer as entrevistas. Estou tentando mudar isso, dois aspectos são importantes: a sala é estéril, branca, apática, só possui quatro objetos como descrito (duas cadeiras, uma mesa suja, um ventilador), é um lugar neutro, a sala é território de ninguém, não representa nada, é só a “salinha”. Por outro lado, a mesma apatia que paralisa a sala torna o ar mais pesado, só existem nós ali e todo o som produzido pelas narrativas coagula rapidamente em um espaço tão pequeno.

A prisão atravessa a “salinha”, a prisão é também a “salinha” e como falarei mais adiante das perspectivas de “liberdades”, se narra de dentro de uma parte de dentro da prisão. “Comarca” significa “cela” no interior da unidade prisional, comarca significa: circunscrição jurídica, território, região. A salinha está para além do território, da “comarca” de minhas interlocutoras, deslocam-se até um “lugar suspenso/lugar de ninguém” para encontrarem comigo e falarem sobre suas vidas. Observo que a categoria êmica “comarca” representa o único lugar de possibilidade de territorialização física, o exercício de poder sobre a “comarca” é dividido com mais 5 ou 6 pessoas que compartilham a cela. Considero necessária toda a descrição sobre os aspectos espaciais que adentro pois falam do “micro-campo”, da atmosfera que se constitui para a realização das entrevistas. Compreendo que com a minúcia descritiva desses aspectos tomo a reflexão sob as condições em que as narrativas são produzidas e esse é para mim também um dado a ser considerado, da mesma forma que considero a mediação física e simbólica exercida pela instituição.

O encontro etnográfico e seus “ruídos” devem ser tensionados para complexificação das narrativas que se compõem, quando falo de uma “salinha suspensa” me refiro à descaracterização da sala em relação a outros espaços que são demarcados. Entretanto, ao passo que ocupamos aquele espaço com objetos, sons e luzes, estamos produzindo significados sobre ele, assim como a relação que se estabelece entre pesquisador-interlocutor e as narrativas que vão sendo elaboradas. O “estranhamento” narrado na metodologia vai sendo minimizado ao passo que o lugar das entrevistas se torna “comum” “identificável” e a presença partilhada ganha dimensão de proximidade.

5.4 A liberdade indizível de Amanda

Amanda tem 22 anos, cabelos longos e está presa pelo “artigo 157”⁹⁵. A família é composta pela mãe, uma irmã e um irmão, que a visitam a cada 3 ou 4 meses. A baixa frequência de visitas é atribuída à questão financeira. A origem periférica da interlocutora e sua classe social acabam por interditar, em alguma medida, a relação familiar. Os vínculos fragilizados com a família, por “ser travesti” sofrem ainda mais com o distanciamento. A psicóloga da unidade prisional relata sua percepção sobre os aspectos familiares das internas:

Vejo uma dicotomia, sabe? Vejo dois públicos dentro do próprio movimentoGBT, tem aquelas que a família tá sempre presente, tá sempre aqui, inclusive ajudando não só a pessoa da família, mas o grupo LGBT, “L” não porque o “L” tá lá no outro presídio, o públicoGBT de uma forma geral, né? A vezes vira a mãezona dosGBT’s, uma mãe de um interno, por exemplo. Como tem aqueles que a família já nunca foi presente desde que percebeu a orientação sexual daquela pessoa. Aquela pessoa já não era da família antes mesmo de cometer o crime e talvez isso até venha até algum tipo de impacto pelo rumo que essa pessoa tomou na vida. As vezes acontece, da pessoa não ter tido apoio familiar, não ter tido suporte. (PSICÓLOGA DA UNIDADE PRISIONAL IRMÃ IMELDA LIMA PONTES, 2018)

Quando Amanda é solicitada a falar sobre sua história de vida, fala sobre seu processo em “assumir” sua sexualidade e expressão de gênero. O reconhecimento passa também pelo que é identificado, pelos outros, como uma performance dissidente do seu sexo. A interlocutora identifica isso como um preconceito vindo de fora, já que sua família a apoia. O preconceito vem da sociedade como afirma Amanda. “Ser o que é”, uma travesti, mulher trans implica preconceito e a associação à criminalidade provoca um duplo sofrimento. Marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade e estigma da criminalidade brincam-se e são sentidos na pele e marcados na história.

*Passava na rua e o povo me criticava e eu sem saber, apontava “olha o viado passando e tal”, e eu não aceitava isso, não me via como eles diziam, mas na verdade eu já era, entendeu? (...)
E eu acho assim além do fato da gente ser o que a gente é, a gente ainda vive na criminalidade então a gente sofre os dois. Entendeu? Sofre por um e sofre pelo outro”.*

Amanda já esteve em outras unidades prisionais, todas masculinas. Passou pela CPPL 4, “Olavo 2” e CEPIS. Na primeira vez que “caiu” passou 6 meses, na 2^a vez passou 1 ano e 2 meses. Agora, já cumpriu 1 ano na CPPL4 e está há 1 ano U.P Irmã Imelda. A passagem de Amanda por outras unidades prisionais a faz reconhecer o “Imelda” como um território de “liberdade”, mais adiante falarei melhor sobre isso. Atualmente, participa das atividades do teatro, frequenta aulas para concluir seus estudos e participa da dança que é a

⁹⁵ Nas entrevistas não pergunto ou menciono questões relativas ao processo penal das interlocutoras, mas as narrativas tendem a começar por esse ângulo. Existe uma “ideia” sobre o que eu, como pesquisadora, me interessei ao abordá-las. Apesar de haver constrangimento ao falar sobre o crime que foi cometido, a ideia de estar “pagando o que deve” sustenta a noção de “justiça” e reparação. Ao perceber que meu interesse não está “no crime” e sim na “história pessoal” surgem outros aspectos da trajetória das interlocutoras.

educação física proposta pela escola. Já participou do projeto “livro aberto”, que consiste em ler e resenhar um livro para obter 4 dias de remissão de pena, participava da oficina de tapeçaria, que também concedia remissão de pena, mas a falta de materiais fez com que o processo fosse interrompido.

Atualmente, tem um namorado que convive na mesma cela, seu namorado é “Maria da Penha”. Na outra unidade prisional onde esteve teve também um companheiro, sendo que ele fornecia droga para seu vício em cocaína. A partir desse relato da prisão anterior é que Amanda me conta como ocorreu seu processo de transição de unidade prisional, nesse aspecto está implicada sua estratégia de sobrevivência. As febres que chegavam a noite e a dificuldade de se alimentar levam Amanda ao seu próprio diagnóstico, “eu tô com tuberculose e se ficar aqui nessa cela eu vou morrer”. Decide então mudar de cela, lá também há droga só que agora longe do companheiro. Mesmo desejando consumir cocaína, não poderia comprar. Quando para de consumir a droga os sintomas surgem de forma mais voraz. Ali não teria condições de acessar a enfermaria.

A ida para o “Imelda” é espontânea, sendo que por questões ligadas ao uso de celulares, consumo de drogas, algumas amigas de Amanda viam como algo ruim, enquanto outras apresentavam a possibilidade de cuidado.

Poxa, vai pro Imelda lá tu vai se tratar, tu vai se cuidar, porque eu ouvi muito as meninas falar assim: porque muitas falam mal daqui e muitas falam bem daqui. Muitas diziam assim: Vai pro Imelda lá tem tratamento hormonal, tu vai poder fazer o teu cabelo, lá tu vai poder fazer a tua unha, entendeu? Eu vim mais nessa base, poxa eu tô aqui nessa cadeia se acabando, em tempo de morrer com tuberculose sem me tratar, sem me curar. E eu sei, quando eu cheguei aqui a primeira coisa que eu fiz foi o quê? Atendimento médico”.

A partir disso, Amanda passa a reconhecer o “Imelda” como um lugar de cuidado, menciona que além de tratar da tuberculose, quando chegou realizou todos os exames de DST’s. Ao ser perguntada sobre as experiências nas outras carceragens, menciona que “as bicha, vive sendo espiçada”, são expulsas quando indesejadas dentro das celas.

Porque assim, quem faz sua caminhada é você, mas por mais que você faça sua caminhada reta, sempre vai ter alguém pra lhe atrasar, sempre vai ter alguém pra não gostar de você. Sempre tem uma pessoa que não vai gostar e assim... As bicha são espiçada de cela, só são bem vinda de colocar droga dentro da, do anus... - Como assim “espiçada? - Espiçada: Tipo “eu não quero esse viado aqui na cela, bora, anda, vaza”. A gente é até bem recebida se a gente guardar alguma coisa dentro do nosso ânus, aí a gente é bem recebida e é bem tratada. Mas se não for meu amor, porra... Aí é o fim.

A relação estabelecida com os outros grupos no “Imelda” é descrita como amistosa:

A relação é assim, nem tanto da parte dos cadeirantes, porque os cadeirantes, avermaria uma relação, são uma ótima pessoa, muito legal com a gente. É mais com os idosos porque esses idosos é o ó, reclama de tudo, eu fico louca, louca, louca; só

isso, mas a gente supera. Por isso que eu acho que a gente deveria ter uma rua só de LGBT cadeirante e Maria da Penha, e separar idoso, porque idoso com bicha não dá certo, não dá certo.

Moralidades muito distintas então em jogo entre travestis e idosos. A exuberância dos corpos das travestis e transexuais, demonstrada pelas roupas curtas nos dias de visita, “ofendem” os idosos que recebem suas famílias. Assim é compreendido por Amanda, no entanto, seria necessário ouvir a narrativa dos idosos sobre essa situação.

Anteriormente a unidade prisional já separou por alas seus públicos, no entanto, haviam muito mais desentendimentos dentro do grupo GBT. Amanda compreende da seguinte forma:

Bicha sem macho não presta, é stress além de ser cadeia ficar sem macho... É assim, não é sendo desesperada puta... mas assim quando a gente tem um companheiro pra conviver do nosso lado, compartilhar a mesma cama o café da manhã, a nossa cadeia tanto pesa menos, entende? Como a gente muda, a gente fica diferente, a gente se dedica só naquilo.

Os relacionamentos ocorrem invariavelmente com homens que cumprem prisão por autuação da Lei Maria da Penha, que têm passagens relativamente rápidas pela prisão.

A construção de vínculos afetivos “suaviza” a privação de liberdade, ao longo da narrativa de Amanda ela utiliza metáforizações para desvencilhar-se do signo da prisão.

Eu me sinto totalmente bem, eu sinto como se tivesse na minha casa porque aqui eu tenho minha total liberdade, porque é uma cadeia apropriada pro grupo LGBT que a gente tem o tratamento conforme é pra gente ter, onde a gente é respeitado pelo nome social, podemos ajeitar nosso cabelo, não é como nas outras unidades.

A representação da casa remete à possibilidade de proteção, integridade física e cuidado com o corpo, em outros momentos esse cuidado aparece representado como uma “clínica”. “Estou me sentindo totalmente bem, aqui ajeito meu cabelo, faço minha unha, passo loreal, no fim de semana pego um bronze, não me sinto presa, me sinto como se tivesse em uma clínica de reabilitação.”

Sobre a prisão como mecanismo que cerceia a liberdade, Foucault (2014) observa que a centralidade da liberdade como um “bem comum” que a todos pertence, seria obviamente a forma de castigar igualmente. A cronologia complementa a ideia de adequação da pena ao crime, a delimitação do tempo impõe a gradação de “dívida” com a sociedade, a prática de um crime fere não somente aquele que o sofreu, mas ao corpo social. Refletir sobre a perspectiva de “liberdade” que narra Amanda, é complexificar a incidência intersubjetiva da prisão na percepção de um grupo minoritário. O mecanismo da prisão, mesmo não sendo pensado para sujeitos como Amanda, possui a estratégia que alcança a todos: a privação de liberdade. A experiência de determinada liberdade, no caso a expressão de gênero e de sexualidade, não ultrapassa o princípio maior de liberdade de “ir e vir”. Essas fissuras sob a

liberdade na prisão explicitam a experiência extramuros sobre vivências socialmente limitadas de liberdade.

A ideia de liberdade diversas vezes aparece vinculada à possibilidade de ter sua expressão de gênero respeitada. Vivenciar a violência cotidianamente aprisiona a liberdade de “ser Amanda”, então ser respeitada, mesmo que isso ocorra dentro da prisão, paradoxalmente representa liberdade. Aprofundando a reflexão sobre a ideia de “liberdade, nota-se que mesmo reconhecendo parte de sua liberdade, que corresponde ao seu gênero e sexualidade, essa não é toda a liberdade.

Pra mim eu me sinto em um lugar, que eu tô me divertindo, passando o tempo, entende? Mas é aquela coisa... Quando a gente tá lá fora, que tá se drogando, se prostituindo, fazendo o que não presta... tudo uma hora cai, que você cai numa situação dessa você para pra pensar na sua vida. Às vezes você se deita na sua comarca e fica pensando... é a única hora que eu penso, a minha cadeia não pesa eu posso pegar 10, 20 anos, mas eu vivo hoje no dia de hoje.

“O indizível” (POLLAK, 2010) de Amanda localiza-se na reflexão sobre liberdade, as transportações de signos para representar a prisão como uma não-prisão – sendo casa, clínica, lugar de diversão – evitam o contato com a ausência de liberdade. A possibilidade de aproximar a vida no cárcere com a vida livre além dos muros é algo muito caro ao grupo GBT, tanto que os descontentamentos que fizeram eu me ausentar do campo, eram referentes à restrição das “roupas da liberdade” e materiais de maquiagem. A fala sobre sua história de vida é sempre direcionada ao campo da vivência dentro da prisão, como aquele é um “lugar bom”, insistentemente a presença do “lugar bom” é utilizado para narrar-se.

No último encontro que tive com Amanda ela já inicia falando que amanheceu “tímida”, quando peço para que fale um pouco mais sobre seu namorado hesita em falar e pede para mudar de assunto. Não menciona, mas entendo que a visita da família que era esperada não aconteceu, ao invés disso prefere me mostrar seu bronzeado feito com fita e relatar seu fim de semana: “Coloca lá o colchãozinho, um radinho, uma aguazinha fica tomando sol... Por isso eu não me sinto que tô presa, parece que tô numa clínica”. Retomamos outras questões relativas a suas experiências e quando adentramos as lembranças relativas à família e à “vida da liberdade” sou interrompida.

Tu não quer me chamar outra hora, não? Não tô me sentindo bem, hoje eu não acordei bem. Porque tu sabe que eu gosto de conversar, se fosse outro dia nos tava conversando pencas aqui... Mas é porque sei lá... tô, não tô me sentindo bem, as vezes a gente acorda com uma crise de depressão né. As vezes sempre bate, mas não é uma depressão... Só um pouco pensativa, pensando o que você tá fazendo se tá fazendo a coisa certa, se não tá fazendo. Pensativa, dá uma tristeza depois volta o ânimo...

O desencadeamento de lembranças da “vida da liberdade” e a reflexão sobre a prisão, apesar de ter liberdade de expressão de gênero e sexualidade, aglomeram o aspecto

doloroso da vivência no cárcere. O que está encoberto e é indizível é gerido a partir da representação da liberdade parcial, tida metamorfoseada como inteira. O indizível da liberdade para Amanda é contornado pela narrativa de sobrevivência no sistema prisional, assim como a experiência de liberdade em um presídioGBT que possibilita sua existência e resistência livre de violência. O cuidado com o corpo ganha a dimensão da liberdade, as concepções de liberdade vão sendo elaboradas de maneira particular à sua trajetória de vida como travesti, mulher trans.

Walter Benjamin (1987, p. 198) em “O narrador” fala da experiência traumática de soldados: “No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável.” O “empobrecimento” da narrativa ocorre pela experiência dolorosa, com Amanda as experiências sobre suas “liberdades” são dolorosas ao ponto de interromper sua fala. A narrativa é então composta pelo que não é dito e sua repercussão da sala diante de mim.

5.5 A trajetória de Bianca: qual nome eu assino aqui?

A cidade e o nome

(...) A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra para quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; talvez eu já tenha falado de Irene sob outros nomes, talvez eu só tenha falado de Irene.

As cidades invisíveis – Italo Calvino (2001, p.115)

A ordenação burocrática de pesquisa em um campo institucionalizado dá relevo a elementos que de secundários passam a cena. A prévia do início de uma entrevista é burocraticamente colocada pela apresentação do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), aqui existe uma dupla asserção. De um lado, deixar claras as intenções da pesquisa e os direitos do entrevistado; do outro lado está a demarcação simbólica de uma circunstância atípica mediada por um contrato. A tentativa de torna esse “preâmbulo” sutil não encerra as significações que são acionadas, além do contrato estabelecido existe a presença de gravador, esse pequeno objeto representa uma caixa de guardar. O que é dito é contido, primeiro pela sala, por uma instituição, depois pelo contrato e, por último, pelo gravador. Isso poderia passar como menos valoroso e colocado como banal, no entanto acompanho Fravet-Saad (2005, p. 13) na sua teorização sobre a “afetação”.

Ora, nas etnografias, essas situações, apesar de banais e recorrentes, de comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade não são jamais consideradas como aquilo que são: as “informações” que elas trouxeram ao etnógrafo aparecem no texto, mas sem nenhuma referência à intensidade afetiva que as acompanhava na realidade; e essas “informações” são colocadas exatamente no mesmo plano que as outras, aquelas que são produzidas pela comunicação voluntária e intencional.

O etnógrafo registra o encontro com o interlocutor, ocorre que registrar esse preâmbulo é circunscrever o lugar simbólico do encontro. Diferente do cinema-documentário, aqui não há uma câmara de luz, mas uma câmara de som e admito que, ao apresentar os “bastidores” do encontro, desejo complexificar também o que descubro no encontro. Sem a pretensão de descrever processos subjetivos, afirmo que aquilo que ressoa do encontro etnográfico, apesar de não ser totalmente mensurável, deve ser descrito como parte da cena, afinal “toda relação é uma transformação” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). A experiência é o lugar de onde se fala, como é possível ver, o que é narrado e como é narrado, inicio desenhando a cena em que a experiência foi narrada.

Os efeitos da fala, do mesmo modo, são dados na própria instrumentalização e usos da língua. As cadeias de significação comportam experiências anteriores e atribuem diferentes tonalidades às palavras, que por sua vez também carregam afetos. Se com Fravet-Saada (2005) temos a presentificação dos afetos do pesquisador, porque não pensar nas afetações do encontro para além da “comunicação etnográfica ordinária⁹⁶”? E pensando essa afetação como dupla e atuante no próprio dialogismo da relação estabelecida, aqui proponho a ideia de pesquisador e interlocutor como sujeitos afetados pela própria relação que a pesquisa estabelece. O próprio conteúdo da fala supõe a alteridade e aqui a alteridade não é unilateral, sou o outro da enunciação de meu interlocutor⁹⁷, assim como ele é o meu outro (destinatário).

A relação estabelecida é feita com várias outras falas, narrativas; enquanto na sala somos só nós duas no conteúdo da fala existem múltiplos enunciados e novos são compostos pela própria ação da fala. Quando apresento o TCLE ao final, peço que seja assinado caso aceite os termos da pesquisa e tenha interesse de participar, logo vem a pergunta: “Qual nome eu assino?”. Aquele documento suscita a dúvida quanto ao nome, pois representa um instrumento legal e, por mais que seja respeitado o uso do nome social, aquele documento suscita uma “originalidade” pautada pela lei. A retificação do nome não havia sido feita, então o que aquela assinatura comporta? O discurso jurídico dirá que a validade está no que documentos oficiais afirmam, e esses não dão conta da identidade de Bianca.

⁹⁶ Fravet-Saada (2005, p. 13) ao apresentar os quatro pontos distintivos de um projeto de conhecimento em que as afetações se colocam dentro do processo etnográfico: “Seu ponto de partida é o reconhecimento de que a comunicação etnográfica ordinária – uma comunicação verbal, voluntária e intencional, visando à aprendizagem de um sistema de representações nativas – constitui uma das mais pobres variedades da comunicação humana. Ela é especialmente imprópria para fornecer informações sobre os aspectos não verbais e involuntários da experiência humana.”

⁹⁷ Viveiros de Castro (2002) ressalta em Roy Wagner a “objetividade relativa” da produção de conhecimento do antropólogo, e interpela essa objetividade como essencialmente relacional.

A minha resposta à indagação foi a mesma para todas “escreva seu nome, como você se chama”. Com Bianca a assinatura veio com seu nome do registro de nascimento e seu nome social entre parênteses. Contido por pontuação está o nome e a identidade de Bianca, existindo lá como uma existência ainda tutelada por documentos oficiais, o encontro etnográfico já começa nessa ocasião com a interpelação sobre o que é um nome e para quem é esse nome. Para mim, basta “Bianca”, mas a interlocutora compreende que a intertextualidade daquele termo requer determinada resposta, mesmo assim não abre mão de si, de seu nome social.

A pergunta que inicia todas as entrevistas é “me fale sobre você, sobre sua história e experiências”, Bianca começa falando:

Assim, eu me descobri aos 12 anos de idade. E na minha família foi uma coisa “meia estranha”, um rapazinho com a cabeça de menina. Meu pai e minha mãe foram pessoas fundamentais. Tanto ele como ela. Primeiro foi meu pai, por incrível que pareça, ele mesmo notou e ele esperou o momento certo de eu chegar pra ele, sentar com ele e conversar. Minha mãe também, ela notou, a princípio ela foi logo conversando comigo, falando o que eu tinha que fazer, como eu tinha que me comportar, que era pras pessoas me respeitarem.

A trajetória começa a ser narrada pela experiência que Bianca considera estruturante em sua história, a descoberta de sua identidade de gênero e a forma como a família recebeu essa informação. Diferente de muitas travestis, a aceitação veio tanto da mãe quanto do pai que a acolheu, o mesmo não aconteceu na família extensiva por parte de pai que discriminou Bianca em determinada oportunidade:

E a minha família, pela parte do meu pai eles não aceitam, eles não falam comigo, desde os meus 16 anos eles não falam comigo, eu nunca frequentei festas, uma vez eu frequentei festa de familiares, mas quando eu cheguei lá eu não fui bem tratada, eu fui tipo um pouco excluída, eu não ficava no meio deles. Porque eles... era como se eu tivesse uma doença, alguma coisa... Nunca fui bem vista pela família, já a família do lado da minha mãe era normal, era uma coisa bem normal, mas eu ficava mais tranquila.

A transfobia atravessa instituições de socialização que vão desde a família até a escola que na maioria dos contextos mostra-se hostil para travestis e transexuais, motivo pelo qual muitas pessoas transgêneras se evadam desses espaços. A implicação moral e religiosa de cunho conservador não admite a diversificação nos modos de ser sujeito, a rigidez do modelo heteronormativo solicita o gênero alinhado ao sexo e ao desejo sexual. Esse arranjo passa a estruturar relações e segregar territorialmente, de forma simbólica e física, aqueles que “desrespeitam” a suposta ordem “natural” do modo de viver. O recurso ao argumento “biológico” ou “natural” é uma estratégia retórica usualmente utilizada para deslegitimar pautas LGBTQ+ e sobretudo as questões relativas ao gênero⁹⁸.

⁹⁸ Quando Butler (2015) fala das “ruínas circulares do debate contemporâneo” no que refere a gênero, apresenta uma perspectiva que vai além do gênero como uma “construção social”, o sexo da mesma forma é uma construção. Aqui a questão sobre a performance de gênero torna-se fundamental, pois não existiria uma “forma essencializada” como uma identidade, mas performances. Essa perspectiva é valiosa pois eleva as discussões sobre travestilidade, desse modo saímos da ideia binária do

Uma travesti subverte as expectativas do imaginário social, as categorias de conhecimento que são construídas social e culturalmente não contemplam um “terceiro sexo”. A construção desse novo lugar de “conhecimento” é dada pelo encontro com a alteridade, daí a representatividade e a possibilidade de fala do sujeito subalternizado ser essencial para modificar práticas sociais. Essa mudança é histórica e ocorre em conflito com outras categorias e discursos, mas é por meio dessas articulações que as estruturas vão se modificando, mesmo que de forma lenta e gradual. Relevante pontuar que a produção de “desconhecimento” e segregação não é dada sem intenção, o que existe por trás disso é uma estratégia de manutenção da ordem que obedece a determinado regime de verdade.

Quando Bianca relata o mal-estar que sentiu ao ser tratada de forma diferenciada e o mal-estar que gerou com sua presença e uma espécie de “medo” de “contágio”, vemos como o corpo e gênero de uma travesti emulam metáforas de “perigo” (DOUGLAS, 1966). A desordem que a presença suscita na relação intersubjetiva com o outro é um fator reconhecido como uma “ameaça”, mas uma ameaça ao quê ou a quem? A ideia do “desconhecimento” que desperta medo contempla apenas em parte as interrogações sobre violências simbólicas como essa vivenciada por Bianca. Aqui é preciso atentar para o fato de que o “contato” ou o conhecimento superficial sobre o outro não são suficientes para modificar categorias culturais internalizadas. Não me aprofundarei na investigação das “causas” da transfobia e processos de internalização, no entanto observo que culturalmente estruturam-se categorias que são poucos flexíveis à reorganização.

Não por acaso, o corpo e a sexualidade correspondem as zonas discursivas que são mais interditadas, o controle pela sexualidade é demonstrado ao longo da História da Sexualidade, escrita por Foucault, assim como a sexualidade e sexo são mecanismos de poder, barganha e coação dentro da história das prisões modernas. Nesse ponto é preciso fazer uma consideração, a sexualidade estrutura relações dentro e fora do contexto prisional, ocorre que dentro do cárcere esse mecanismo de controle ganha outros contornos. Começando pela determinação de que a prisão é um território de “homens”, de preferência que performem uma “hipervirilidade” que está estreitamente ligada à violência.

Determinados gestos, entonações, trajetórias, hábitos e vícios de linguagem fazem emergir uma espécie de “símbolo” de masculinidade que é esperada dentro da lógica do cárcere. Os códigos morais estabelecidos a respeito das hierarquias irradiam pressupostos para performances mais agressivas, por haver um conjunto de significações que se interligam pela ideia do “macho” com poder de dominação. A fortificação desses discursos na prisão ressalta

sexo. Nesse ponto o conflito com perspectivas que adotam o sexo como elemento natural e o “destino”, asseveram e o artifício argumentativo passa a girar em torno da biologia, do que a “ciência” diz. Estudos sobre parentesco e discussões sobre gênero representam um caminho interessante para a discussão da “desnaturalização” daquilo que representa cultura e está inscrito de forma simbólica.

características dos processos de socialização em um território que se organiza por meio da estrutura do gênero. Observando esse aspecto organizativo da prisão, temos no Presídio Irmã Imelda uma necessidade de reorganizar essa estrutura.

Esse processo de “reorganização” é similar ao que ocorre no processo de criação das primeiras penitenciárias femininas, a necessidade de “ordem” vem facilitar o infiltramentado controle pelo estado. A respeito disso, Lago e Zamboni (2018) observam essa “necessidade de estado” articula aspectos paternalistas no exercício do poder, que no caso da criação dos presídios femininos, objetivava a produção de uma mulher “feminina” e moldada pela heterossexualidade. A demanda por controle cria novos equipamentos para gerir as “desorganizações⁹⁹” do sistema em questão. A forma como o gênero articula e organiza essas redes de controle institucional ultrapassa as relações interpessoais, afetivas e sexuais.

A experiência mostra-se como espaço discursivo que se intersecciona com estruturas maiores, desse modo tanto olhando de “perto” do contexto experiencial, como olhando por sobrevoos os vários agentes implicados no controle, observamos que o gênero e a sexualidade transpassam a estrutura. O gênero como categoria analítica fomenta uma série de investigações sociais, no território da prisão essa discussão deve ser feita de maneira mais apurada. Por que a prisão nasce “heterossexual”? O que torna o “homem” o sujeito do crime? Essas questões ultrapassam meus objetivos, porém considero que o intrincado entre “prisão e gênero” está não somente em uma “prisão LGBT”, mas na estrutura, na prisão em si¹⁰⁰.

Quando Bianca fala de suas relações familiares claramente “ser travesti” ultrapassa as significações sobre o afeto e a empatia entre entes da mesma família, essa distinção estrutura-se pela performance de gênero da interlocutora. Essa movimentação propicia a formação de novos territórios, sujeitos que se identificam, seja pelos traços da discriminação sofrida, seja pelos conhecimentos que se tem sobre temáticas interdidas. A construção de um novo discurso por meio do corpo é dada socialmente, uma outra interlocutora, Amanda, também menciona o seu acesso aos novos territórios de conhecimento que possibilitaram que “ganhasse corpo”. A solidariedade do grupo passa pelo entendimento da “igualdade” na condição de pessoas que sofrem com processos de marginalização de suas práticas.

99 A desorganização é reconhecida como um perigo, como já mencionado segundo Mary Douglas, a disciplina de práticas e de corpos ordenam contextos sociais. A tentativa de criar “unidade” na experiência de um sujeito encarcerado reivindica a sistematização de uma experiência que é considerada “desordeira”, necessário considerar que o impulso que põe ordem também modifica. Nesse ponto tocam-se alguns pontos das proposições de Sahlins que fala de um “evento” modificador que altera a estrutura, e a ideia do movimento de mudança que o sujeito, evento, contexto ou objeto viabiliza a partir da “detecção” da desordem.

100 Para Joan Scott (1995, p. 86), “(1) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e (2) O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”. O que é interessante na proposição de Scott é que mesmo baseando-se nos “processos” e “estruturas”, em um viés da escrita de Foucault, existe espaço para o conceito de “agência humana”. Esse seria então um campo de disputas e como pudemos ver o estado observa as novas demandas e as incorpora como forma de “manutenção da vida”.

O preconceito e a discriminação diminuem os espaços de possibilidade de socialização de travestis. O ato de “agrupar-se” com outros sujeitos que da mesma forma “burlam” os padrões impostos sobre gênero e sexualidade, cria um lugar discursivo de práticas de cuidado de si. O processo de aprendizagem se dá de modo significativo, considerando que os membros desse grupo/comunidade vivenciam processos semelhantes. Se pensarmos que travestis correspondem, dentro da lógica opressiva da sexualidade, o estado “liminar”, pois quebram pactos sociais sobre o corpo e o gênero, a formação desses grupos de amigos, como se recorda Bianca, é a formação de uma espécie de “*Comunitas*”. O “processo de amizades” constrói um lugar de resistência em que o sujeito se vê com a possibilidade de atender aos seus desejos e anseios de transformação.

E daí eu comecei um processo de amizades, né... com gays, travestis, lésbicas e fui aprendendo a me hormonizar, a tomar comprimido ciclo 21, Perlutan, fui me formando, criando peito, tendo perna, bumbum, aí fui ficando mais feminina, menos jeito de homem e passando a ter mais jeito, trejeitos de mulher.

Bianca narra seu processo de construção de conhecimento sobre si e a inscrição de novos representantes que emulam uma “feminilidade” nascente, na perspectiva visual e subjetiva da percepção de si. Vale (2005) ressalta o processo de “dar corpo” e a negociação que a opressão suscita nesse contexto.

Uma vez que o “processo de feminilização”, via hormônio, silicone e próteses, passa a ter lugar, um longo aprendizado de si tem início. Pedagogia da voz e gestos para “dar corpo” (portanto fazer nascer) a imagem que se pretende ter de si, mas que precisa ser negociada com a injúria e a violência do mundo social. (VALE, 2005, p. 158-159)

O processo de “dar corpo” ao desejo e cuidado de si é algo que é cerceado de travestis e transexuais no contexto prisional. Cabelos longos, roupas femininas e demais acessórios que representem a imagem “feminina” são barrados no contexto prisional recente. O cabelo longo talvez represente de maneira mais contundente a violência do universo prisional contra a imagem e a performance de travestis, ser obrigada a cortar o cabelo é um evento narrado na fala de travestis que já passaram pelo sistema prisional masculino. O que se alega é a suposta “questão de higiene” e a regra que deve ser igual para todos, essa resposta obscurece práticas institucionalizadas de transfobia que impedem o cuidado de si por meio do corpo.

Para Foucault o cuidado de si compreende uma ética, uma governamentalidade¹⁰¹. Essa última categoria é compreendida não somente pelas instituições e equipamentos

¹⁰¹ Foucault compreende a governamentalidade como a relação, o diálogo estabelecido entre a tecnologia da dominação sobre “os outros” e as “técnicas de si”. “Governar” diz respeito ao gerenciamento da circulação de pessoas e coletivos, distante da ideia do poder soberano, aqui a ordem é pela biopolítica. O governo como instituição racional e complexa de dominação, representado pelo estado, mas não somente, assume o propósito de “pastorear” indivíduos. Ocorre que Foucault compreende que esse governo não se detém somente aos outros, mas também aos indivíduos pelo governo de si, indicando que a governamentalidade essencialmente relacional. Ao longo do texto as referências a governamentalidade estão amparadas pela concepção Foucaultiana do termo.

gerenciais, mas também pelo governo do sujeito sobre si. Se se admite a positividade do poder como possibilidade criadora, e não algo que se tem, portanto relacional, devemos também admitir que o sujeito por meio do cuidado de si arquiteta resistência. O cuidado de si torna-se uma necessidade individual e política como afirma Foucault (Ano, p.57) “ela [a cultura de si] não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social.”. No contexto prisional o cuidado de si é justamente aquilo que é indesejável vindo de um interno, a delimitação da “mortificação do eu” Goffman (1987) trabalha no sentido oposto a um “governo de si”¹⁰².

As “tecnologias do eu” por identificadas na ética do cuidado de si alargam as formas de resistência de grupos minoritários e traçam estratégias para o cuidado de si no contexto da prisão. Bianca relata que o período que permaneceu presa, antes de ser transferida para o Imelda e sua chegada, após os dias de precariedade.

[...] porque antes de chegar aqui na unidade, eles fazem uma triagem, lá é um veneno muito grande. Ai eu cheguei barbuda, cheia de barba, o cabelo horrível, não tinha um creme de cabelo, um xampu pra lavar o cabelo, cheguei feiosa mesmo. Ai ficaram me chamando de macaco de palavras horríveis. Ai durou assim, uns 15 dias essas brincadeiras bestas. Ai eu ganhei um Prestobarba, consegui um xampu e um creme. Ai tirei a barba toda e tal... Deixei tudo normal, ajeitei a sobrancelha, mudei.

O “veneno” que Bianca narra refere-se à impossibilidade de manter o cuidado com o corpo e sua aparência e também a impossibilidade de realizar procedimentos de higiene como lavar o cabelo. A “depreciação” ocorrida pela violência do cárcere se ambienta em estruturas subjetivas, não estamos falando apenas do corpo como matéria, mas do corpo como um discurso. A tentativa de depauperar a integridade física e a condição humana de dignidade acontece pela via do torpor da identidade do sujeito, a penalização alcança o corpo para repercutir em aspectos subjetivos. Esse processo que poderia ser identificado como “controle das necessidades básicas” se inscreve para além do corpo, são marcas que se firmam por violências que atingem tanto a corporeidade como o campo simbólico da identidade.

Quando eles me viram totalmente de feição feminina, foi ai que eles mudaram a forma de me tratar, já começaram a falar, ai me desculpa porque quando você chegou, você tava feia, agora a gente tá vendo que você tá diferente. Ai me deram uma roupa de mulher, me deram uma blusinha, ai eles viram que eu não era um bicho, um patinho feio. Ai eu já tinha corpo de mulher, trejeitos de mulher, jeito feminino, ai começaram a me tratar de outra forma. Aquela coisa assim, “não julgue o livro pela capa”, primeiro você lê pra depois julgar. Eles me julgaram primeiro só porque eu tava barbuda, toda feiosa. Ai quando eu me transformei que eu simplesmente mudei o visual, eles mudaram, me viram de outra forma¹⁰³.

¹⁰² A respeito disso em “Técnicas de si” de 1982, Foucault percorre o pensamento greco-romano em busca do firmamento do “cuidado de si”, esse que dizia respeito ao governo de si, mas também governos [cuidados com os outros] dos outros e tinha como consequência um “conhecimento de si”. Diferentemente disso, na moral cristã é a renúncia de si que proporciona o cuidado com os outros, o autoexame, a confissão faz-se necessárias para reparar as falhas com o outro. O desenvolvimento dessa ideia proposta pelo autor vem caminhando a partir de seus estudos sobre governamentalidade e sobre os incursos de uma “hermenêutica do eu”. Foucault localiza nas tecnologias do conhecimento de si o ponto estratégico para construir uma genealogia do sujeito.

¹⁰³ Os “rituais de aflição” que são concebidos entre os Ndembu como “sombas” dos mortos e que influenciam negativamente a fertilidade, má sorte na caça e doenças, são “reparações” em situações de descontinuidade do fluxo cotidiano. A “aflição” que se instala repercute nos sujeitos que têm laços que aquele que sofre. Bianca passa

Se a prisão possui um caráter “separatista¹⁰⁴” em relação ao mundo social como um todo, a experiência de Bianca caracteriza-se com “interestrutural” dentro de outra “interestrutural” maior. Sendo que a fase “integração” ao grupo acompanha o direito ao reconhecimento por parte dos demais presos, além das novas obrigações, que nesse caso vinculam-se ao desempenho de uma performance de gênero que expresse “feminilidade¹⁰⁵”.

O sujeito do rito, individual ou corporativo, encontra-se, uma vez mais, numa condição estável, em virtude da qual tem direitos e obrigações de um tipo "estrutural" claramente definido, e dele se espera um comportamento de acordo com certas normas costumeiras e certos padrões éticos. (TURNER, 2013, p. 138)

A “recusa” que Bianca sofreu ao chegar no presídio Irmã Imelda ocorreu por parte dos presos não pertencentes ao grupo GBT, os idosos apenados pela lei Maria da Penha e deficientes físicos. “Os LGBT’s me acolheram bem, e alguns que vieram pra cá comigo eles me defendiam”, afirma Bianca. Ouvi relatos de outras interlocutoras que narram as intempéries na convivência do grupo GBT, especialmente entre as travestis e transexuais. No entanto, quando a problemática se refere à questão do grupo, a pauta LGBT+ a solidariedade se sobrepõe. A aparência foi descrita como o motivo para ser xingada: “Aí ficaram me chamando de macaco de palavras horríveis. Aí durou assim, uns 15 dias essas brincadeiras besta...”. Somente com o estabelecimento da “identidade feminina” que o respeito é concedido, pois a interlocutora passa a se encaixar no grupo de travestis.

Nesse ponto, é preciso considerar aspectos que se aproximam, mas não são unitários ou iguais, o fato de construir um “conhecimento e cuidado de si” não deve implicar “atender” as demandas estereotipadas sobre o grupo. Não deveria ser preciso corresponder totalmente aos signos do grupo para ser respeitada, enquanto mostrava-se “ambígua” vivenciou dentro do cárcere outro processo liminar, a suspeição e a suspensão da sua identidade de travesti. Passado esse momento, é estabelecida uma relação pacífica: “Quando eles me viram totalmente de feição feminina, foi aí que eles mudaram a forma de me tratar, já começaram a falar, ai me desculpa porque quando você chegou, você tava feia, agora a gente tá vendo que você tá diferente”.

A trajetória de Bianca na prisão passa por “fases” até a “integração” com o ambiente e com os demais internos. A socialização com outros internos logo faz surgir as paqueras, o grupo GBT costumeiramente relaciona-se com os apenas pela Lei Maria da

por um “ritual de aflição” ao reproduzir por meio de seu corpo, sua imagem a ideia de “descontinuidade” em sua identidade como travesti, essa “reparação” com efeito “transformador”. É preciso salientar que nessa situação não há uma transformação “ontológica” em Bianca, porque ela já se sentia como uma mulher, no entanto é necessário que haja esse efeito do grupo social, uma “transformação perceptiva” para que ela se sinta aceita. Ou seja, havia a necessidade de uma confirmação social e uma reintegração à identidade que Bianca possuía mesmo sem os signos que evocassem isso.

104 Victor Turner faz uma distinção entre ritos de “separação e agregação”, que seriam mais ligados e implicados na estrutura social, e ritos de “liminaridade”. Outra distinção importante diz respeito a “cerimônia” e “ritual”, o primeiro sendo “confirmador” e o segundo “transformador. No caso da chegada de Bianca ao Imelda identífico e sua integração ao grupo identífico como sendo um “ritual de passagem”, por seu caráter transformador.

105 A expressão “feminilidade” sustenta-se na ideia heteronormativa sobre o desempenho de papéis sociais, no caso, a expressão daquilo que é tido como “da mulher”. Ou seja, assumir signos-chave que permitam que Bianca seja lida como uma mulher

Penha, no caso de Bianca não é diferente. Ela me conta com entusiasmo como seu namoro começou:

Estávamos em ruas diferentes, aí a gente no convívio do dia a dia, a gente se via aí, aí na troca de olhares, começou as cartinha, bilhetinho, aí depois a gente começou a se falar; aí ele mandou uma carta pra mim dizendo que queria namorar comigo, aí eu falei que sim. Namoro há 9 meses.

O fato de agressores de mulheres conviverem no mesmo ambiente prisional que travestis e transexuais é uma contradição que vive à sombra do projeto de um “presídio LGBT”. No entanto, a possibilidade de “namorar”, ter um “marido” é protagonista nas narrativas das travestis e transexuais, sobre o grupo dos “Maria da Penha”. Existe uma percepção de que ali todos cometeram erros e isso suscita um pacto que deixa o “julgamento moral sobre o crime” fora da elaboração das relações afetivas e sociais.

Diana

O encontro com Diana ocorreu da forma mais inusitada possível, no intervalo do evento “I Seminário de Referência LGBT no Sistema Prisional” em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+. No intervalo, o lanche era servido e algumas internas sentavam-se no chão do corredor que dava acesso tanto ao salão em que ocorria a atividade, quanto ao refeitório. Nesse momento estava sob “supervisão” da equipe da assessoria da Secretaria de Administração Penitenciária, que permitiu que eu falasse com as internas. Primeiro, tentaram indicar uma das meninas que, assim como Camila, é liderança dentro do Imelda e já participou de eventos e discussões sobre o documentário “Close”. Pensando justamente pelo sentido oposto ao proposto, quis falar com uma interna que nem estava participando das apresentações, nem se vinculava de modo direto às lideranças do grupo LGBTQ+.

Esse encontro de certo modo foi o mais “descontraído” pontuando que não houve um “intermédio” direto da equipe interna da unidade prisional, no canto a visão que tínhamos era a parte externa da prisão onde víamos uma manhã de céu azul e muito sol. Diana é uma travesti negra, natural do interior do estado do Ceará, logo no início protocolar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) me pergunta como deve assinar, a ideia de um “nome social” e um “nome de registro” e a possibilidade de assinar um ou o outro perpassa os encontros com minhas interlocutoras. Diana se mostra receptiva à entrevista e decidimos ficar ali mesmo no chão do corredor, enquanto faz seu lanche e a atividade não retorna me conta sua história:

Bom dia, meu nome é Diana, nome social, né?! E eu sou de Iguatu, original de Iguatu, já tô com um ano que estou presa, né! Fui julgada a 25 anos de prisão, né!

Por 121, e vim de uma unidade que não era... não fazia meu perfil, porque lá era uma unidade de homens faccionados¹⁰⁶, tá entendendo? (DIANA, 2019)

Contar a própria história evoca acontecimentos que foram mantidos vivos na memória, estimula e alimenta afetos, amores e ódios. Existe um trabalho de “seleção” que vai, daquilo que foi vivido, até o que é narrado durante o encontro com a pesquisadora. Os efeitos se são não somente pelo trabalho da memória e da textualização pela fala, mas também por elementos sensíveis ao contexto do “encontro”. A história que Diana me conta, sua trajetória de vida, com pontos-chave sobre a sua interpretação de si, é figurada levando em consideração a minha presença e expectativa. Assim como o cineasta Eduardo Coutinho¹⁰⁷, compreendo que a “peça” que é criada é o registro do encontro. O registro do encontro com Diana é do chão da prisão, em um dia de celebração, enquanto faz seu lanche. Quando perguntada sobre sua história, Diana a conta de modo resumido:

A minha família vivia dentro de uma serra, lá em Iguatu e eu desde os meus 12 anos que eu vivia em “bregas”, tá entendendo, me prostituindo e acabei conhecendo a droga que é o “crack”, foi onde eu me vici e acabei parando nas ruas, no centro de Fortaleza e, de lá, de 13 anos até meus 25 anos que eu tenho hoje, não consegui mais parar. Só foi sofrimento e internamento de clínica, é presa... Me soltava, até de eu fazer um fato que aconteceu de eu ser julgada agora. Viver na rua me prostituindo e usando droga, minha vida foi essa, meu passado. Não tenho lembranças boas...

A origem de Diana é um marcador importante porque as precárias condições da família, que mora na zona rural do interior do Ceará, é um fator que suscita afetos que a emocionam. A intersecção da condição de “prisioneira” com o afastamento da família, por conta da situação financeira, garante sentimentos de solidão que são ressaltados em sua narrativa. Várias “solidões” e “abandonos” se manifestam como demandas que são colocadas para a psicóloga que relata:

Recebo muito essa queixa familiar, desse abandono, de nunca ter sido aceita, de ter apanhado por ser GBT e por isso ter procurado as ruas e se envolver com o crime, essa é uma coisa recorrente e as queixas de desrespeito entre elas, também escuto muito questões relacionais, tipo elas começam a se envolver muito aqui com os “Maria da Penha”, e os “Maria da Penha” saem muito rápido. Então elas sentem esse abandono sempre que um sai elas se sentem abandonadas novamente. Foram abandonadas pela família, e aí estão aqui conhecem uma pessoa e dura pouco tempo e essa pessoa sai. E novamente vem o desamparo, então esse desamparo das relações é muito comum.

¹⁰⁶ “Homens faccionados” como refere-se Diana significa que aquela cadeia está sob o domínio de facções criminosas, ou seja, o estado antagoniza com um “poder paralelo” que detém poderes de organização do espaço.

¹⁰⁷ Eduardo Coutinho é um dos maiores documentaristas do cinema Brasileiro, produziu filmes como “Babilônia 2000”, “Edifício Master”, “Cabra marcado pra morrer”, “Santo forte”, entre outros. A principal característica de seus filmes está no fato de romper uma suposta separação e neutralidade entre cineasta e personagem. Pessoas “anônimas” que falam sobre suas vidas de modo livre a partir de perguntas ou sugestões de Eduardo Coutinho. No filme “As canções”, pessoas comuns ficam diante do cineasta e de uma câmera e tem como missão falar sobre canções que marcaram sua vida. O resultado são histórias emocionantes e memórias que estavam quase esquecidas que vêm à tona. Para ver mais, consultar: FROCHTENGARTEN, F. A entrevista como método: uma conversa com Eduardo Coutinho. *Psicologia USP*, v. 20, n. 1, p. 125-138, 1 mar. 2009.

Diana tem um namorado que pertence ao grupo dos “Maria da Penha” e está nessa relação há 5 meses, ou seja, após 1 mês da sua chegada ao Imelda já tinha um namorado. Ele me fala de maneira descontraída “(...) *lá fora ele é casado, tem a esposa dele, tem filhos, né. E ele falou que nunca tinha ficado com um homossexual, né. E quando ele chegou aqui e viu muito diferente né, ficou carente sem mulher, essas coisas e nós acaba namorando. Os bofe gosta, mulher!*”. Diana percebe a relação que é estabelecida dentro da prisão, para homens que mantêm relações heterossexuais é algo circunstancial que o caráter liminar da prisão confere. Mas quando pergunto a respeito do que ela nomeia de “carência”, a interlocutora reconhece também como “oportunidade” “*Você acha que é só carência? Eu acho que é a oportunidade, eu acho que é. Eles têm vergonha de falar, né! Eu acho que é, mulher!*”

A essencialização e a fixação do desejo é reconhecida como algo que se dissolve no cárcere, do mesmo modo a identidade não pode ser compreendida como uma célula, pois seus itinerários são múltiplos, com idas e vindas e reinvenções. Em campo operam a lógica do desejo e a lógica de padrões heteronormativos de relacionamentos, os problemas relacionais que a psicóloga relata são comuns e alguns homens “Maria da Penha” passam a reproduzir relações abusivas com a nova parceira que encontram na prisão. As “paqueras” e os “ciúmes” se apresentam como motivação para brigas e desentendimentos dentro do grupo LGBT, Diana relata sobre esses desentendimentos, assim como Amanda me fala sobre o fato de “veado com veado” não dar certo.

A convivência é comum como a gente LGBT, eu acho que o Brasil inteiro sabe que os homossexuais, eles não são um povo unido, por preconceito, fazer palestra essas coisas eles se unem, mas dentro de uma ... Sistema prisional é diferente. Elas são muito desunidas, as travestis, você vê aqui na aparência tá todo mundo unido, né! Mas não é bem assim, dentro da sela é outra convivência. Só nós sabe o que acontece lá dentro.

Os conflitos que nascem da convivência não apagam o signo sob a qual o grupo LGBT+ reúne-se para garantir melhores condições no sistema prisional e a luta por respeito e dignidade. Não acredito que isso descaracterize a ideia de “*comunittas*”, a união de um grupo que passa por situação liminar. Esses elementos reconhecidos como “desunião” não apagam a solidariedade que a identidade coletiva “LGBT” aciona quando está sob ataque. É também sob esse signo que Diana identifica o Imelda como sendo seu “perfil”, conta que já tinha ouvido falar do Imelda pela internet e pede para ser transferida do interior do estado para lá. Nessa cena, outros fatores como a mudança de gestão da Secretaria de Administração Penitenciária e a desativação de cadeias no interior corroboram para sua transferência.

(...) Ai quando teve uma vistoria lá em não aguentei, pedi pra falar com o diretor lá, diretor da cadeia e disse que tava sendo muito oprimida pelos preso e de homossexual só tinha eu dentro da comarca todinha de Iguatu e eu sofria demais. E eu não queria dar uma de cabueta, mas também não queria morrer dentro do presídio, por eu ser homossexual eu sofria demais lá dentro. Ai vim numa

transferência pra cá, essa comarca foi desativada, secretário novo entrou, né. Desativou todas as comarcas do interior e eu aproveitei pra vir pra esse presídio aqui que eu já tinha ouvido falar dele e me inscrevi pra vir pra e graças a Deus eu vim pra cá e tô bem.

A chegada de Diana ao Imelda foi antecedida por cenas de violência que, infelizmente, não são incomuns no sistema prisional brasileiro. A superlotação fertiliza violações de direitos e torna sujeitos como Diana, um alvo fácil de dominação e assujeitamento. Dados recentes do Fórum Nacional de Segurança Pública¹⁰⁸ revelam que de 2000 a 2017 o número absoluto de presos cresceu 212% e o déficit de vagas chegou a 303 mil em 2017. A invisibilidade de travestis e transexuais dentro dessa “massa carcerária” impede a construção de políticas de segurança pública, que já são escassas, para esse grupo. Além disso, grupos de idosos, deficientes físicos, indígenas e estrangeiros da mesma forma são “acachapados” pela “massa carcerária”. A ideia de construção de uma identidade única para “o preso brasileiro” marginaliza outros grupos identitários.

Aproximando-se da conjuntura do contexto cearense da prisão Irmã Imelda Lima Pontes, a ideia de construção identitária pela negação¹⁰⁹, assim como a “cadeia dos coisas¹¹⁰” não contempla integralmente a discussão sobre a formação territorial do Imelda. É certo que a população do Imelda é formada por “dissidentes” do perfil da “massa carcerária”, no entanto a ideia a que se recorre, no imaginário sobre o Imelda, é a ideia de uma “prisão LGBT” ou um lugar que abriga “os mais vulneráveis entre os vulneráveis”. Existem processos de construção identitária “positiva” (no sentido de produção) de afirmação, pois o fato de ser um presídio, não uma ala, e elevar signos de “eficiência” do funcionamento da prisão, sem superlotação,

108 O 13o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi publicada em setembro de 2019 e se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. Nessa publicação os dados relativos a população carcerária não apresentam caracterizações quando à população LGBT+. O anuário está disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/> O Atlas da Violência, publicado com a parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) traz, pela primeira vez, uma seção que aborda violência contra a população “LGBTI”. A importância dessa inclusão está na mensuração da violência contra esse grupo, no entanto, as principais bases de dados, como dados do IBGE e Sistema de Saúde não têm informações sobre a classificação da vítima por orientação sexual. O Grupo Gay da Bahia (GGB) há 39 anos realiza esse trabalho, levantando dados sobre a violência contra a população LGBT+. Para mais informações ver: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf e <https://grupogaydabahia.com.br/>.

109 A relação entre a ala a “massa carcerária” parece se situar no campo de uma negação sistemática, ou seja, a ala se constitui como o não-ser desse outro grupo, dessa massa. Dessa forma a ala GBT se constitui discursivamente como uma prática da negação. A ala é o que não é a “massa carcerária” (PASSOS, 2014, p. 67). Vale ressaltar ainda que no contexto da pesquisa de Passos, no Presídio Central de Porto Alegre a ida para a ala GBT não é espontânea, enquanto que no Ceará a ida é voluntária, assim como se a interna ou o interno desejar voltar para o presídio masculino é possível. A ideia de voltar para o “presídio comum” pode parecer absurda, no entanto os jogos de poder e as implicações da permanência em uma carceragem masculina estão para além de respostas rápidas e simples. Não me aprofundei nessas questões por estarem além de meus objetivos de pesquisa, estive apenas com internas do Imelda e que não manifestavam desejo de retornar ao presídio masculino, no entanto tomei conhecimento de um caso em que um interno do grupo GBT voltou à cumprir pena no presídio masculino.

110 Ver: Zamboni (2017). Como mencionado no capítulo anterior, a “cadeia dos coisas” caracteriza dentro da pesquisa de Zamboni, o que seus interlocutores reconhecem como “abjeto”, pessoas desprezíveis como delatores, ex-policiais, rivais, estupradores etc.

com acesso à saúde, sob o controle do estado e com intento de humanização determinam traços distintos em relação aos outros territórios citados.

É claro que a ideia de “não ser massa carcerária” faz sentido para os internos do Imelda, mas os processos históricos implicados na construção desse território fazem com que um novo modo de interpretação sobre a “diferença” seja elaborado. Como citado na introdução o Imelda já foi alvo de várias reportagens, uma delas de um jornal francês e o projeto *Meninas que encantam*, que está no cerne do nascimento do Imelda, ganhou o prêmio “*Inovare*” que premia boas práticas no sistema de justiça. Outra concepção importante é o reconhecimento do Imelda, por parte do grupo de travestis e transexuais, como sendo fruto de uma conquista. A “subversão” da “massa carcerária” está na delimitação de uma “identidade LGBT” que é mobilizada para reivindicar melhores condições¹¹¹.

Outro aspecto apontado por Diana, além da questão da violência são os processos de sociabilidade. “*Eu achava que aqui seria melhor pra mim do que onde eu tava, né. Com um bocado de homem que não entende as minhas conversa, eu vinha pro meio de um bocado de homossexual que entendia o que eu ia falar, aí é por isso que eu tô aqui até hoje*”¹¹². Apesar dos conflitos existentes dentro do grupo, que são apenas um dos aspectos da convivência, estar entre “os seus” e ser ouvida e entendida é algo pujante, principalmente por ser um contexto de cárcere. A liberdade suprimida realça outras estratégias diante do enfrentamento do caráter “liminar” que a prisão emula, desse modo “entender as conversas” representa “não estar só”, ter sua linguagem reconhecida e poder se comunicar.

Para Diana, o “exílio” da prisão é asseverado pela violência e pelo sentimento de “sentir-se só” ao passo que não é compreendida. O distanciamento da família, do mesmo modo evoca afetos desagradáveis, ao ser perguntada sobre rotina de visitas responde que recebe a visita de Deus. “Tenho Deus por mim, minha família é longe e não pode vir não. Mas eles ligam pra cá, saber como é que eu tô. Aí a unidade aqui passa diz que eu tô bem, diz que eu não tô sofrendo, né?! É isso”. Já no final da entrevista, após falar de seu namorado e o convívio com os demais grupos, pergunto o que é Liberdade para Diana que me responde: “Liberdade... Família. Um abraço amigo, uma mãe, tudo isso é liberdade...”. Encerramos a entrevista nesse ponto, para Diana falar de família é falar de liberdade de encontro, e as

111 Não estamos diante de contradições estruturais quando discutimos a liminaridade, mas diante do que é essencialmente não-estruturado (do que está, ao mesmo tempo, desestruturado e pré-estruturado) (...) (TURNER, 2005, p. 142). A reivindicação pelo grupo GBT pela identidade do Imelda como “prisão LGBT” não significa que o aspecto “desestruturado e pré-estruturado” tenha sido superado, pelo contrário, esse assume outros liames.

112 “A *communitas* é, em termos existenciais e na sua origem, puramente espontânea e autógena. O “vento” da *communitas* existencial “sopra onde quer”. Ela opõe-se essencialmente à estrutura, da mesma forma que a antimatéria se opõe hipoteticamente à matéria.” (TURNER, 2008, p. 226) O desejo de compor um outro lugar expressado por Diana compreende a formação de uma “*communitas* existencial”, dentro de suas possibilidades, em oposição a uma “*communitas* normativa” que a condição de prisioneira e prisioneiro impõe. Ao chegar ao presídio Irmã Imelda a interna passa a compor uma *communitas* com duplo aspecto, tanto “existencial” quanto “normativa”, pois por mais que tenha existido a vontade de estar entre seus “semelhantes” a prisão configura a normativa de interdição da liberdade de ir e vir. Turner acrescenta ainda que mesmo quando a *communitas* é constituída de modo “normativo” existe um “perigo real” visualizado por aqueles que ocupam posições de autoridade.

circunstâncias e suas experiências engendraram vários “desencontros” com sua família ao longo do tempo. Um abraço no final da entrevista simbolizou o encontro entre Diana e eu.

6 CONCLUSÃO

A prisão moderna representa a instituição que por excelência recebe aqueles que romperam pactos sociais estabelecidos pela legislação do Estado, a centralidade da punição pela prisão envolve uma complexa rede de significados e estratégias de poder. Ultrapassar o “flagelo” do corpo estabelecido por um soberano e normatizar a pena de acordo como o crime não foi suficiente para que o corpo deixasse de ser a superfície castigada. Ocorre que a sofisticação das penas modernas, assim como o pretense respeito à dignidade humana, engendra castigos que repercutem, muitas vezes, em mudanças ontológicas. Nesse ponto é importante ressaltar que essa “mudança” nem de longe é a esperada pela “letra da lei”, aqui falo do estigma que se ancora no corpo do prisioneiro e em nada modifica ou “restaura” sua condição de cidadania. As prisões brasileiras têm servido como enormes fábricas de reafirmação da marginalidade de parcelas da sociedade.

A passagem de um “estado social” a um “estado penal” favorece aqueles que pertencem aos estratos sociais que detêm mais concentração de renda, pois a realidade que se tem hoje no Brasil diz respeito ao aprisionamento de pessoas pobres e negras. O marcador “classe social” pode imunizar ou sentenciar um sujeito à prisão. Fala-se de classe social, mas também de “raça”, pois a pobreza tem cor, as prisões brasileiras têm cor, são negros e pardos que lotam o sistema penitenciário. O genocídio da população negra é uma realidade que atravessa séculos e no nascimento das prisões brasileiras eram os negros que sequer tinham direito a um julgamento. A escravidão é uma chaga aberta em um país desigual que adota políticas de extermínio de negros, índios, LGBT+’s, mulheres e pobres.

A intersecção de marcadores sociais revela que a experiência de determinados grupos é profundamente marcada pela violência institucional. Ao longo da história das prisões no Brasil percebe-se que o gênero e a sexualidade sempre circundaram relações de poder e dominação. Desde a regulação das visitas íntimas, representando “benefício” que poderia ser barganhado até a “precaução” para que homens encarcerados não cometessem “atos libidinosos” entre si, temos a sexualidade provocando medo na estrutura institucional da prisão. No entanto, essas interdições e questões ligadas à vigilância, que no nascimento das prisões modernas no Ceará previa celas individuais para maior controle, não são suficientes para impedir relações homossexuais nas prisões.

Dentro da prisão, o desejo tem “escapado” da rigidez das grades e de forma clandestina faz parte da história das prisões modernas. As artimanhas da microfísica do poder ganham outros significados dentro de uma instituição total, deseja-se um “eu mortificado”. As insurreições contra isso podem ocorrer por meio do sexo, entre outros interstícios que são engendrados pelo próprio contexto “liminar”.

A prisão é um instrumento polissêmico, ou seja, apesar de centrar-se na ideia de punir por meio do confinamento, pois outras atribuições e significados são construídos socialmente em seu interior. O caráter de desagregar “delinquentes” da sociedade para agregá-los em um espaço de punição, tomando-lhes a liberdade e submetendo-os a condições típicas do cárcere, torna a prisão um território liminar. A liminaridade faz parte do ritual de sofrer sanções da lei, passar por um julgamento e ter uma pena decretada, a submissão ao controle do Estado determina de que modo aquele sujeito irá “reparar” o dano que causou à sociedade. É importante ressaltar que essa “reparação” não vem como “mudança” e sim como vingança, isso não altera as condições que antecederam o delito, o que objetivamente não traz solução para a questão da criminalidade. Isso fica bem claro pelos crescentes índices de encarceramento, um ciclo de exclusão e constante violência.

Nega-se educação de qualidade, nega-se acesso à saúde, nega-se condições mínimas de cidadania, nega-se democracia, e no meio desse processo de “negações” o Estado surge no momento em que é necessário punir. A precarização que antecede toda essa trajetória é minimizada e o sujeito é posto como o único responsável por sua condição de miséria. O avanço das políticas neoliberais traz à tona uma “gestão” das camadas pobres e de negros ainda mais violenta. “Deixar morrer” torna-se um modo de organizar extratos da sociedade que não possuem “valor” dentro da ordem capitalista, mas que representam uma grande parcela da sociedade. Essas problematizações dizem respeito tanto à população prisional quanto aos grupos sociais que interseccionam marcas que socialmente os tornam desfavorecidos em vários aspectos.

A experiência desses grupos que têm posição subalterna diante da estrutura social é o lugar em que as diferenças são vivenciadas, e que por isso mesmo produzem conhecimento e estratégias de resistência. É por meio da resistência e da insistência na vida que minorias sociais têm se firmado ao longo do tempo diante da violência do Estado e da sociedade, refiro-me a negros, pobres, indígenas, LGBT+’s e mulheres. As questões de gênero, apesar de terem ampliado seus espaços discursivos e de reivindicação de direitos sobre com atentados à democracia, tornam-se alvos de uma política que “deixa morrer”. Minhas interlocutoras estão atentas a esses movimentos, seja pela consciência do ativismo, seja própria experiência e observação de trajetórias de outros membros que carregam as

mesmas marcas. A ideia de que “*tenho direitos também*” atravessa e estrutura a concepção de luta de travestis e transexuais por um sistema prisional que as respeite.

Nesse ponto, o conceito de “intersecção” é fundamental para compreender a experiência de travestis e transexuais na prisão, levando em consideração que a prisão idealiza o “homem heterossexual” como seu interno, aquilo que é dissonante será execrado. Uma travesti sobre um duplo processo de liminaridade na prisão, tanto pela condição de detenta, como por não ser reconhecida dentro dos grupos sociais da prisão, sua condição passa a ser de “subalterna” aos demais presos. O desrespeito ao nome social e a performance de gênero vêm tanto dos demais internos como da própria instituição. A transfobia que travestis e transexuais vivenciam no cárcere ganha um caráter singular ao passo que são submetidas às moralidades e códigos internos que obedecem uma ordem hierárquica extremamente rígida.

Essa rigidez da prisão é tomada por outro modo de expressão do cárcere, o Presídio Irmã Imelda Lima Pontes elabora uma trajetória diferenciada dentro do sistema prisional brasileiro. No entanto, é preciso analisar com muito cuidado a trajetória do surgimento desse novo equipamento, existe a história que a instituição e os documentos contam e a história que é narrada pelas internas que estiveram no início do projeto. Aqui, a intenção não foi atribuir o valor de “verdade” e “falsidade”, mas compreender a forma como esses discursos repercutem na fala das internas e no discurso institucional. Da parte das internas há um extremo valor dado à conquista do Imelda, “*O Imelda é nosso!*”, isso repercute na consciência a respeito dos deveres que o Estado tem para com elas. Essa emancipação, na percepção sobre direitos na prisão, é um processo contínuo, no entanto é necessário frisar que a existência do Imelda é uma constante luta, porque também prescinde de uma vontade da gestão estadual.

Os rumos da política nacional e os ataques às políticas voltados a LGBT+’s fragilizam a manutenção de um presídio LGBT+. As histórias de agressões e abusos que as interlocutoras vivenciaram na unidade prisional masculina compõem uma parcela de tristeza em suas trajetórias. O tempo, a solidão e as relações afetivas com o encarceramento singularizam-se, por meio de marcadores sociais que cada travesti e transexual traz em sua história. Não obstante, essas singularidades tocam a trajetória do grupo social, a história de conquista de direitos nos últimos anos repercute em espaços de possibilidade como o Imelda. É preciso lembrar que essa é uma importante conquista, mas que não é suficiente e nem o ideal, existem LGBT+’s que não têm as mesmas possibilidades de proteção e cuidado em saúde por estarem no presídio masculino. Essa é uma importante questão que não pude abordar no espaço da dissertação, mas que se mostra como urgente.

A prisão reinventa-se para manter-se central nas sociedades punitivistas, “as histórias dos nascimentos das prisões” ganham características específicas de acordo com seu território. Do mesmo modo que a prisão moderna na Europa e nos Estados Unidos servia a continências específicas, enquanto que na América Latina operava-se por outra lógica, o nascimento de uma “prisão LGBT+” no Nordeste do Brasil tem suas particularidades. O evento do nascimento do Imelda altera a trajetória das prisões cearenses, a historicidade desse processo é fundamental para compreendermos esse acontecimento.

7 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, June 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>.
- BRASIL. **Lei Nº 12.403, DE 4 de Maio de 2011**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12403.htm
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287p.
- _____, J.. Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “Sexo”. In: LOURO, G. L. Org. **O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 151-172.

_____, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=en&nrm=iso>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, v.21, p. 133-157, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, maio 2011. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000100008/17719>>. Acesso em: 09 abr. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100008>.

CEARÁ. Decreto Nº 31.986, de 12 de julho de 2016. Dispõe sobre a denominação da Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, e dá outras providências. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20160713/do20160713p01.pdf#page=1>.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.l.], v. 1, n. 01, jan. 2018. ISSN 2595-3206. Disponível em: <<http://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87>>.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. Dossiê (In) visibilidade trans. **História agora**, São Paulo, edição especial, v. 1, n. 14, 201.

CLIFFORT, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Editora UFRJ: 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. Trad. de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. 2002 [1940]. “Introdução” (pp. 4-21), “Capítulo 3 - Tempo e Espaço” (pp. 107-150). In **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13, Brasil 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publica/>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Tradução de: Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 23^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013. 176p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Garcia, Leandro Martin Totaro et al. Intersetorialidade na saúde no Brasil no início do século XXI: um retrato das experiências. **Saúde em Debate** [online]. 2014, v. 38, n. 103.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. 2. ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joselyne – Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 320 p.

GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da História. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100012>.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Decreto nº N° 31.986, de 12 de julho de 2016**. DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL IRMÃ IMELDA LIMA PONTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. [S. l.], 12 jul. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/120544480/doesce-13-07-2016-pg-1>. Acesso em: 8 out. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Decreto nº N°32.296, de 28 de julho de 2017. QUE DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL IRMÃ IMELDA LIMA PONTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** [S. l.], 28 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/120544480/doi-13-07-2016-pg-1>. Acesso em: 8 out. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. “A revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve História do Feminismo no Brasil. **Estudos Feministas**, vol. 12, 2004, pp. 211–221. *JSTOR*, JSTOR, www.jstor.org/stable/43596683.

GROSSI, M. P. Na Busca do Outro Encontra-Se A Si Mesmo. **TRABALHO DE CAMPO E SUBJETIVIDADE**, Florianópolis, p. 7-18, 1992.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil – Relatório de 2017.** Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2018/01/18/brasil-campeao-mundial-de-crimes-lgbt-fobicos/>

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>.

INFOPEN. Atualização - junho de 2016 / organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa... [et al.]. - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional , 2017.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol. 3, 1994, p.117-141.

LAGO & ZAMBONI. “Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade”. Caxambu: **40º Encontro da ANPOCS**, 2016.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud.** Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313p.

LEITE JR. Jorge. "Nossos corpos também mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transsexual" no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 15,n. 32,p. 129-156, Dec. 2009 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=en&nrm=iso. access on 21 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz antropol.** Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=en&nrm=iso>.

MAMA, A. Será ético estudar a África? **Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade.** In: SANTOS, B. S. MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010. p. 603-637.

MOTT, L. e ASSUNÇÃO, A. Gilete na carne : etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. *Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde, São Paulo*, 4(1): 41-56, 1987.

NADEL, S. F. Compreendendo os primitivos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas.** Métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma Ala Para Travestis, Gays e Seus Maridos: Pedagogias institucionais da sobrevivência no Presídio Central de Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **RESOLUÇÃO CONJUNTA nº N° 1, de 15 de abril de 2014.** DOU de 17/04/2014 (n° 74, Seção 1, pág. 1). [S. l.], 15 abr. 2014. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30054460/do1-2014-04-17-resolucao-conjunta-n-1-de-15-de-abril-de-2014-30054456. Acesso em: 19 out. 2019.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. **Mana**, vol.17, n.2, 2011

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre ,v. 20, n. 42,p. 377-391, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 21 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia, ou a teoria vivida”. **Ponto Urbe**, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PIMENTEL FILHO, José Enesto, et al. **Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará.** In: MAIA, Clarisse Nunes, et al (org). *História das prisões no Brasil, volume II.* Rio de Janeiro: Anfitatro, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274

RABINOW, Paul. **Representações são fatos sociais:** modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: BIEL, João (Org./Trad.). *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.71-108.

RABINOW, P. **Representações são fatos sociais:** modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: BIEL, João (Org./Trad.). *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Trad. De Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011

RODRIGUES, Lea Carvalho. A construção da pesquisa. In: **Rituais na universidade**. Uma etnografia na Unicamp. Campinas, SP: Editora CMU/Unicamp, 1997.

RUBIN, G. **Pensando o Sexo:** Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Trad. Fernandes, F. B. M. Originalmente publicado em: London: Duke Univ Press, 2011.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, Apr. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso>.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v 15, n.2, 71- 90 jul/dez, 1995.

SCHNEIDER, David Murray. **Parentesco americano:** uma exposição cultural. 2016. Vozes, Petrópolis: 152p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação: Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 125-133, mar. 2000. ISSN 2316-9133. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/53108>>. Acesso em: 05 June 2018.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 119-135, July 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>.

SIQUEIRA, I. B. L. ACIOLY, M. I. F. Fanzines, beatbox e as táticas de comunicação nas prisões do Ceará e do Amazonas. **42º Encontro Anual da Anpocs**. GT 35 - Violência, punição e desvio: reflexões teóricas e investigações empíricas. Caxambu, Minas Gerais, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Editora UFMG: **Belo Horizonte, 2010**.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Ferrari, Florencia. Dullei, Iracema; Pinheiro, Jamille; Valentini, Luísa. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576p.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos**: Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005

TURNER, Victor. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 2013.

TURNER, Victor. Dramas, Campos e **Metáforas**: Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza: Travestilidade e o devir minoritário**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2005.

VELHO, Gilberto O desafio da proximidade. In: **Pesquisas urbanas**. Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. Org. **O corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.35- 82.